

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Instituto de Sociologia, Filosofia e Política**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**



Dissertação de Mestrado

**DILEMAS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: VIDA COTIDIANA E  
SOCIABILIDADE NO LOTEAMENTO NOVO MILÊNIO EM PELOTAS (RS)**

**Pamela da Costa Lopes Sales**

Pelotas, 2019

**Pamela da Costa Lopes Sales**

**DILEMAS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: VIDA COTIDIANA E  
SOCIABILIDADE NO LOTEAMENTO NOVO MILÊNIO EM PELOTAS (RS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientadora: Prof.(a) Dr.(a) Maria Thereza Rosa Ribeiro

Pelotas, 2019

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

S163d Sales, Pamela da Costa Lopes

Dilemas da regularização fundiária: vida cotidiana e sociabilidade no Loteamento Novo Milênio em Pelotas (RS) / Pamela da Costa Lopes Sales; Maria Thereza Rosa Ribeiro, orientador. — Pelotas, 2019.

178 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

1. Regularização fundiária. 2. Cidade. 3. Direito à cidade. 4. Sociabilidade. 5. Vida cotidiana. I. Ribeiro, Maria Thereza Rosa, orient. II. Título.

CDD : 307.76


Pamela da Costa Lopes Sales


DILEMAS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: VIDA COTIDIANA  
SOCIABILIDADE NO LOTEAMENTO NOVO MILÊNIO EM PELOTAS  
(RS)

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestra  
em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade  
Federal de Pelotas.

Data de defesa: 11 de abril de 2019

Banca Examinadora:

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Maria Thereza Rosa Ribeiro (Orientadora), Doutora em Sociologia  
pela Universidade de São Paulo (USP).

  
Prof. Dr.<sup>a</sup>. Cristine Jaques Ribeiro, Doutora em Serviço Social – Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

  
Prof. Dr. Marcus Vinicius Spolle, Doutor em Sociologia pela Universidade Federal  
do Rio Grande do Sul (UFRGS).

**Dedico este trabalho aos moradores do Loteamento Novo Milênio. À minha família que incansavelmente esteve ao meu lado; a vocês todo o meu amor.**

## **Agradecimentos**

Agradeço a Deus (Yeshua) por ter me dado forças e sabedoria para vencer a cada etapa da vida.

À CAPES pela concessão da bolsa durante os meus dois anos de trajetória acadêmica, sendo o presente trabalho realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Aos moradores do Loteamento Novo Milênio, que cordialmente me acolheram e compartilharam as suas histórias de vida. Sem eles, esta dissertação não teria se concretizado.

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Maria Thereza Rosa Ribeiro, por seu profissionalismo, dedicação, conhecimento e diálogo que marcou a nossa convivência durante a realização do mestrado em sociologia.

Aos professores e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPEL, que contribuíram com a minha formação profissional.

À equipe da revista científica NORUS - Novos Rumos Sociológicos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPEL, que me acolheu e me proporcionou momentos de aprendizado.

À equipe da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária de Pelotas, que gentilmente contribuiu disponibilizando os materiais.

Aos meus colegas de sala de aula, principalmente Luana, Arielson e Manoela, que no decorrer da jornada se tornaram companheiros e amigos.

Agradeço pelo privilégio de ter pessoas tão especiais e presentes em minha vida. Aos meus queridos e amados pais por todo o incentivo, apoio e amor. Agradeço ao meu pai por ter me acompanhado nas jornadas do trabalho de campo, me proporcionando caronas e estando sempre à disposição para ajudar no que for preciso. À minha mãe, por toda a torcida e pelas orações para que tudo ocorresse da melhor forma possível. Aos meus grandes amigos, meus irmãos, cunhado(a) e sobrinha por todo o apoio.

Ao meu amado marido, companheiro de todas as horas, que esteve presente ao meu lado nos momentos difíceis e nos momentos bons, sempre me ajudando, me motivando e compartilhando de todas as emoções da vida ao meu lado.

Por fim, aos meus amigos de longa data que vibram por mim.

## Resumo

SALES, Pamela da Costa Lopes. **Dilemas da Regularização Fundiária: vida cotidiana e sociabilidade no Loteamento Novo milênio em Pelotas (RS)**. 2019. 178f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas 2019.

A presente dissertação busca investigar como os moradores do Loteamento Novo Milênio estão vivendo após o processo de regularização fundiária orientado pela Lei Federal nº 11.977/2009. A proposta tem como tema os efeitos da regularização fundiária na vida cotidiana dos moradores do Loteamento Novo Milênio, localizado na cidade de Pelotas no estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa pretende apresentar os laços de sociabilidade e as situações de conflito vividos pelos moradores, antes e após a política urbanística de regularização implementada pelo poder público municipal. Valendo-se de uma abordagem qualitativa, na modalidade etnográfica, a etnografia enquanto metodologia teve como destaque a técnica observação participante e as entrevistas com perguntas em profundidade. Soma-se a esse procedimento a aplicação de questionário semiestruturado, contendo perguntas abertas e fechadas. Foram entrevistados 20 moradores, incluindo o presidente e o vice-presidente da Associação Comunitária do local. As leituras que fundamentam este trabalho se baseiam na reflexão sobre cidade, urbanização, direito à cidade, vida cotidiana, sociabilidade, reciprocidade e política urbana.

**Palavras-chave:** Regularização fundiária; cidade; direito à cidade; sociabilidade; vida cotidiana.

## **Abstract**

SALES, Pamela da Costa Lopes. **Property Regularization difficulties: everyday life and sociability on Novo Milênio allotment, in the city of Pelotas (RS)**. 2019. 178p. Thesis (Master's Degree in Sociology) – Sociology Graduate Program, Department of Philosophy, Sociology and Politics, Federal University of Pelotas, Pelotas 2019.

The objective of this thesis is to understand how the residents of Novo Milênio allotment are living after the property regularization process conducted according to the Federal Law no. 11.977/2009. The themes of this proposal are the effects of property regularization on the everyday lives of the residents of Novo Milênio allotment, which is located in the city of Pelotas, in the state of Rio Grande do Sul. This research aims to present sociability bonds and conflict situations experienced by the residents before and after the urban regularization policy carried out by the city's public authorities. With the use of a qualitative approach, ethnographic type, the participant observation and the in-depth interviews were emphasized while using ethnography as a methodology. Semi-structured questionnaires with open and close-ended questions were also used. In this work, 20 residents were interviewed, including the president and the vice-president of the allotment's Community Association. The bibliography that underpins this work are based in thoughts regarding city, urbanization, right to the city, everyday life, sociability and urban policy.

**Keywords:** Property regularization; city; right to the City; sociability; everyday Life.



### **Lista de abreviaturas e siglas**

BNH	Banco Nacional de Habitação
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CF	Constituição Federal
COHAB	Companhias de Habitação Popular
EFC	Ensino Fundamental Completo
EFI	Ensino Fundamental Incompleto
EMC	Ensino Médio Completo
EMI	Ensino Médio Incompleto
ESC	Ensino Superior Completo
ESI	Ensino Superior Incompleto
IPTU	Imposto Predial Urbano
NAP	Núcleo de Assessoria/Advocacia Popular
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
RF	Regularização Fundiária
SANEP	Serviço Autônomo de Abastecimento de Água de Pelotas
SMRFP	Secretária Municipal de Regularização Fundiária de Pelotas
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UNOPAR	Universidade do Norte do Paraná
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

## **Lista de Figuras**

Figura 1	Foto da área do Loteamento Novo Milênio.....	18
Figura 2	Desenho da área do Loteamento Novo Milênio.....	18
Figura 3	Foto do mapa do Loteamento Novo Milênio.....	19
Figura 4	Foto da Rua Barão de Jarau.....	84
Figura 5	Foto da Rua Barão de Jarau.....	84
Figura 6	Foto da Pracinha .....	85

## **Lista de tabelas**

Tabela 1	Composição do núcleo familiar de cada entrevistado.....	130
----------	---	-----

## Sumário

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE ESTUDO</b>	<b>17</b>
2.1	LOTEAMENTO NOVO MILÊNIO	17
2.2	ANÁLISE DA LEI FEDERAL 11.977/2009 (PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA)	24
2.3	ALGUMAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RELACIONADAS AS CATEGORIAS SOCIABILIDADE, DIREITO À MORADIA, MOVIMENTO SOCIAL, VIDA COTIDIANA E SOCIABILIDADE	32
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO II – REFLEXÕES ACERCA DAS TEORIAS E DOS FUNDAMENTOS QUE ORIENTAM A PESQUISA</b>	<b>38</b>
3.1	CIDADE, URBANIZAÇÃO E DIREITO À CIDADE	38
3.2	MANEIRAS DE PENSAR A VIDA COTIDIANA A PARTIR DE HENRI LEFEBVRE E MICHEL DE CERTEAU	49
3.3	AS FORMAS DE SOCIABILIDADE POR MEIO DA RECIPROCIDADE: DAR, RECEBER E RETRIBUIR	59
3.4	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: AVANÇOS E DIFICULDADES	70
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO III- METODOLOGIA E CAMPO DA PESQUISA</b>	<b>78</b>
4.1	ESCOLHA DO MÉTODO E DAS TÉCNICAS	78
4.2	PESQUISA DE CAMPO NO LOTEAMENTO NOVO MILÊNIO	82
4.3	UM BREVE RELATO DO PESQUISADOR NO CAMPO	85
<b>5</b>	<b>CAPÍTULO IV- APLICAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS E DOS QUESTIONÁRIOS</b>	<b>90</b>
5.1	APLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS	90
5.2	ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO	131
5.3	ANÁLISE DAS PERGUNTAS APROFUNDADAS	135
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>142</b>
	<b>REFERENCIAS</b>	<b>145</b>
	<b>APÊNDICES</b>	<b>150</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>157</b>

## 1 Introdução

A presente pesquisa tem como foco compreender como os moradores do Loteamento Novo Milênio, localizado no bairro Três Vendas na cidade de Pelotas, estão vivendo após a implementação da política urbanística de regularização fundiária no Local. O estudo tem como temas os efeitos e os dilemas da regularização fundiária na vida cotidiana desses moradores. Busca-se compreender os laços de sociabilidade e as situações de conflito vividos por eles, antes e após a política urbanística de regularização fundiária implementada pelo poder público municipal de Pelotas.

O referido Loteamento foi escolhido para fazer parte dessa investigação empírica por três razões: primeiramente, o local abriga famílias aproximadamente há vinte anos. A área se encontrava vazia antes da ocupação e pertencia a um empresário, dono de uma indústria de produtos em conserva “Ágape”, a qual declarou falência. Durante muito tempo, os moradores reivindicaram ao poder público municipal seu direito à moradia e a regularização fundiária, mas diante de inúmeras tentativas infrutíferas, decidiram, no ano de 2007, constituir a “Associação Comunitária Novo Milênio”. A partir daí eles conseguiram de maneira mais organizada iniciar o processo de pesquisa e orientação sobre os meios pelos quais poderiam proporcionar aos moradores a regularização das suas casas e pleitear serviços básicos ao poder público. Foi por intermédio dessa mobilização popular que a autora desta pesquisa conheceu a comunidade, já que a demanda de regularização fundiária foi recepcionada pelo núcleo de extensão denominado “Assessoria Popular”, constituído por professores advogados e estudantes de direito da Universidade Católica de Pelotas, do qual a referida autora era bolsista e voluntária.

A segunda razão para ter escolhido esse Loteamento foi o anseio em observar como a política fundiária no loteamento Novo Milênio repercutiu na vida cotidiana dos moradores, isso em razão de ter acompanhado todo o processo de regularização dos lotes entre os anos de 2011 a 2015. É na sociologia da vida cotidiana que se extrai o relevante da vida social (MARTINS, 2008). As práticas rotineiras do homem comum, ou seja, “as artes de fazer”, evidenciam a sua criatividade em subverter as imposições de uma ordem social econômica (DE CERTEAU, 1998). Essas operações singulares formam o cotidiano, que diz muito sobre a história de vida dos indivíduos e de uma sociedade.

A terceira razão para essa pesquisa se fundamenta no fato de que, conquanto o loteamento tenha sido regularizado, em 2015, através da Lei 11.977/09 (Programa Minha Casa Minha Vida) – que à época destinava uma parte somente para a regularização fundiária – seus moradores, diferentemente do previsto, não foram reassentados em outro lugar; pelo contrário, permaneceram no mesmo espaço físico e social.

Portanto, com esses três motivos determinantes para a escolha do objeto de pesquisa, o objetivo geral desse trabalho é analisar como os moradores do Loteamento Novo Milênio estão vivendo após o processo de regularização fundiária. Os objetivos específicos são:

- a)** Observar as diretrizes estabelecidas pela política urbana de regularização fundiária e a sua implementação para melhoria da condição social dos moradores do Novo Milênio;
- b)** Desvendar os conflitos entre os moradores e o poder público local, após regularização;
- c)** Investigar as formas de sociabilidade por meio da reciprocidade: dar, receber e retribuir (MAUSS, 2003).

As hipóteses levantadas nesta pesquisa são:

- a)** O Loteamento Novo Milênio não apresentou melhorias sociais e ambientais após a regularização;
- b)** O conflito entre moradores e poder público local foi ressignificado (outras demandas e interesses surgem após a regularização) na vida cotidiana;
- c)** A gratidão por ter recebido o título de propriedade resultou em reciprocidade (dar, receber e retribuir. MAUSS, 2003) dos moradores para com a Prefeitura.

O problema de pesquisa se revelou da seguinte maneira: será que a regularização fundiária possibilitou melhorias urbanas no loteamento e promoveu mudanças nas relações sociais dos moradores e na relação deles com poder público local? Para respondê-lo, a pesquisa consiste em uma investigação qualitativa, na modalidade etnográfica. A etnografia enquanto metodologia tem como destaque a técnica observação participante e as entrevistas com perguntas em profundidade. Soma-se a esse procedimento a aplicação de questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas. A rua principal, denominada Barão de Jarau, é o local de entrada do Novo Milênio, pois dá acesso às demais ruas e se caracteriza por ser o maior ponto de sociabilidade entre os moradores, devido ao fluxo de entrada e saída

de pessoas e por compreender a maior concentração de comércio no Loteamento. Em decorrência disso, foram entrevistados 20 moradores que residem nessa referida rua, incluindo o presidente e vice-presidente, líderes da Associação Comunitária do Loteamento.

A técnica da observação participante possibilitou observar as interações sociais dos moradores daquele local, exercitando uma prática essencial da etnografia: o interconhecimento (BEAUD; WEBER, 2014). Junto a isso estão a reflexividade e a longa duração, outras duas práticas que compõem o método etnográfico, o que possibilitou enxergar o processo conflituoso de disputa pelo espaço urbano.

A cidade de Pelotas tem a sua história marcada por uma política de planejamento urbano que promoveu o crescimento do setor de aplicação de capitais privados, instigando a proliferação de loteamentos e bairros afastados do centro ocupados por populações pobres, o que deu surgimento a uma cidade “formalmente descontínua” e segregada socialmente (MOURA, p. 232-234, 2006). Pretende-se investigar, a partir do estudo no Novo Milênio, se essa segregação e estratificação dos serviços e equipamentos urbanos permanecem na conjuntura histórica da cidade. Essa investigação se justifica na intersecção dos temas regularização fundiária, direito à cidade, vida cotidiana e processos de sociabilidade para identificar, descrever e interpretar a complexa resolução do problema de moradia especificamente na cidade de Pelotas.

Assim sendo, a presente dissertação está estruturada em quatro capítulos. O capítulo I apresenta o objeto de estudo. No primeiro momento procura-se apresentar o Loteamento Novo Milênio por meio de informações tais como o tamanho da área, o número aproximado de moradores e lotes, informações essas fornecidas pela Secretaria Municipal de Regularização Fundiária de Pelotas. Demonstra-se, ainda, sua localização, o número de ruas e seus respectivos nomes. Em sequência, analisa-se como se deu o processo de regularização fundiária, qual foi o histórico da ocupação e como foi criada a Associação Comunitária do local, nas palavras do presidente da Associação e morador do Loteamento. No segundo momento, analisa-se a Lei Federal nº 11.977/2009 (Programa Minha Casa Minha Vida), que serviu de base para a regularização do Novo Milênio. Por fim, verificam-se algumas produções acadêmicas que instigam o debate sobre regularização fundiária relacionadas às categorias direito à moradia, movimento social, vida cotidiana e sociabilidade.

O capítulo II intitulado “Reflexões acerca das teorias e dos fundamentos que orientam a pesquisa”, aborda os conceitos e teorias eleitos pela pesquisadora que servirão de suporte teórico a este estudo. Sendo assim, no primeiro tópico propõe-se o debate em relação a cidade, urbanização e direito à cidade, que possui como referencial teórico diversos autores; todavia, destaca-se Henri Lefebvre (2001a; 2001b), Raquel Rolnik (1995; 2015), Milton Santos (1993), Ruben George Oliven (2010), Eunice Durham (2004) e Michel de Certeau (1998). No segundo tópico deste capítulo, a categoria vida cotidiana se debruça nos conceitos e teorias de Lefebvre (1991) e Certeau (1998). O terceiro tópico, denominado “as formas de sociabilidade por meio a reciprocidade: dar, receber e retribuir”, se estrutura nos estudos e teorias dos autores Marcel Mauss (2003) e Edson de Oliveira Nunes (2010). Finalmente, destacam-se os conceitos dos autores Ermínia Maricato e João Sette Whitaker Ferreira (2001), Maria Camila D’Ottaviano e Sérgio Luís Quaglia Silva (2010), Edésio Fernandes (2013), Regina Fátima Cordeiro Fonseca Ferreira (2012) e Raquel Rolnik (2008), os quais embasam o quarto tópico que se refere à discussão acerca da regularização fundiária.

No capítulo III, apresentam-se os procedimentos metodológicos que foram utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa. Ele está dividido em três tópicos. O primeiro se refere à escolha do método e das técnicas tendo como suporte as premissas teóricas das autoras Stéphane Beaud e Florence Weber (2007; 2014) e Rosana Guber (2001). Em seguida, verifica-se a pesquisa de campo no Loteamento Novo Milênio por meio da aplicação das entrevistas em profundidade e do questionário semiestruturado, buscando evidenciar as experiências vivenciadas no campo. Por fim, um breve relato do pesquisador no campo pesquisando é apresentado, tópico em que se evidencia o olhar da pesquisadora em relação ao local e à comunidade pesquisada.

No capítulo IV, último, analisam-se os dados e resultados alcançados durante todo o processo de investigação. Inicialmente, apresentam-se pontos considerados importantes das narrativas dos entrevistados, evidenciando as experiências pelas quais a pesquisadora passou nas entrevistas, exercício importante da etnográfica. Em seguida, analisam-se os resultados do questionário semiestruturado e das perguntas em profundidade divididas nas categorias de regularização fundiária, Loteamento Novo Milênio, Município de Pelotas e vida cotidiana.



Por último, apresentam-se as considerações finais, evidenciando as conclusões obtidas por meio de todo o caminho de investigação percorrido, associado às teorias e aos conceitos que contribuíram para o desenvolvimento deste estudo.

## **2 Capítulo I – Contextualizando o objeto de estudo**

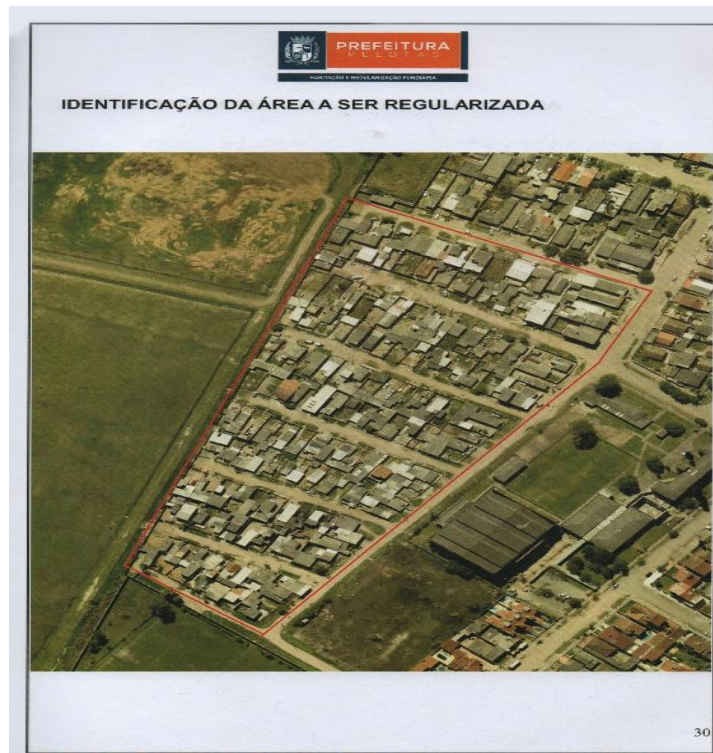
O presente capítulo tem como finalidade apresentar uma visão ampla do objeto de pesquisa e do tema proposto mediante três tópicos, a saber: apresentação do Loteamento Novo Milênio; análise da Lei Federal nº 11.977/ 2009, a qual serviu de base para a Regularização Fundiária do Loteamento; e no terceiro e último tópico serão abordadas algumas produções acadêmicas já realizadas sobre o tema de regularização fundiária relacionada às categorias sociabilidade, movimento social, direito à moradia e vida cotidiana.

### **2.1 Loteamento Novo Milênio**

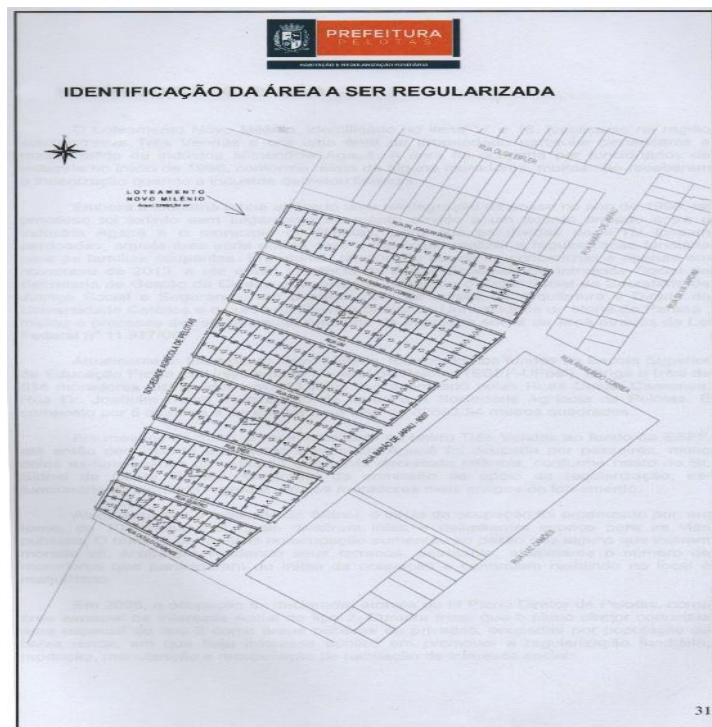
Para melhor compreensão do tema, propõe-se inicialmente apresentar o Loteamento Novo Milênio a partir de dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Regularização Fundiária de Pelotas (SMRFP), a qual elaborou um relatório socioeconômico da área em 2015, bem como por meio do trabalho de campo realizado no local no ano de 2018. Muitas informações em relação à história do Loteamento serão evidenciadas a partir da fala de um líder da comunidade que durante muitos anos atuou em prol das reivindicações dos moradores. A fim de preservar a sua identidade por questões éticas, ele será identificado pelo codinome Entrevistado XX.

O Loteamento Novo Milênio está localizado no bairro Três Vendas, próximo ao bairro Cohab Tablada no Município de Pelotas. O Novo Milênio está situado em uma área considerada próxima ao centro, e que ao longo dos anos atingiu significativa valorização devido à consolidação de diversos comércios tais como farmácias, super e hipermercados, padarias, loja de peças de motocicleta, além de obras de melhoramento de infraestrutura realizadas na avenida de grande circulação chamada Senador Salgado Filho, contígua ao Loteamento. Até o ano de 2015, o Loteamento abrigava o total de 514 moradores distribuídos em 161 lotes. Seu espaço físico se divide em seis quarteirões com uma área de 32.663,54 m<sup>2</sup>. Há sete ruas no local que apresentam os seguintes nomes: Dr. Joaquim Duval, Raimundo Correa, Um, Dois,

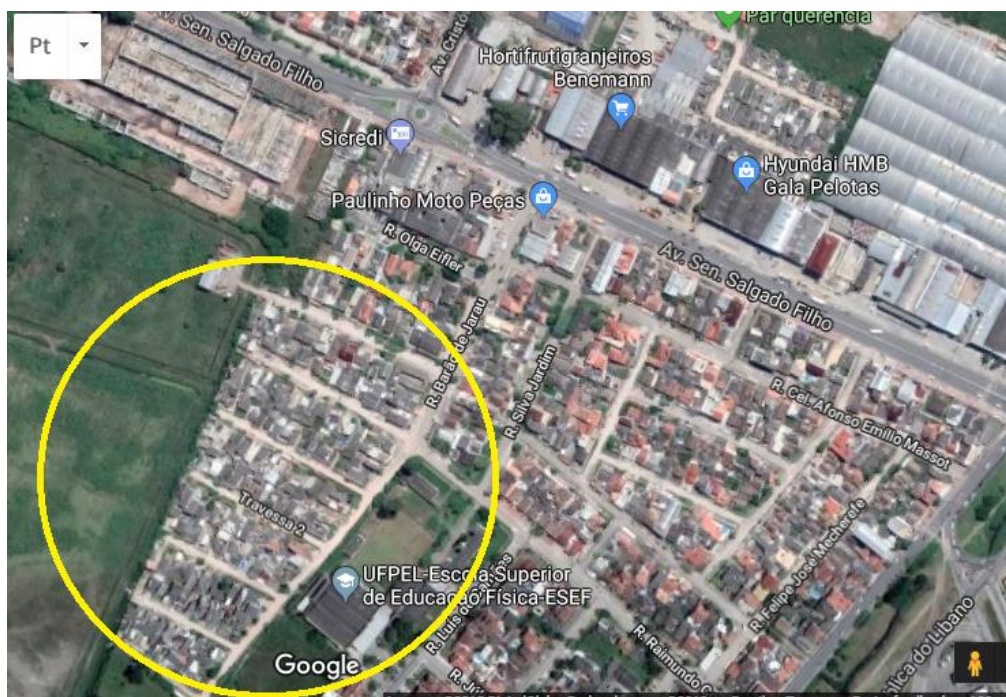
Três, Quatro, Catulo Cearense e, por fim, a rua principal chamada Barão de Jarau. As três figuras abaixo ilustram as referidas informações:



**Figura 1.** Foto da área do Loteamento Novo Milênio.  
 Fonte: Foto extraída do Relatório socioeconômico elaborado Secretária Municipal de Regularização Fundiária (SMRFP, 2015).



**Figura 2.** Desenho da área do Loteamento Novo Milênio.  
 Fonte: Foto extraída do Relatório socioeconômico elaborado Secretária Municipal de Regularização Fundiária (SMRFP, 2015).



**Figura 3:** Mapa do Loteamento Novo Milênio.

Fonte: Imagem retirada do Google Maps. Edição da imagem realizada pela autora.

A área pertencia a uma indústria de produtos em conserva denominada “Ágape”, e foi ocupada por alguns funcionários da indústria em 1996. De acordo com alguns moradores do local, muitos desses trabalhadores não receberam indenização quando a indústria declarou falência. A ocupação teve seu início com cerca de dez famílias que fracionaram o terreno dividindo-o em lotes e abriram espaço para as vias públicas (SRFMP, 2015). Por meio do trabalho de campo realizado no ano de 2018, o atual presidente da Associação Comunitária do local, Entrevistado XX, relatou em entrevista que esses ocupantes eram “baderneiros”, os quais foram expulsos pela polícia a mando de Hugo Pete, proprietário da terra e que na época era vivo. Em 1999 ocorreu uma nova ocupação, da qual o Entrevistado XX participou junto com a sua esposa, dando início à sua história de vida no Loteamento:

Em 1996 teve um grupo de gente aqui que chegaram e invadiram, mas fizeram baderna na volta e aí a polícia expulsou eles daqui. Veio esse pessoal, mas eu não vim junto [...] até que veio aqui o Prefeito Anselmo junto com eles, mas eles não conseguiram nada. Aí em 1999 veio mais outros e eu vim junto e teve uma nova ocupação. Mas aqueles que estiveram aqui foram um mês, dois meses, por ali e depois ficou vazio até 1999. Então, aquilo ali antes deu muita baderna e polícia e o dono, o verdadeiro mesmo Hugo Pete veio aqui e tirou eles com a polícia [...] então, a invasão de 1996 foi retirada tudo e em 1999 eu cheguei junto, aí houve uma nova invasão, mas daí as

dívidas acho que tinham avançado muito da área aqui, sei lá eu o que é. Aí o Prefeito Anselmo veio junto de novo para apoiar para nós ficarmos. Tinha um grande galpão na Raimundo Correa que os invasores tinham feito em duas semanas, um galpão de madeira. Lembro que o Anselmo chegou ali e disse: “não, eu vou conversar com o dono para a gente lotear isso aqui e dar um terreno para cada um”. Ele conversou com o dono e mesmo assim o dono veio aqui, conversar com alguns moradores porque ele queria uma parceria, queria que pagasse o terreno, quem fosse pegando, fosse pagando o terreno. O Anselmo veio de novo, fez outra reunião, aí o dono disse “se nós não resolver a parceria de pagar os terrenos, a gente vai tirar todo mundo daqui”, o Anselmo disse para o dono “se tu não acertar todas as dívidas que tem com o Município nós não vamos tirar ninguém daqui”. Aí foi indo, foi indo e desapareceu o dono. Em 2000 entrou o Marroni, o Anselmo saiu, entrou o Marroni. Aí começamos a trabalhar no orçamento participativo [...] mas então a ocupação mesmo, real, foi em 1999. (Entrevistado XX. **Entrevista XX**. [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo.mp3 [60 min.]).

A ocupação foi se expandindo à medida que várias pessoas firmaram a sua morada no local. Alguns passaram o terreno adiante, mas muitos permanecem na área até os dias de hoje. Outro morador entrevistado falou acerca de como foi o início de sua vivência no local:

Desde o início, uns 20 anos. Aqui já tem uma história. Quando a gente veio morar aqui não tinha rua, era um trilho. Um campo e um trilho pra gente caminhar. E depois que foi juntando as pessoas aí arrecadando um dinheiro de um e do outro, a gente conseguiu uma máquina pra fazer tipo uma rua pra abrir. Aí depois a gente abriu as travessas. O encanamento era de mangueira preta que vinha por baixo da terra lá da esquina. (Entrevistado XIV. **Entrevista XIV**. [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [40 min.]).

No ano de 1998, a Ágape ajuizou ação de reintegração de posse a fim de recuperar a posse da área. Devido às inúmeras dívidas acumuladas pela falta de pagamento do Imposto Predial Urbano (IPTU), o Município de Pelotas firmou um acordo com a indústria, que ficou encarregada de doar o local para a Prefeitura; assim, o processo instaurado foi extinto sem o julgamento de mérito (SMRFP, 2015). Todavia, essa doação não aconteceu, e em 2012 a parceria entre Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana, o Setor Social da Secretaria de Justiça Social e Segurança, os cursos de Direito e de Arquitetura da Universidade Católica de Pelotas, bem como o curso de Serviço Social da Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR) iniciaram o processo de regularização fundiária de interesse social da área por meio da Lei Federal nº 11.977/09 (SMRFP, 2015). É imprescindível destacar a participação e iniciativa dos moradores, em especial dos representantes da Associação Comunitária, que tinham um grande interesse em regularizar.

Conforme dito acima por um dos moradores entrevistados, a mobilização da comunidade teve o seu início em meados de 1999 e foi se fortificando nos anos seguintes. Segundo o Entrevistado XX, os moradores ficaram desde 1999 a 2005 reivindicando melhores condições de água e luz, já que o fornecimento era feito por meio de uma mangueira e a iluminação era fornecida por um morador da Cohab I, bairro contíguo ao Loteamento. Com o andamento do orçamento participativo na gestão do governo Marroni<sup>1</sup>, os moradores do Novo Milênio tiveram a oportunidade de negociar com o poder público em relação à sua situação. Nesse panorama, eles foram convidados a participar do Fórum Mundial Social realizado na cidade de Porto Alegre:

[...] depois que começou a andar o orçamento participativo, eles me convidaram pra ir ao Fórum Mundial em Porto Alegre. Eu estive em Porto Alegre, vi aqueles modelos das casinhas, porque o que eles queriam mesmo era fazer aquele modelo de casinha aqui, só que não chegou o que eles queriam, mas conseguiram a luz pela Barão de Jarau, somente a rede da Barão de Jarau que é a rua principal. (Entrevistado XX. **Entrevista XX**. [. 2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo.mp3 [60 min.]).

Contudo, as demandas por serviços básicos, assim como pela regularização fundiária continuavam e depois de muita luta por parte dos moradores, no governo seguinte, o Loteamento conseguiu ser contemplado com a iluminação não só na Barão de Jarau, mas em todas as ruas. Além disso, eles finalmente tiveram acesso a água encanada em suas casas, conforme o depoimento do Entrevistado XX:

Depois de muita luta e muita conversa com o secretário de habitação, conseguimos colocar luz nas travessas. A mesma coisa foi a água, eu consegui junto com a habitação que me levou ao SANEP. Nós fizemos várias reuniões com o SANEP por causa dessa água, mas a água foi um pouquinho depois da luz, foi em 2006 e 2007, junto com o Daniel Volcan, o engenheiro Paulo Opan que nós íamos nas reuniões do SANEP. Quando tinha uma coisa, não tinha outra: tinha os canos, mas não tinha quem colocar, não tinha maquinha, mas o presidente do SANEP falou: “não, vamos colocar água só na Barão de Jarau” aí eu disse para ele: “então não coloca, porque não vai adiantar o senhor colocar os canos na Barão de Jarau que os caras vão furar os canos para conseguir a água em todas as travessas. Dois meses passaram, eu fui lá de novo. Aí o cara disse: “ó, estamos tentando conseguir máquina e mais materiais para ligar nas travessas”. Corrido mês para frente, ele mandou um comunicado dizendo que ia colocar em todas as travessas e na Barão de Jarau. Não demorou nem quarenta e cinco (45) dias a máquina esteve aqui mesmo e colocou. Aí teve aqui esse engenheiro o Paulo Opa, que era da habitação na época, chegou a ser presidente da Habitação e esse tal de Danilo ou Daniel Volcan que fazia parte da comissão dele. Eles vieram aqui junto. As máquinas abriram, colocaram água, tranquilo. Conseguimos primeiro a luz, depois a água. (Entrevistado XX. **Entrevista XX**. [.2018].

---

<sup>1</sup> Fernando Stephan Marroni, ex-Prefeito da cidade de Pelotas, entre os anos 2000 a 2004, filiado ao Partido dos Trabalhadores.



Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo.mp3 [60 min.]).

Sentida a necessidade de maior organização, foi instituída a Associação Comunitária. Mas antes disso era necessário escolher um nome para o Loteamento. Então, o Entrevistado XX explicou que quatro ou cinco moradores se reuniram e sugeriram os seguintes nomes: Loteamento Zona Norte, Loteamento Novo Milênio e Loteamento Arizona. Como estava na virada do milênio, eles resolveram colocar Novo Milênio. As reuniões do orçamento participativo também ajudaram a acelerar a escolha do nome, já que eles precisavam se cadastrar no projeto. Dessa maneira, começou a ação coletiva para confecção dos estatutos para elaboração da Associação. O Entrevistado XX e mais dois moradores analisaram estatutos de outras associações de bairro na cidade para buscar inspiração, até que se depararam com o Estatuto de Bairro da Santa Terezinha, situação em que o presidente da Associação explicou como se elaborava um estatuto. O Entrevistado XX foi em busca de um advogado na Câmara de Vereadores, já que eles não tinham condições de arcar com as custas de um profissional. Dessa maneira, em 2007 passa a existir o estatuto social “Associação Comunitária Novo Milênio”, composta por um presidente, um vice-presidente, um primeiro secretário e um segundo secretário, sendo este o primeiro posto do Entrevistado XX. Além disso, era constituída por cinco conselheiros fiscais:

Nós criamos o Novo Milênio, nós tínhamos aqui quatro ou cinco moradores e cada um deu uma ideia: Loteamento Zona Norte, Loteamento Novo Milênio e Loteamento Arizona. Através de reuniões do orçamento participativo foi que nós escolhemos qual é dos três nomes que nós iríamos botar no Loteamento. Como fez aquela virada do Milênio, resolvemos colocar Novo Milênio. Então um morador aqui que já foi embora daqui do Loteamento disse: “ah, quem sabe nós colocamos Novo Milênio por causa da virada. Aí nós fizemos os documentos para o orçamento participativo lá nas reuniões e botamos o nome de Loteamento Novo Milênio.

Ai nossa Associação claro, ficou o nome Novo Milênio. O que que eu fui buscar? Fui ver como se fazia uma Associação, o nome eu já tinha. Mas fui ver como se fazia os estatutos, que não é fácil, não é barbadada. Aí eu fui ver as cópias de alguns que já tinha, aí junto com o fulano daqui e o sicrano da rua Catulo Cearense, a gente foi vendo com um e outro, até que chegamos na Associação Santa Terezinha, que tinha um senhor que lidava com isso aí. Ele nos explicou como que fazia os estatutos, ele tinha os estatutos da Associação dele. Nós pegamos os modelos dele e eu fui procurar um advogado pra encaixar e fazer um estatuto através da câmara de vereador, porque se fosse arrumar um advogado seria muito, né. Aí tem que pedir muito no Loteamento para ter que fazer. Então, arrumei um advogado pela câmara de vereador, fizemos os estatutos. Mas não foi fácil, o que eu corri pelo Rocha Brito (cartório de registro de imóveis de Pelotas) atrás de registros e sempre tinha uma letra; era um ponto daqui um ponto dali, tinha que arrumar tudo de novo. E lá eu ia na câmara de vereador para fazer tudo de novo. O cara também não tinha muita prática lá de fazer, tinha que criar uns novos estatutos através das cópias que eu peguei. Tá, daí fizemos.

E daí os membros da Associação que eu escolhi do Loteamento bastante apoiaram, todas as reuniões que tiveram eles apoiaram. Poderia ter cinco, dez moradores, mas os da Associação estavam, eles ajudavam, ajudaram muito. Eu comecei a reunião aqui com cinco pessoas e o Loteamento todo já estava loteado e a reunião eram com cinco pessoas. Foi indo, fui fazendo, fomos insistindo e foi aumenta e foi aumento, até chegar aquela reunião da família de Deus, dia de entrega nos papeis. Por que o pessoal não acreditava muito. O pessoal não acreditava em regularização fundiária, então, vinha cinco, vinha seis, vinha sete até que quando entrou a parceria da católica aí sim, a primeira reunião que eu fiz e falei que a gente testava com parceria com os advogados da católica para fazer todo um trabalho, que ia vir o levantamento social, aí cresceu. Aí veio praticamente todo mundo [...] porque o interesse dos moradores era regularizar, né. Alguns moradores que estavam na época não queriam, mas depois mudou, aí melhorou e parou também aquele pede dinheiro para um, pede dinheiro para outro e eu não pedi, eu fiz tudo conforme deu, conforme foi alavancando fui fazendo, sem pedir dinheiro para ninguém. Todos os estatutos da Associação eu paguei do meu bolso, não pedi nenhuma moeda para ninguém para depois eles não dizerem assim: “é, ele tá montando uma Associação para se aproveitar de alguma coisa”. Não, fiz tudo limpo e faço até hoje. (Entrevistado XX, Senhor. **Entrevista XX.** [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo.mp3 [60 min.]).

As reuniões da Associação começaram a ser realizadas na igreja “Terra Santa”, de propriedade de um dos moradores da comunidade, mas depois, com o crescimento da participação da comunidade, principalmente após parceria com a Universidade Católica de Pelotas, as reuniões foram transferidas para uma igreja maior pertencente ao bairro chamada “Família de Deus”. Atualmente, as reuniões não estão acontecendo, pois, o Entrevistado XX mencionou que eles precisaram fazer novos estatutos, já que ocorreram mudanças de membros e de algumas diretrizes; mas eles têm expectativas de voltar a realizá-las o quanto antes.

Em 2008, por meio do III Plano Diretor de Pelotas, a área foi declarada de interesse social tipo dois (2) que se refere a áreas públicas ou privadas ocupadas por populações de baixa renda (SMRFP, 2015), especificidades da Lei que serão melhor explicadas no item 2.2, no qual será realizada uma análise da Lei Federal nº 11.977/09 (PMCMV).

Nesse sentido, a parceria entre o projeto de extensão universitária “Núcleo de Assessoria Popular” (NAP) do curso de Direito da UCPEL e o curso de Serviço Social da UNOPAR resultou na elaboração de um questionário socioeconômico que foi aplicado pelos integrantes do NAP, a fim de proporcionar à Prefeitura uma visão prévia do perfil dos moradores e do Loteamento, que depois foi confirmada por meio do trabalho realizado pelo órgão municipal competente. Ainda, com o mesmo intuito de dar visibilidade ao Loteamento, o curso de arquitetura da UCPEL realizou o trabalho

de descrição dos lotes e descrição da gleba geral. Todo esse conteúdo possibilitou a elaboração de três livros que foram entregues à Prefeitura no ano de 2012<sup>2</sup>.

Como já referido, a Prefeitura também elaborou e aplicou um questionário complementar, a partir do qual obteve diversos dados que foram transformados em gráficos por meio do trabalho de técnicos da Secretária de Regularização Fundiária Municipal. Esses gráficos apresentam a média de idade dos moradores, o nível de escolaridade, o tipo de trabalhador existente no Loteamento, a média de renda das pessoas do Loteamento, a quantidade de moradores por lote, características do tipo de construção, características de utilização de imóvel, quantidades de lotes que possuem energia elétrica, quantidades de lotes que possuem abastecimento de água, quantidade de homens e mulheres residentes no Loteamento, tempo de moradia e por fim, quantidade de pessoas portadoras de deficiência<sup>3</sup>.

Além dessa etapa de levantamento socioeconômico e cadastro único, o processo de regularização fundiária com titulação e registro imobiliário do PMCMV implicava a realização de levantamento topográfico, levantamento físico cadastral, elaboração e aprovação do projeto de regularização fundiária, registro do parcelamento e abertura das matrículas dos lotes (SMRFP, 2015) procedimentos que serão observados a seguir.

## **2.2 Análise da Lei Federal 11.977/2009 (Programa Minha Casa Minha Vida)**

A intenção nesse segundo momento é analisar a Lei Federal 11.977/2009, que serviu de base para a regularização do Loteamento Novo Milênio em Pelotas. É mister observar que o referido diploma jurídico foi revogado pela Lei 13.465 de julho de 2017, que atualmente dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, e igualmente institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União. Dessa maneira, as regularizações fundiárias urbana e rural não são mais regulamentadas pela Lei Federal de 2009. Todavia, não exploraremos aqui a análise da nova lei, assim como não se realizará a comparação entre ambas. O objetivo central é entender o processo de regularização fundiária do Novo Milênio que ocorreu

---

<sup>2</sup> As informações do livro se encontram no anexo A.

<sup>3</sup> Gráficos disponibilizados no anexo E.



através dos mecanismos dispostos pela legislação anterior, conforme anunciado acima.

A Lei Federal 11.977 de julho de 2009, conhecida pelo nome Programa Minha Casa Minha vida (PMCMV), cujo objetivo é diminuir o déficit habitacional nas áreas urbanas e rurais, foi um importante marco para o processo de regularização fundiária no Brasil, uma vez que trouxe, após o Estatuto da Cidade de 2001, novos instrumentos e mecanismos que visavam a garantir o desenvolvimento da função social das cidades e o bem-estar dos seus habitantes, conforme o art. 182 da Constituição Federal. (SANTIAGO; SANTANA; BARROSO; LEITE, 2013). Sendo assim, buscando assegurar a todos os cidadãos o direito constitucional a moradia, ela dedicou um capítulo inteiro que buscava agilizar, efetivar e facilitar o processo de regularização fundiária, em especial o de interesse social, ou seja, “destinado a assentamentos irregulares ocupados por população de baixa renda, nos casos em que a área esteja ocupada, de forma mansa e pacífica, há pelo menos 5 (cinco) anos” (FARIA, 2013, p.146), bem como àqueles que estão situados nas áreas pertencentes à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e os imóveis que estivessem localizados em Zona Especial de Interesse social- ZEIS (BRASIL, 2009)<sup>4</sup>.

O art.46 da mencionada Lei estabelecia o conceito de regularização fundiária e sua dimensão jurídica, aduzindo assim o seguinte entendimento:

A regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (BRASIL, 2009).

O processo de regularização consiste em proporcionar a conciliação do direito à moradia, que implica fomentar o desenvolvimento de moradia adequada e buscar solução para os problemas de infraestrutura urbana e de produção habitacional, com a reabilitação de áreas ambientalmente deterioradas (BRASÍLIA, 2012). Nesse sentido, se extrai o entendimento de que regularizar não consiste somente em dar o título de posse e de propriedade ao morador que habita em área irregular, mas também na integração do direito à moradia, do direito ao meio ambiente e a concretização do absoluto desenvolvimento do princípio constitucional da função

---

<sup>4</sup> “Parcela de área urbana instituída pelo Plano Diretor ou definida por outra lei municipal, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo” (BRASIL, art.47, inciso V da Lei 11.977/09).

social da propriedade urbana. Para aplicação desse processo, era necessário respeitar os princípios fundamentais tipificados no art.48 (BRASIL, 2009):

- I – Ampliação do acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, com prioridade para sua permanência na área ocupada, assegurados o nível adequado de habitabilidade e a melhoria das condições de sustentabilidade urbanística, social e ambiental;
- II – Articulação com as políticas setoriais de habitação, de meio ambiente, de saneamento básico e de mobilidade urbana, nos diferentes níveis de governo e com as iniciativas públicas e privadas, voltadas à integração social e à geração de emprego e renda;
- III – participação dos interessados em todas as etapas do processo de regularização;
- IV – Estímulo à resolução extrajudicial de conflitos; e
- V – Concessão do título preferencialmente para a mulher.

Os princípios supracitados serviam como forma de orientação para a instrumentalização da regularização fundiária, que tinha como essência na Lei 11.977/2009 a promoção da cidadania (BRASÍLIA, 2012). No art.48 está explicitado quem poderia realizar essa regularização. Os agentes legitimados eram a União, o Distrito Federal e os Municípios. Além desses, a população moradora dos assentamentos informais, de maneira individualizada ou em grupo, as cooperativas habitacionais, as associações de moradores, as organizações sociais, as organizações da sociedade civil de interesse público e as entidades civis constituídas com a finalidade de promover atividades ligadas ao desenvolvimento urbano ou a regularização fundiária (BRASIL, 2009). Todavia, era importante deixar claro que a definição de quem poderia proporcionar a regularização fundiária não retirava as responsabilidades do loteador responsável pelo parcelamento irregular do solo, segundo a Lei nº 6.766/1979 (BRASÍLIA, 2012).

Ressalta-se que os moradores, as cooperativas, as organizações sociais e a sociedade civil não estavam autorizados a participar de todos os atos do procedimento de regularização fundiária; esses legitimados poderiam solicitar o projeto de regularização fundiária e, “após aprovação pelos órgãos competentes, solicitar o registro do parcelamento decorrente do processo” (BRASÍLIA, 2012, p. 13), mas somente o poder público poderia realizar a demarcação urbanística e reconhecer a posse dos moradores através da legitimação de posse (BRASÍLIA, 2012). O projeto de regularização fundiária era um planejamento obrigatório que integrava as dimensões social, jurídica, urbanística e ambiental (BRASÍLIA, 2012).

A Lei compreendia que também havia bairros compostos por famílias de classe média a alta que estavam em situação de irregularidade fundiária. Portanto, ela

definiu duas modalidades de regularização: a de interesse social, que já foi conceituada acima, e a de interesse específico, aplicável a populações com poder aquisitivo elevado que não estavam enquadradas nas especificidades de interesse social, conforme dispunha o art. 47. Assim, era fundamental observar as características do local e das famílias que ali habitavam, conforme o caso do Novo Milênio, que se enquadrava na regularização fundiária de interesse social. A infraestrutura básica é uma das condições asseguradas por esse tipo de regularização (BRASÍLIA, 2012).

O art.55 do PMCMV determinava que, nos casos de interesse social, a infraestrutura básica seria aquela prevista no parágrafo 6º do art. 2 da Lei 6.766/1979: vias de circulação, escoamento das águas pluviais, rede para o abastecimento de água potável e soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar (BRASIL, 1979). Ainda, no parágrafo único do art. 55, afirmava que a “realização de obras de implantação de infraestrutura básica e de equipamentos comunitários pelo poder público, bem como sua manutenção, pode ser realizada mesmo antes de concluída a regularização jurídica das situações dominiais dos imóveis” (BRASIL, 2009). Sendo assim, interpreta-se que antes mesmo de completada a regularização, o poder público poderia implantar as condições mínimas dos recursos básicos como saneamento, esgoto e água nos assentamentos que estavam sendo contemplados com a regularização.

De acordo com o que já foi observado na referida Lei em seus artigos que abordavam a regularização fundiária urbana, havia uma preocupação maior nos casos de interesse social e, por isso, existia maior regulamentação para tal procedimento. Por essa razão, continuaremos a observar as etapas desse processo, já que nosso objetivo é compreender todas as fases realizadas no Loteamento Novo Milênio por meio da regularização de interesse social. Por conseguinte, o próximo passo seria a demarcação urbanística que estava prevista no inciso III do art. 47:

É procedimento administrativo pelo qual o poder público, no âmbito da regularização fundiária de interesse social, demarca imóvel de domínio público ou privado, definindo seus limites, área, localização e confrontantes, com a finalidade de identificar seus ocupantes e qualificar a natureza e o tempo das respectivas posses (BRASIL, 2009).

Esse instrumento era obrigatório e aplicado somente na regularização fundiária de interesse social e tinha a finalidade de ser implantado em áreas consolidadas, ocupadas por população de baixa renda, onde não havia oposição do

proprietário do terreno, nesse caso de propriedades particulares, como por exemplo a área do Loteamento Novo Milênio. Tanto em terras particulares quanto em terras públicas a demarcação poderia ser realizada exclusivamente pela União, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Distrito Federal, incluindo seus órgãos delegados da administração (BRASIL, 2009). A demarcação de terras federais, em razão da seção III-A do Decreto-Lei nº 9.760/46, deveria e ainda deve ser exclusivamente realizada pela União. O art. 60 prelecionava que “o poder público responsável pela regularização fundiária de interesse social poderá lavrar auto de demarcação urbanística, com base no levantamento da situação da área a ser regularizada e na caracterização da ocupação” (BRASIL, 2009), o qual seria obrigatoriamente encaminhado ao registro de imóveis. A autodemarcação precisava apresentar os seguintes documentos:

- I – planta e memorial descritivo da área a ser regularizada, nos quais constem suas medidas perimetrais, área total, confrontantes, coordenadas preferencialmente georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, bem como seu número de matrícula ou transcrição e a indicação do proprietário, se houver;
- II – planta de sobreposição do imóvel demarcado com a situação da área constante no registro de imóveis; e
- I - planta e memorial descritivo da área a ser regularizada, nos quais constem suas medidas perimetrais, área total, confrontantes, coordenadas preferencialmente georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, número das matrículas ou transcrições atingidas, indicação dos proprietários identificados e ocorrência de situações mencionadas no inciso I do § 6º;
- II - planta de sobreposição do imóvel demarcado com a situação da área constante do registro de imóveis e, quando possível, com a identificação das situações mencionadas no inciso I do § 6º;
- I - planta e memorial descritivo da área a ser regularizada, nos quais constem suas medidas perimetrais, área total, confrontantes, coordenadas preferencialmente georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, número das matrículas ou transcrições atingidas, indicação dos proprietários identificados e ocorrência de situações mencionadas no inciso I do § 5º;
- II - planta de sobreposição do imóvel demarcado com a situação da área constante do registro de imóveis e, quando possível, com a identificação das situações mencionadas no inciso I do § 5º; área a ser regularizada, emitida pelo registro de imóveis, ou, diante de sua inexistência, das circunscrições imobiliárias anteriormente competentes.

Além disso, a Lei do PMCMV atribuía aos Municípios a incumbência de definir e instrumentalizar os procedimentos de regularização fundiária em seus territórios, o que deveria ser feito por meio de uma lei, de um decreto ou de ambas as formas (BRASILIA, 2012). Na situação de Pelotas, a Lei nº 5.502 de 11 de setembro de 2008 instituiu o plano diretor municipal, o qual apresenta, em sua seção II, a regulamentação das áreas de interesse social. No seu art. 88, demonstra que as áreas de interesse social na cidade atenderão às seguintes diretrizes:

- I - Adequar a propriedade do solo à sua função social;
- II - Evitar a expulsão dos seus moradores, mediante a utilização de instrumentos jurídicos e urbanísticos próprios;
- III - Integrar à cidade os assentamentos habitacionais de baixa renda, promovendo sua regularização jurídica, urbanística, técnica e ambiental;
- IV - Propiciar a recuperação ambiental de áreas degradadas ocupadas por população de baixa renda;
- V - Prover a oferta de equipamentos urbanos e comunitários, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local;
- VI - Fomentar a utilização dos vazios urbanos localizados no Município para programas habitacionais, de modo a ampliar a oferta de terra para a moradia da população de baixa renda;
- VII - Promover a manutenção e melhoria de HIS, incluindo a recuperação de imóveis degradados;
- VIII - Propiciar a geração de trabalho e de renda para seus moradores.
- IX - Não expor os assentados a riscos ambientais (PELOTAS, 2008).

Consequentemente, no art. 90, inciso II, são classificadas as áreas especiais de interesse social (AEIS) “públicas ou privadas, ocupadas por população de baixa renda, em que haja interesse público em promover a regularização fundiária, produção, manutenção e recuperação de habitação de interesse social”. Assim, são identificadas como AEIS:

Parágrafo Único - São identificadas como AEIS II, conforme mapa U07, sem prejuízo da inclusão de outras, as seguintes áreas abaixo relacionadas:  
 XI - Loteamento Novo Milênio (PELOTAS, 2008).

Verificada a Lei Municipal referente à matéria, a demarcação urbanística seguia o seu curso para as próximas etapas. Quando se tratava de propriedade privada, a demarcação urbanística era encaminhada ao oficial de registro de imóveis que providenciava a notificação pessoal (com aviso de recebimento) dos proprietários e dos confrontantes da área demarcada, que poderiam impugnar no prazo de 15 dias. Caso não fossem encontrados, um edital era publicado notificando os proprietários. Quando a demarcação urbanística confrontava as propriedades públicas, o ente promotor da regularização notificava os órgãos responsáveis pela administração patrimonial dos entes federados envolvidos (BRASIL, 2009). Ocorrendo impugnação por parte do órgão proprietário, seria possível a tentativa de acordo entre as partes envolvidas, conduzida pelo oficial de registro de imóveis; em caso de não realização de acordo, o processo de demarcação da área envolvida seria encerrado. Todavia, não ocorrendo a impugnação, o oficial de registro de imóveis deveria averbar a demarcação urbanística nas matrículas da área a ser regularizada. Caso o imóvel não tivesse matrícula, ela era aberta conforme fundamenta o art. 288-A da Lei nº 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos). O Loteamento Novo Milênio teve sua

autodemarkação lavrada no Registro de Imóveis de Pelotas – 1º Zona, Livro nº 2 – Registro Geral. Com as matrículas instauradas o passo seguinte era a legitimação da posse (BRASIL, 2009).

Sendo assim, a legitimação da posse pode ser entendida como:

A legitimação de posse é um instrumento voltado para o reconhecimento da posse de moradores de áreas objeto de demarcação urbanística. Trata-se da identificação pelo poder público de uma situação de fato, que é a posse mansa e pacífica de uma área por pessoas que não possuem título de propriedade ou de concessão e que não sejam foreiras de outro imóvel urbano ou rural. Um dos objetivos da legitimação é dar publicidade às posses identificadas e qualificadas, por meio da confecção de um título pelo poder público, em nome do morador, e de seu registro no cartório de registro de imóveis. Quando feita em áreas privadas, a legitimação de posse possibilita a aquisição de propriedade por meio da usucapião administrativa. Em relação a áreas públicas, pode facilitar a instrução de pedidos de concessão de uso para fins de moradia ou de outros instrumentos definidos pelo titular de domínio da área.” (BRASÍLIA, p.18, 2012).

A usucapião é a forma de aquisição da propriedade prevista na Constituição Federal de 1988, assim como na Lei 10.406/2012 – Código Civil brasileiro. Anteriormente à Lei do PMCMV, não havia a possibilidade de usucapir imóveis de forma coletiva e administrativa. Assim, essa nova modalidade de regulamentação envolvendo os beneficiários, o poder público promotor da regularização fundiária de interesse social e o cartório de registro de imóveis foi aplicada no Loteamento Novo Milênio, já que eles apresentavam as características daqueles que poderiam ser beneficiados com a legitimação de posse, segundo o que estava previsto no art. 59:

Parágrafo único. A legitimação de posse será concedida aos moradores cadastrados pelo poder público, desde que:

- I – não sejam concessionários, foreiros ou proprietários de outro imóvel urbano ou rural;
- II – não sejam beneficiários de legitimação de posse concedida anteriormente; e
- III – os lotes ou fração ideal não sejam superiores a 250m² [duzentos e cinquenta metros quadrados] (BRASIL, 2009).

Ainda, o parágrafo 3º diz que “não será concedida legitimação de posse aos ocupantes a serem realocados em razão da implementação do projeto de regularização fundiária de interesse social, devendo o Poder Público assegurar-lhes o direito à moradia”. (BRASIL, 2009). Para confeccionar os títulos de legitimação de posse, o poder público deveria:

Identificar as casas e os lotes inseridos na área objeto de demarcação urbanística e cadastrar seus moradores;  
solicitar declaração, sob penas da lei, da localização, do tempo e da natureza das posses dos interessados, da condição de não proprietários, não concessionários e não foreiros de outro imóvel urbano ou rural, bem como da ausência de benefício anterior de legitimação de posse, se for o caso;  
verificar o atendimento aos requisitos legais necessários à legitimação de posse e instruir processo administrativo com todos os documentos comprobatórios dessa condição (BRASÍLIA, p.19, 2012).

Era necessário conter no título o nome do morador responsável pelo lote, preferencialmente da mulher, ou os nomes do casal e sua(s) identificações, dentre as quais deveria conter no mínimo os números de carteira de identidade e do CPF. Era necessário constar, ainda, a descrição do lote, a natureza da posse e o tempo da posse declaradas pelo morador (BRASÍLIA, 2012). A conversão da legitimação da posse em áreas privadas deveria ser requerida no cartório do registro de imóveis após o prazo de cinco anos do registro da legitimação da posse. Era indispensável apresentar o “documento de identidade, declaração que não possui outro imóvel urbano ou rural, declaração de que o imóvel é utilizado para a sua moradia ou de sua família, declaração de que não teve reconhecido anteriormente o direito a usucapião de imóveis em áreas urbanas” (BRASÍLIA, p.19, 2012). Mais do que isso, também seria necessário demonstrar certidões que declarassem a inexistência de ações em andamentos em relação a posse ou a propriedade do imóvel, a serem fornecidas pelo poder público (BRASÍLIA, 2012).

O Loteamento Novo Milênio recebeu seu título de posse no ano de 2015; portanto, faltam três anos para a conversão do título de posse em propriedade. Mas como fica a sua situação já que os dispositivos da Lei 11.977/2009 (PMCMV), os quais serviram para a sua regularização fundiária, foram revogados pela Lei 13.465/2017? A Medida Provisória nº 759, de 22 de dezembro de 2016, em seu art. 73, §1º e §2º, determinou que os procedimentos que já estavam em andamento poderiam permanecer sob o abrigo da legislação revogada, a critério do ente público responsável por sua aprovação (PROVIN, 2017). Dessa forma, os critérios do capítulo III do PMCMV ainda regem o processo de regularização do Novo Milênio.

Compreendido o procedimento jurídico de regularização fundiária, em especial a de interesse social, estabelecidos na Lei 11.977/2009 (PMCMV), o tema de regulamentação do solo urbano não se esgota na referida lei, pelo contrário, além da previsão por óbvio na Constituição Federal e em outras leis dispostas no ordenamento jurídico brasileiro, o assunto é bastante discutido no âmbito teórico e tem sido objeto de estudo de muitos trabalhos acadêmicos devido à sua complexidade, já que a

temática se relaciona com o direito à moradia, à vida cotidiana, à sociabilidade, ao movimento social e à habitação social. Pensando nisso, no tópico a seguir serão explanadas algumas pesquisas acadêmicas de diferentes períodos que abordaram os referidos assuntos.

### **2.3 Algumas produções acadêmicas sobre regularização fundiária relacionadas as categorias sociabilidade, direito à moradia, movimento social, vida cotidiana e sociabilidade**

A irregularidade fundiária urbana não é um fenômeno hodierno. A segregação socioespacial provém de séculos dentro do Brasil. Nos últimos anos, o tema habitação social no país apresentou vastos avanços no que tange às políticas públicas e nos debates realizados no âmbito acadêmico. Dentro da ampla bibliografia sobre a temática, no campo da Sociologia, destaca-se o livro de Marcelo Kunrath Silva “Cidadania e Exclusão: os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal em Porto Alegre” (2002), no qual investiga a luta pela regularização fundiária na Vila Jardim, em Porto Alegre, onde, desde a década de 70, moradores e prefeitura municipal travam discussões. Observa-se nesta obra a importância do envolvimento dos moradores com o poder público local para delinear as diretrizes políticas de promoção da cidadania. Depois de muitos impasses e discussões, a Vila Jardim foi contemplada com a regularização, mas por causa da insuficiente comunicação entre o departamento urbano municipal, as secretarias municipais e outros órgãos responsáveis, assim como por causa de suas limitações, o programa não conseguiu se expandir e atingir outras populações irregulares.

Tratando dessa mesma perspectiva e analisando a mesma temática de estudo, cabe trazer a dissertação de mestrado de Bernadete Maria Konzen intitulada “Democracia e Cidadania: estudo sobre a relação dos moradores da Vila Jardim e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre no processo de regularização fundiária”. A dissertação de Konzen (2000) trata de duas lentes conceituais: cidadania e democracia, com o objetivo de relacionar a ação e a representação dos agentes sociais, moradores da Vila Jardim, e dos agentes da Prefeitura Municipal de Porto Alegre com os conceitos de cidadania e democracia, observando a modificação semântica no andamento das relações entre os agentes envolvidos. É



importante observar que a autora indaga acerca das ações protagonizadas pelos movimentos sociais a partir de um olhar sociológico. Antes, tais movimentos eram vistos como autônomos no tocante às organizações políticas tradicionais; posteriormente, essa visão foi sendo ressignificada, dando margem a novas abordagens que começaram a problematizar a autonomia, o papel dos movimentos sociais e o conceito de cidadania (KONZEN, 2000).

Desse modo, o trabalho exposto perpassa essa problemática, usando como referencial empírico a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e a Vila Jardim. Tanto Silva quanto Konzen problematizam a regularização fundiária na Vila Jardim em termos do processo de participação democrática e promoção da cidadania, dentro do qual os agentes, moradores, e os movimentos sociais estabelecem discussão com o poder público municipal. Silva (2002) incita o debate sobre a produção sociológica acerca dos Movimentos Sociais Urbanos (MSUs). Diante disso, ele destaca as novas relações entre sociedade civil e Estado, que desenvolveram novos processos buscando viabilizar a democracia participativa e direta em alguns Municípios brasileiros, a partir do final dos anos oitenta. Em razão desse novo contexto nos Municípios, a cidade de Porto Alegre foi escolhida para ser analisada. Ao longo de todo livro, o pesquisador procura responder o problema de pesquisa, a saber: “como os processos de democracia participativa desenvolvidos em Porto Alegre repercutem sobre os movimentos sociais urbanos neles envolvidos, integrando seu campo de experiências, introduzindo mudanças de práticas e discursos e gerando novas relações que alteram o campo de estratégias e identidades coletivas que disputam a identificação e a participação dos indivíduos das classes populares da cidade?” (SILVA, 2002, p.13). Como parte de desenvolvimento dessa análise, observa-se a formação do Loteamento Vila Jardim, situado na região leste de Porto Alegre, a qual teve ativa participação de seus membros, incluindo a tentativa de atuação na implantação de regularização fundiária de suas casas e em outros processos, demonstrando seus avanços e dificuldades em constituir modelos de gestão que buscam a cidadania plena, a partir dos anos setenta até os anos noventa.

Konzen (2000), também desenvolveu sua pesquisa no Loteamento Vila Jardim, mas sua abordagem está pautada no problema de pesquisa: “que mudanças a participação dos moradores da Vila Jardim vêm produzindo na gestão da política habitacional? Qual o efeito dessa participação na relação entre Prefeitura Municipal

e os moradores? Que impactos produz a experiência de organização e mobilização dos moradores da Vila Jardim em sua visão de mundo e em seu processo de organização?” (KONZEN, 2000, p.16). Nesse sentido, a autora analisa o “processamento da demanda de Regularização Fundiária na Vila Jardim dentro dos espaços de intervenção dos moradores, seja no processo de organização local, nos mutirões de limpeza e de urbanização dos becos, nas Plenárias do Orçamento Participativo da Região Leste, seja junto às decisões do Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação” (KONZEN, 2000, p.16). Assim, percebe-se que Konzen buscou estudar a atuação dos moradores da Vila Jardim nas definições da política habitacional no Município de Porto Alegre sob a ótica dos conceitos de cidadania e democracia, enquanto que Silva (2002) evidenciou a ação coletiva enquanto movimento social, demonstrou a trajetória e ação dos movimentos sociais urbanos no Brasil e sua participação na gestão Municipal de Porto Alegre, usando estudos de caso como o da Vila Jardim.

No ano de 2008, Tiago de García Nunes apresentou a dissertação em Sociologia Jurídica intitulada “Porto Alegre-Brasil da cidade ‘legal’ à cidade real: a produção informal de um assentamento urbano e sua regularização fundiária”, a qual buscou analisar nas cidades brasileiras como as populações de baixa renda solucionam seu problema de habitação. Para isso, o autor realizou um estudo de caso de um assentamento urbano denominado “Vila Salvador França” na cidade de Porto Alegre, que teve seu processo de regularização fundiária. A pretensão da pesquisa é dar visibilidade aos “sujeitos” e “atores reais”, que estão submetidos à irregularidade urbana na “precária vida das favelas” (NUNES, 2008).

Assim, como primeiro objetivo do seu estudo, ele demonstra que as transformações urbanas no Brasil, juntamente com os diferentes níveis socioeconômicos entre a população, desencadearam distribuições desiguais das áreas urbanas, abrindo espaço para habitação informal, sendo esta a única possibilidade de acesso à moradia pelas famílias de baixa renda. No tocante ao segundo objetivo, ele faz uma crítica em relação ao direito brasileiro, dizendo que por muito tempo a legislação urbanística esteve inerte em relação aos problemas habitacionais nas cidades brasileiras, e, quando presente, fomentou o capitalismo através dos interesses privados de construtoras, velando pelo acúmulo de capital em detrimento dos interesses sociais (NUNES, 2008). Então, por meio de revisão bibliográfica, o autor verificou que com a crescente urbanização, a propriedade

privada foi amplamente protegida pelo direito, enquanto que sua função social, princípio fundamental que está previsto no art.5º inciso XXIII da Constituição Federal de 1988, foi esquecida. A partir de questionários aplicados aos moradores da Vila Salvador Franca, Nunes (2008) constatou que antes da regularização fundiária, a comunidade supria todas suas necessidades relacionadas a habitação. O autor cita como principais: a instalação de rede elétrica, o sistema de esgoto, a construção de caminhos e a numeração das casas, tudo realizado de maneira informal, sem apoio dos órgãos estatais ou de algum técnico.

Sendo assim, percebe-se que mesmo sem a interferência do Estado, o processo de urbanização acontecia e a comunidade satisfazia seus interesses com os instrumentos de que dispunha. O acesso informal ao solo e à “autoconstrução” de moradia, assim como a garantia adquirida pela regularização fundiária, proporcionam a inclusão social e a integração espacial da Vila Salvador França (NUNES,2008). Ademais, o autor indaga o papel do direito frente às questões urbanísticas e a potencial emancipação da “produção informal do espaço urbano” seguido da implantação da regularização fundiária da comunidade estudada. Portanto, esse estudo traz fios condutores importantes para o debate das políticas urbanas no país; mas não somente isso, também mostra como são e como vivem populações que usufruem do solo e moradia informal, como o caso da Vila Salvador França em Porto Alegre.

Aproximando-se do Município de Pelotas, a dissertação “Regularização Fundiária em Pelotas: transformações na vida cotidiana dos(as) moradores(as) do Loteamento Barão de Mauá” de Natália Carvalho da Rosa, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, no ano de 2010, teve como objetivo central observar o processo de transformação na vida cotidiana dos moradores do Loteamento Barão Mauá. Diferentemente do Loteamento Novo Milênio, os moradores das áreas consideradas irregulares foram removidos do local onde habitavam e reassentados no Loteamento Barão de Mauá pela Prefeitura Municipal de Pelotas. Rosa (2010) buscou compreender as práticas e as narrativas dos moradores do Loteamento Barão de Mauá devido às transformações que eles presenciaram em sua vida cotidiana por causa do reassentamento provocado pelas ações do poder público Municipal de Pelotas-RS. Essa dissertação não poderia deixar de ser mencionada neste estado da arte, visto que Rosa (2010) problematiza o conteúdo das políticas urbanas, especialmente, no Brasil, por meio da compilação de

alguns autores que enfrentam repensar as cidades e o desenvolvimento urbano no contexto da sociedade capitalista.

Embora a temática da regularização urbana e a categoria da vida cotidiana sejam recorrentes a essa dissertação e à presente proposta de dissertação, o objeto de estudo se diferencia com a construção da problemática à luz da experiência da ação dos moradores do Loteamento Novo Milênio. Primeiro, porque um dos atores sociais, ou seja, os sujeitos moradores do loteamento, possuem modos de constituição de história de vida própria da situação de ocupantes de um mesmo espaço físico e social que foi regularizado pelo poder público local, de modo que a Prefeitura de Pelotas lhes concederá o título de propriedade do lote. Daí o interesse em compreender a ação coletiva dos moradores e da Associação de moradores do Novo Milênio (em parte, inicialmente relatada no item 2.1 deste capítulo), do que resultou na regularização do loteamento, sobretudo os efeitos dessa regularização na vida cotidiana dos moradores, bem como a relação destes com o poder público.

Consequentemente, os processos de regularização entre ambos os loteamentos são distintos: no estudo de Rosa (2010), a população alvo está em processo de mudança (remoção ou deslocamento) do espaço de ocupação irregular, pois eles foram removidos do local de origem onde viviam e reassentados em outro espaço urbano, no Loteamento Barão de Mauá, o qual foi escolhido pela prefeitura. Já no Loteamento Novo Milênio, a população que vivencia o processo de regularização ocupava o mesmo território urbano, espaço físico e social. Segundo, o método e as técnicas utilizadas na investigação do Loteamento Novo Milênio serão a etnografia com observação participante, com perguntas não dirigidas e história de vida, para buscar compreender se a regularização fundiária trouxe melhorias urbanas ao mesmo local onde os moradores habitam há décadas. Portanto, nessas circunstâncias, busca-se investigar se houve mudanças nas relações sociais dos moradores, e como elas se sucedem na vida dos moradores, bem como na relação deles com poder público local. Igualmente, discutir os impasses políticos da aplicação da lei da regularização fundiária no espaço urbano.

Diante dessas pesquisas escolhidas pode-se perceber que as cidades brasileiras estão aos longos dos anos em um movimento de disputa pelo espaço urbano e de garantia de moradia digna, incluindo a Cidade de Pelotas com o caso do Loteamento Novo Milênio. Antes de refletir em relação a esse fenômeno de “combate” e de repensar as políticas habitacionais, é relevante pensar o que é a cidade, como

se procedeu o desenvolvimento da urbanização e onde se insere o direito à moradia dentro desse contexto. Desse modo, o capítulo abaixo se inicia com tais ponderações.

### **3 Capítulo II – Reflexões acerca das teorias e dos fundamentos que orientam a pesquisa**

Nesse capítulo será evidenciado o referencial teórico utilizado nessa pesquisa sociológica para dar maior clareza aos que se pretende alcançar nesse estudo. Sendo assim, os conceitos teóricos serão explanados de forma articulada com a pesquisa empírica, realizada do Loteamento Novo Milênio, a fim de auxiliar na compreensão do tema proposto.

#### **3.1 Cidade, urbanização e direito à cidade**

Quando se pensa em cidade, logo vem à mente um conjunto de imagens que se interligam de forma sistemática ou em vias de sistematização. Pensa-se em população, prédios, estatutos, leis, fábricas, ou seja, elementos característicos de uma sociedade industrial moderna. O fato é que o conceito de cidade apresenta uma grande complexidade, pois é muito mais que um sistema que se resume nos elementos acima citados. Antes mesmo da industrialização, a cidade já existia (LEFEBVRE, 2001a), no entanto, as questões referentes às cidades modernas estão intimamente ligadas à problemática urbana que passou a ser delineada através do processo de industrialização. Por isso, propõe-se refletir inicialmente sobre o que é a cidade a partir da urbanização e verificar o direito à cidade (LEFEBVRE, 2001a) dentro desse fenômeno, citando a cidade de Pelotas e o Loteamento Novo Milênio, objeto de estudo do presente trabalho.

Nas palavras de Lefebvre (2001a, p.11) “[...] pode-se dizer que o processo de industrialização é o indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento, à planificação, às questões referentes a cidades e ao desenvolvimento da realidade urbana”. Com a queda do sistema feudal, somada à posterior revolução industrial e ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, muitos habitantes da zona rural migraram para os centros urbanos, impulsionando o processo de urbanização que, especialmente nos países subdesenvolvidos, ocorreu de maneira desordenada. Os habitantes das cidades passaram a se diferenciar de forma assimétrica em decorrência da crescente acumulação capitalista, a qual só se intensificou ao longo das décadas no Brasil (OLIVEN, 2010).

Nos dias atuais, consegue-se identificar dentro das cidades dicotomias territoriais: por um lado, há aqueles que vivem na periferia, que são caracterizadas por serem famílias de baixa renda (DURHAM,2004), e por outro lado, há aqueles que vivem nas áreas centrais, que em sua maioria são famílias de maior poder aquisitivo. Todavia, também é possível identificar os casos de bairros pobres dentro de áreas que foram sendo consideradas centrais ao longo do tempo em razão do crescimento urbano e da valorização do mercado imobiliário. Ribeiro (2014) exemplifica essa situação a partir de sua pesquisa desenvolvida em quatro Loteamentos na cidade de Pelotas denominados Navegantes I e II, Anglo e Fraget (Associação das Vilas Reunidas Farroupilha, Real, Aurora, Guabiroba, Elza, Treptow), todos localizados próximos a área central. A autora verificou que os referidos Loteamentos careciam de acesso a serviços urbanos e, por essa razão, pagam um preço muito baixo pelo direito de morar. Assim, Ribeiro (2014, p. 133-134) conclui que “a periferia é caracterizada empiricamente como a localidade com baixo investimento em serviços urbanos, ou pior, servida por estes, por isso o preço de morar é mais barato, e o prestígio de quem nela habita é depreciado no mercado econômico e simbólico dominante”. Por mais que esteja situada próxima ao centro, conforme ilustrada nas áreas investigadas por Ribeiro (2014, p.134), a periferia está “distribuída no espaço urbano não apenas como espaço de exclusão, mas também de reprodução das relações sociais implícitas na expansão das cidades”. Nessa perspectiva, esses bairros e Loteamentos são considerados centrais do ponto de vista espacial, mas fazem parte do subúrbio (SOTO, 2008, p.111) e da periferia. O subúrbio, para Soto (2008), é uma variação da periferia, uma representação social tão estigmatizada quanto, mas um pouco mais urbanizada. E tudo faz parte do urbano: a cidade que engloba o centro, a periferia e o subúrbio.

De acordo com Oliven (2010), o Brasil se tornou urbano a partir de vários processos. O autor explica quatro importantes: o primeiro acontece com a migração dos camponeses e agricultores para as cidades em busca de trabalho, já que a inserção das relações capitalistas no campo acarretou a falta de emprego. O segundo se dá com a introdução de melhoramentos sanitários e de higiene proporcionados pela cidade, ocasionando o aumento da população que não consegue habitar no meio rural devido às suas limitações sociais e físicas. O terceiro processo “consiste na expansão das fronteiras agrícolas às quais pessoas atingidas pelos dois processos anteriores migraram em busca de novas terras” (OLIVEN, 2010, p. 65), afetando

constantemente as reduzidas populações indígenas que, segundo o autor, sofreram consequências fatais. Por fim, o quarto processo se manifesta na imagem difundida pelos meios de comunicação de que na cidade estão as melhores condições de vida e trabalho, tornando-a atrativa para as populações rurais. Nos casos da América do Sul as cidades são cercadas por favelas, nessa região “as antigas estruturas agrárias se dissolvem; camponeses sem posses ou arruinados afluem para as cidades a fim de nelas encontrar trabalho e subsistência

Dessa maneira, a sociedade brasileira tem suas raízes no campo. Durante boa parte da sua história, o Brasil foi um país predominantemente agrícola, onde as pessoas extraíam sua atividade econômica da área rural (SANTOS, 1993). No entanto, a partir do século XIX, a urbanização alcançou maturidade, e, mais ainda no século subsequente, adquiriu as características conhecidas nos dias de hoje (SANTOS, 1993). A expansão urbana datada nesses períodos aumentou desordenadamente, principalmente na década de 1950. Como exemplo disso, Caldeira (2000, p. 46) cita o intenso processo de industrialização pelo qual passou a cidade de São Paulo, com taxas de crescimento populacional “em torno de 5,5% ao ano entre 1940 e 1970”, resultante principalmente intensa da migração interna e crescimento na construção civil, trazendo consigo o slogan “São Paulo não pode parar”.

Rolnik (1995) define a cidade através da analogia de um ímã. Para a pesquisadora, a cidade cria “um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens” (ROLNIK, 1995, p. 12). Dessa forma, a noção de cidade consiste em vida coletiva, que é um conjunto formado por interligações de todos os indivíduos. Assim, há sistemas de controle construídos a partir dessa vida coletiva que estabelecem um movimento de ordem, como os sistemas de controle de fluxos, que segundo a autora, estão presentes a todo instante nas cidades: a faixa de pedestres, os impostos urbanos, os semáforos, as filas de ônibus etc. (ROLNIK, 1995). Ainda, “há sempre na cidade uma dimensão pública de vida coletiva a ser organizada” (ROLNIK, p. 20, 1995). Essa necessidade de organização faz surgir um poder urbano que é gerenciado pela autoridade político-administrativa.

Desde sua origem a cidade “significa organizar um território e uma relação política” (ROLNIK, p. 22, 1995). Portanto, ser habitante de uma cidade é participar de alguma forma da vida pública, mesmo que seja somente no cumprimento das regras e regulamentos estabelecidos. O poder urbano faz parte de uma dimensão política



que pode ser identificada na cidade-Estado grega (polis) e nas Civitas em Roma, nas quais a centralização do poder era visível (ROLNIK, 1995). Mas a autora indaga se esse poder é centralizado nas metrópoles contemporâneas, como São Paulo e Nova Iorque, concluindo logo em seguida que estamos aparentemente diante de um paradoxo, já que do ponto de vista espacial, essas cidades são descentralizadas. No entanto, com o auxílio da tecnologia, a autoridade política-administrativa consegue controlar os habitantes, o que demonstra a centralização do poder urbano por parte do Estado. Por conseguinte, “mesmo na grande metrópole sem centro, podemos dizer que ser habitante da cidade é estar ao mesmo tempo protegido e reprimido por suas muralhas” (ROLNIK, 1995, p. 24).

O espaço urbano pode ser entendido como a preeminência da cidade em relação ao campo, definindo a urbanização como um processo progressivo de transformação e absorção das áreas rurais. Posto isto, o poder de atração da cidade proporcionou a aglomeração dos homens, que potencializaram sua capacidade produtiva através da colaboração, ensejando assim a divisão do trabalho, e consequentemente sua especialização e a instauração do mercado (ROLNIK, 1995). Logo, se antes o controle estava nas mãos dos senhores feudais, com o novo modo de produção inserido na vida urbana, o poder passa para a classe mercantil, os burgueses. Tem-se à frente um duplo processo: “industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, crescimento econômico e vida social” (LEFEBVRE, p.16, 2001a).

Se constrói um padrão burguês da habitação (ROLNIK, 1995), isto é, a divisão do espaço público e privado apresentam dimensões diferentes. Rolnik (1995) aduz que a casa é o local de confinamento, território demarcado por muros; é o lugar de intimidade da família, o qual esboça segurança e deixa todos longe dos perigos da rua. Além disso, a mulher é colocada na posição “do lar”, ficando alienada aos assuntos externos da casa, e as crianças, que antes aprendiam a sobreviver sozinhas no mundo dos adultos, são segregadas por idade e inseridas na escola. Concomitantemente, o espaço da rua é percebido como uma ameaça, que aproxima “todo tipo de gente”, de classes, cor, idade, sexos diferentes e etc. (ROLNIK, 1995). “A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade” (LEFEBVRE, p. 22, 2001a).

Nessa perspectiva, os territórios populares também são assinalados como ameaça para as classes dominantes que não as querem por perto. Por isso, a segregação espacial na cidade se torna indispensável. Já que “a terra urbana se tornou uma mercadoria” (ROLNIK, 1995, p. 52), somente aqueles que têm dinheiro conseguem usufruir de zonas urbanas privilegiadas, enquanto que os que não possuem condições financeiras precisam se adequar a locais mais afastados, pequenos, que em sua maioria são bastante povoados, e mesmo quando não estão tão longe dos centros, não desfrutam de infraestrutura básica no seu local de moradia. Evidencia-se essa situação no fato concreto de uma moradora do Loteamento Novo Milênio, localizado em área considerada próximo ao centro da cidade, que relata a situação de vulnerabilidade do Loteamento e de diferenciação dos demais bairros:

Logo no início a gente não tinha água dentro das casas, não tinha luz própria, era gato, era fio emendado. Tinha que buscar água de balde nas esquinas, muitas casas pequenas, sabe? Chalés assim caindo. Muitas casas pegaram fogo nessa função de não ter luz por causa das velas. Duas crianças faleceram porque a casa pegou fogo. Era bem triste mesmo, mas agora a gente tá bem melhor. Conseguimos o SANEP, as luzes. Antes da regularização, cada um tinha o direito de ter a sua luz, mas aí depois demorou um pouco mais pra regularizar [...]. mas um bairro de classe média, um bairro de classe alta e um bairro de classe baixa, tem muita diferença, entendeu? Se tu vais numa casa dessas do outro lado de lá acontece alguma coisa, estoura um cano, alguma coisa, uma vez que eles ligam já estão ali. Aqui um cano que quebrou a gente ligou quase um mês pedindo para vir e não vinha. Tem diferença, então, não adianta<sup>5</sup>. (Entrevistada XVI. **Entrevista XVI**. [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [13 min.].

Sob a ótica política, “a segregação é produto e produtora do conflito social. Separa-se porque a mistura é conflituosa e quanto mais separada é a cidade, mais visível é a diferença, mais acirrado poderá ser o confronto” (ROLNIK, 1995, p. 52). Assim, esse fenômeno está intimamente ligado ao conflito pela luta do espaço urbano.

É com a industrialização que a urbanização modifica a lógica social das cidades. Na cidade antiga, podia ser vista como uma obra de arte, mas depois da industrialização, ela passa ser considerada um produto (LEFEBVRE, 2001a). Os problemas atuais estão associados a esses fenômenos que Lefebvre chama de duplo processo. Nas sociedades modernas, portanto, a cidade é estruturada visando ao valor de troca. Ela se torna um negócio, ela gera lucro, renda (LEFEBVRE, 2001a); e

---

5 Nessa segunda fala da entrevistada, ela estava relatando das dificuldades enfrentadas por eles em relação a solução de problemas de infraestrutura no Loteamento mesmo após a regularização fundiária.

isso afeta as relações sociais, já que, na sociedade capitalista, estruturar a cidade pautando-se no valor de uso se mostra como algo improdutivo. Lefebvre (2001a) chama essa utilização do espaço urbano de “festa”, cuja finalidade é o prazer e o fortalecimento dos laços de sociabilidade no cotidiano das pessoas. Vê-se, enfim, que o capital se sobrepõe ao uso social da cidade.

A partir disso, o que restou à população pobre é viver nas margens dos bairros mais ricos, sem acesso aos mesmos serviços públicos. De acordo com Durham (2004) existe uma área que é peculiar às camadas mais pobres, “um espaço que lhe é próprio e onde se constitui a expressão mais clara de seu modo de vida. É a chamada ‘periferia’.” (DURHAM, 2004, p. 382). No período pós-ssegunda guerra mundial, uma medida radical foi tomada para resolver o problema da habitação: antigamente buscava-se a solução através da iniciativa privada, com vilas operárias ou alugueis de casas, por exemplo (DURHAM, 2004). Entretanto, em razão do congelamento no setor imobiliário de alugueis, surgiu, como nova forma de negócio, a venda de terrenos insalubres, sem documentação, sem acesso a serviços públicos, e com localização desfavorável (DURHAM, 2004). Esse motivo também contribuiu para o resultado perceptível: “bairros de ruas irregulares, sem calçamento nem iluminação, desprovidos de redes de água e de esgoto, sem escolas e posto de saúde, com transporte difícil e caro” (DURHAM, 2004). Acompanhado da venda desses lotes está o sonho da casa própria por parte das classes populares que têm seu direito a cidade suprimido. Com esse pensamento, a periferia se caracteriza na urbanização precária, advinda de um resultado histórico que afetou diversos países no mundo como no Brasil. Ocorre, portanto, a “explosão”, isto é, “(...) a cidade explode em periferias e o vilarejo se decompõe; um tecido urbano prolifera no conjunto do país. Uma massa pastosa e informe resulta desse processo: favelas, megalópoles”. (LEFEBVRE, p. 168, 2001b).

Apesar da periferia ter um sentido negativo dentro das cidades brasileiras em vista dos problemas estruturais, esse local apresenta características muito significativas. No Novo Milênio, por exemplo, conquanto seja composto por famílias de baixa renda, que enfrentaram por muitos anos a situação de irregularidade de suas casas, problemas de esgoto, calçamento, ruas sem pavimentação, falta de água, luz, iluminação pública, dentre outras questões, sempre tiveram a expectativa de melhorar de vida e ainda continuam com esse sentimento.

Há um projeto de vida privada de cada um, que foi sendo consolidado ao longo dos anos com a instalação de canos de esgoto realizados por suas próprias mãos, com a construção do “puxadinho” em suas casas, a colocação de uma porta de ferro, ensejando, ao longo dos anos, a urbanização do local. Durham (2004) chama isso de “implicações mais diretamente políticas da segregação e fixação da população de baixa renda”. A autora diz que esse processo de melhoramento de vida é pensado como sendo de responsabilidade do trabalhador, junto com a sua família, mas que tem uma contrapartida propriamente social. “É que a melhoria das condições de vida decorre também da urbanização da periferia, que ao longo do tempo permite o acesso, por parte da população, aos serviços públicos urbanos” (DURHAM, p. 383, 2004). Ela ainda afirma que as melhorias beneficiam a todos os habitantes, mas não podem ser obtidas pelo esforço individual. “É nesse momento e nesse contexto que a população se torna receptiva a formas de organização que permitem uma ação conjunta”. (DURHAM, p. 384, 2004).

E foi dessa situação que nasceu a Associação Comunitária do Loteamento Novo Milênio, com a expectativa de alcançar benefícios presentes nas demais regiões da cidade. Outro ponto interessante identificado é que os 20 entrevistados responderam que gostam muito de morar no local; disseram que a vizinhança é boa, mas por serem todos trabalhadores e por passarem grandes períodos fora de casa, não costumam passar tempo na casa uns dos outros, porém, mencionaram que podem contar uns com os outros sempre que saírem, e que, nesses momentos, vigiam as casas dos vizinhos quando percebem alguma movimentação “estranha”. Essa forma de sociabilidade pode se diferenciar de bairros com camadas mais abastadas, já que “para estas, as distancias são eliminadas pelo automóvel e pelo telefone, e a sociabilidade se exerce entre parentes e amigos dispersos pela cidade” (DURHAM, 2004, p. 383,) e não com a vizinhança. A partir disso, pode-se perceber que dentro da mesma cidade encontram-se bairros socialmente e economicamente diferentes com redes de sociabilidade distintas.

O processo de estruturação da cidade Pelotas teve como ponto crucial a economia movida pela valorização do rebanho de gado: a carne de charque. (VARGAS, 2012). O charque movimentou a economia da região pelo fato de servir de alimento para os escravos em todo o Brasil, além de em outros países escravistas da América Latina entre os séculos XIX e XX (VARGAS, 2012). Com essa lucrativa atividade econômica, muitas indústrias foram implantadas na cidade, enquanto a

população crescia cada vez mais. Isso gerou más condições sanitárias no município, que resolveu acompanhar a política de higienista que soldava o país (MOURA, 2006). Os cortiços eram o local de moradia da população pobre, e ao longo dos anos passaram a ficar cada vez mais povoados. Eles foram estigmatizados como sendo os causadores das precárias condições de higiene e das doenças na cidade (MOURA, 2006). O único caminho de moradia para a classe trabalhadora era a propagação dos cortiços, já que a ausência de recursos não possibilitava outra alternativa, pois os aluguéis eram caros e não havia nenhuma outra forma mais imediata de aquisição de moradia (MOURA, 2006).

O Estado (Poder Executivo municipal), então, entrou em ação por meio de uma política de edificação da moradia popular em Pelotas. Essa estratégia aparentemente salvadora auxiliou na segregação do espaço urbano porque demonstrou que o poder público não estava proibindo a edificação dos cortiços, mas propondo o afastamento deles (MOURA, 2006). Dessa forma, os pobres foram sendo levados para áreas distantes, já que os detentores dos meios de produção da época se estabeleciam no centro, região mais valorizada da cidade (MOURA, 2006), o que se percebe até os dias de hoje.

O Loteamento Novo Milênio torna-se peculiar pelo fato de estar localizado em uma área da cidade considerada privilegiada (mas não central) pelos moradores; no entanto, o local somente passou a ser considerado dessa forma após o crescimento do município, mais especificamente da Zona Norte, ou Três Vendas, onde diversos empreendimentos foram realizados por parte da iniciativa privada, a qual proporcionou a abertura de novos comércios, de uma faculdade e de ações do Poder Executivo, que implantou melhorias nas vias públicas. Todavia, tudo isso parece ter acontecido devido ao interesse do mercado imobiliário, e o Loteamento, mesmo após o processo de regularização fundiária, não teve os mesmos incentivos de melhoria na infraestrutura da área e ainda, até hoje, é considerado pelos moradores mais ricos, que vivem no entorno do local, a parte “suja” da cidade, conforme cita um entrevistado:

Infelizmente na frente da minha casa é o depósito de lixo [...] essas casas de ricos tiram coisas que não querem mais, eles vêm e largam aqui. Pegam charrete, ó, larga onde querem, aí a charrete vem aqui e larga. E esses tempos até uma vez eu peguei: “pô, vai largar lixo aqui logo na frente”, e ele armado disse: “e daí, vou largar e pronto”. Eu não vou tá né, eu tenho família, vou tá enfrentando uma pessoa armada. Mas eles pegam e largam. Essas pessoas que catam coisa dessas pessoas de casa rica não gostam mais, não querem mais, não presta, eles chamam uma charrete ó, te dou tanto em dinheiro, tu pegas e descartas em algum lugar, eles vêm descartar aqui. Se você sair por aqui, você encontra televisão no meio da rua. Das pessoas do

Progresso. Essas casas dos ricos. Que pede, chamam uma charrete, vão descartar aquilo que não presta mais pra eles. O que presta, o “charreteiro” fica, o que não presta, ele descarta no meio da rua. Se você seguir pra lá e dobrar pra ali, você vai encontrar televisão, caixas de televisão. Se você olhar para o outro lado, você vê isso; lixo dali que vem lá da Cohab. Porque esse senhor (vizinho) construiu a pracinha? pra ninguém colocar lixo ali. (Entrevistado XV. **Entrevista XV**. [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [23 min.].

Moura (2006) afirma que no ano de 1966 a equipe encarregada pela elaboração do 1º Plano Diretor de Pelotas realizou um diagnóstico do Município, que evidenciou a desproporcionalidade da distribuição da população no território da cidade e as diferenças entre a habitação e as respectivas condições urbanísticas. A autora destaca que no final da década de 70 a elaboração do 2º Plano Diretor ensejou “um novo e amplo estudo sobre as características sociais, econômicas e físicas da cidade” (MOURA, 2006, p.10). Observaram-se, através do levantamento das áreas irregulares e subabitações, “percentuais significativos de irregularidade e precariedade habitacional em bairros como Areal, Três Vendas e Fragata. As áreas mais precárias correspondiam, predominantemente, aos setores mais distantes do núcleo central” (MOURA, 2006, p.10,).

Segundo Moura (2006) os cortiços foram considerados perigosos para a saúde física e social. Por isso, as classes dominantes exigiram o seu afastamento do centro. Mas com o crescimento das indústrias, do comércio e do setor de serviços, a elite precisava dos trabalhadores para gerar riqueza; entretanto, estes não conseguiam arcar com os custos de uma moradia “aceitável” da época. Concluiu-se, então, que havia necessidade de construção de “habitação proletária”, a qual seria construída dentro dos novos padrões de moradia individual (MOURA, 2006). Buscando atrair o investimento privado em habitação popular, foram aprovadas diversas leis de incentivo à construção de “vilas operárias” com casas isoladas e “higiênicas” (MOURA, 2006). Porém, como os trabalhos ainda proporcionavam salários muito baixos para pagar o aluguel de uma moradia, Moura (2006) afirma que o poder público local procurou mais uma vez o setor privado, apoiando a venda de lotes para a “família operária” no subúrbio da cidade. Essa iniciativa promoveu o crescimento do setor de aplicação de capitais privados e instigou a edificação de loteamentos e bairros afastados, dando início ao delineamento de uma cidade “formalmente descontínua” e segregada socialmente (MOURA, p. 232-234, 2006),

traços de profundas diferenças sociais que são vistos na atualidade no município pelotense.

O habitar, segundo Lefebvre (2001a), é um ato revolucionário que se contrapõe à miscigenação do capital, o qual torna a cidade um produto. O direito à cidade não se caracteriza pela simples posse de uma casa onde uma pessoa mora com sua família; ele possui uma dimensão muito maior. A oportunidade de participar ativamente na sociedade, o usufruto dos bens e serviços da cidade, o pleno uso dos espaços públicos e privados fazem parte de um conjunto de elementos que caracterizam esse direito de tamanha importância. Sabe-se muito pouco acerca do direito à cidade pincelado por Lefebvre, já que a cidade industrial moderna não corresponde ao sentido de obra de arte das cidades antigas (ARAÚJO, 2012a).

O valor de troca pode estar até mesmo vinculado às demandas básicas de subsistência de pessoas que moram em locais precários de moradia. Assim, segundo Lefebvre (2001a) para ter uma mudança, há necessidade de alterar o pensamento, combatendo a lógica do capital, projetando uma nova cidade que viabiliza o bem-estar de toda a população que priorizará o valor de uso. Todavia, cada vez mais o capitalismo se reinventa, conduzindo a cidade à segregação socioespacial resultante da lógica de financeirização da terra (ROLNIK, 2015). Diante desse cenário, os atores sociais, que vivem em áreas de vulnerabilidade, mesmo sendo também reprodutores da lógica produtivista capitalista, encontram-se em desvantagem perante aqueles que têm uma casa para morar, localizada dentro da região urbana considerada privilegiada. Sendo assim, por uma questão de sobrevivência, constroem, por meio das suas práticas comuns do cotidiano (DE CERTEAU, 1998), a sua moradia, a sua história de vida e o seu habitar. A partir dos seus esforços, eles buscam maneiras alternativas de obter água, luz, iluminação pública; procuram recursos, acumulando dinheiro em conjunto para fazerem melhorias no bairro. Essa situação é explicitada na fala de um entrevistado, morador do Loteamento Novo Milênio, que ao narrar sua história de vida no local, relatou como eles fizeram para construir suas moradias:

[...] fiquei na rua 1, aí eu abri uma pecinha três por cinco, aí eu comecei ali. Depois eu comprei aqui, agora onde eu estou, na Barão de Jarau. Aí eu fiz uma peça só e abri a ferragem. E aí comecei! Fui fazendo minha casa, tudo. Mas quando eu vim pra cá era só campo mesmo. A gente conseguiu um ponto de luz na esquina do Loteamento e a gente puxava pra dentro do Loteamento. A água a mesma coisa. A gente foi na câmara dos vereadores, conseguimos uma bica, na verdade um ponto de água, e a partir desse ponto de água a gente puxou mangueiras para dentro do Loteamento. Aí foi a primeira vez que teve água e luz no Loteamento (Entrevistado III. **Entrevista III**. [2018]).

Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [30 min.].

O mesmo entrevistado falou da dificuldade da Prefeitura em adentrar o local por causa da situação de irregularidade do Loteamento: “até porque por ser uma área irregular, a Prefeitura não se envolvia muito na época porque como era da massa falida, às vezes ele não tinham como entrar muito dentro do Loteamento para fazer alguma coisa, às vezes até vontade teria, mas era tudo mais difícil” (AD, senhor. Entrevista III [2018]). Aqui, consegue-se observar a inercia do poder público em resolver a situação de regularização da área, quanto aos problemas de moradia vivenciados na vida cotidiana desses moradores. Qual o tipo de cidade que nós almejamos? Harvey (2008) afirma que as relações sociais, as relações com a natureza, tecnologias e valores estéticos não podem ser dissociadas dessa pergunta. (HARVEY, p.74, 2008).

Lefebvre (2001a) menciona três tipos de urbanização: o urbanismo dos homens de boa vontade, que trazem consigo uma certa filosofia e concepção acerca de cidade; o urbanismo dos administradores públicos, voltado para o planejamento e fundamentado em uma sistematização tecnocrática da cidade, organizando-a a partir do estamento público; e, por fim, o urbanismo dos promotores de venda, que utiliza a urbanização como objeto de venda, criando um urbanismo pautado no valor de troca em detrimento do urbanismo pautado no valor de uso, através da venda de projetos urbanos que não têm como objetivo principal a moradia, mas sim a obtenção de lucro. Nesse sentido, os promotores de venda não vendem uma casa, uma moradia, mas sim um projeto, que na prática é uma forma de realização do modo de produção capitalista (LEFEBVRE, 2001a). Observa-se isso, por exemplo, em projetos de loteamentos que vendem uma ideia de integração social, de promoção à cidade, mas que têm como finalidade - muitas vezes exclusivamente - o lucro.

Conclui-se, enfim, que a cidade apresenta uma história. Nela “há uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos” (LEFEBVRE, p.52, 2001a). Foi a partir da industrialização, concomitantemente com a ascensão do modo de produção capitalista, que a urbanização passou a ser delineada. O espaço urbano é o predomínio do campo que foi sendo suprimido pela cidade industrial. A cidade é o local de reprodução social e histórica que foi sendo remodelada para o seu valor de uso e não de troca. Nesse sentido, o que resta às camadas populares é a falta de moradia adequada e a



marginalização urbana; nas metrópoles, as periferias, e nos municípios, os loteamentos irregulares. A impressão que se pode causar a partir dos conceitos aqui narrados é de uma visão de vitimização dos mais pobres que não têm acesso a um local digno para morar, enquanto os mais ricos, detentores dos meios de produção e da propriedade privada, são os réprobos da sociedade. Mas o que não se pode negar é que há disparidades profundas de condições urbanas dentro de uma mesma cidade, conforme a cidade de Pelotas.

Portanto, na tentativa de dar uma resposta aos problemas habitacionais, o Estado cria políticas de regularização e planejamento urbano. No entanto, junto à expectativa de edificar cidades socialmente e ambientalmente equilibradas, aparecem diversos dilemas conflitantes entre a realidade social e os conteúdos dessas leis, visto que o tema não se esgota nos artigos e nos incisos das legislações urbanas; às vezes pode-se dizer que elas até mesmo dificultam a integração dos territórios informais que apresentam condições precárias de moradia e habitação (ROLNIK, 1999). Todavia, compete evidenciar que elas possuem um papel fundamental para a articulação da política urbana. Nesse sentido, os cidadãos buscam nas suas práticas comuns driblar tais conflitos e, por isso, se faz relevante estudar o desenrolar da vida cotidiana por meio de uma sociologia da vida cotidiana. Sendo assim, passa-se no item abaixo à análise conceitual das maneiras de pensar a vida cotidiana mediante Henri Lefebvre e Michel De Certeau.

### **3.2 Maneiras de pensar a vida cotidiana a partir de Henri Lefebvre e Michel de Certeau**

Dentro do contexto dos problemas urbanos ocorre uma sociologia viva que constrói e reconstrói as relações sociais. Trata-se da sociologia da vida cotidiana. Busca-se, portanto, neste capítulo elucidar a temática da vida cotidiana e do cotidiano no universo dos moradores do Loteamento Novo Milênio, vinculando a teoria ao caso concreto. A intenção neste estudo não é resgatar uma cronologia das principais correntes teóricas acerca da vida cotidiana e do cotidiano, mas utilizar a perspectiva histórica de Henri Lefebvre e as contribuições de Michel De Certeau, autores cujas teorias se relacionam com esta análise empírica.

De acordo com Pais (1986) o cotidiano é “um lugar privilegiado da análise sociológica na medida em que é um lugar revelador, por excelência, de determinados

processos do funcionamento e da transformação das sociedades e de determinados conflitos que opõem os agentes sociais”. Para deslindar o social de maneira mais profunda, é necessário acionar o campo de investigação da sociologia da vida cotidiana, a qual proporciona, segundo Pais (1986) o entrelaçamento dos planos da micro e da macroanálise sociológicas, o autor preleciona:

Uma visão exclusivamente macroscópica do social não pode dar conta de todos os pequenos jogos sociais que constituem a trama social. Sendo assim, está aberto um vasto campo de investigação, que é precisamente o da vida cotidiana. A sua sociologia deve accionar paradigmas que permitam entrelaçar os planos da micro e da macroanálise sociológica, isto é, o plano dos comportamentos dos indivíduos com aqueles outros planos que resultam da conjugação de variáveis macrosociológicas, como poder, ideologia, autoridade, desigualdade social, etc. (PAIS, p.12, 1986).

Pode-se, portanto, associar essa visão do autor aos conflitos que envolvem a moradia. Os problemas habitacionais são uma variável da desigualdade social nas cidades brasileiras que são analisados pelo plano macro. Nesse sentido, as diversas questões relativas à trama social sobre esse tema só serão capazes de alcançar um patamar mais elevado de investigação a partir da análise do comportamento dos indivíduos que compõe o plano micro. Portanto, é de suma importância averiguar a interação desses dois planos, que ocorre através de mediações sociais as quais auxiliam na descoberta ou na confirmação dos processos sociais (PAIS, 1986).

Nessa esteira, entende-se que Lefebvre articula muito bem as visões micro e macro em seus estudos sobre o cotidiano e a vida cotidiana. Isso pode ser percebido, conforme diz Araújo (1984), quando ele averigua de forma perspicaz as multifacetadas estruturas da “cotidianidade” da civilização contemporânea, especialmente na sua dimensão ocidental. Ou seja, quando o erudito francês realiza uma macroanálise sociológica da sociedade industrial, ele aponta que a mesma provocou intensas mudanças morfológicas na cidade (ARAÚJO, J. 2012). Utilizando o método dialético, ele também assinalou que o modo de produção industrial resultou, pela lógica formal, na urbanização, que “é apenas um produto da industrialização; dialeticamente, aquela supera esta porque também é um fenômeno indutor de transformações qualitativas na sociedade, ela é o ‘sentido da industrialização’” (ARAÚJO, J. p. 136, 2012). Araújo, J. (p. 136, 2012) continua dizendo que “na cidade, esta dimensão qualitativa do urbano está presente nas crises – da habitação, da segregação de toda ordem, do centro e das periferias...”. Do mesmo modo, na perspectiva de análise micro, Lefebvre (1991) averigua as práticas sociais dos indivíduos, a partir das quais conclui que existe um

cotidiano contraditório: cheio de riquezas (capacidade criativa da classe operária de transformar a vida cotidiana), mas com muitas mazelas (alienação do consumo).

Pensando à luz dessas apreciações, entende-se aqui como bastante coerente a interpretação trazida por Pais (1986) acerca do desenvolvimento da sociologia da vida cotidiana. Para o autor, parece que a “teoria de alcance médio” - expressão desenvolvida por Merton que se situa numa zona intermediária entre as teorias gerais, integrais e os projetos mais empiristas, específicos e microscópios de investigação - busca ilustrar a estratégia mais eficaz para o desenvolvimento dessa sociologia. Posto isto, deve-se levar em consideração a investigação dos processos globalizantes, mas também daqueles vistos nos detalhes aparentemente irrelevantes e espontâneos extraídos da realidade cotidiana, que na visão lefebvriana geram algo novo. Essa “novidade” nas relações sociais é o ponto chave da tese do sociólogo.

Lefebvre (1991) reconhece que a reprodução e produção das relações sociais geram uma cotidianidade, “onde ele descodifica os aspectos de uma modernidade carregada de contradições e também de conjunturas conflituosas que eternizam indefinidamente uma certa concepção da vida humana” (ARAÚJO. L. p,09, 1984), sendo assim, é na cotidianidade que a vida cotidiana se propõe como âmago de problemas sociológicos, ou seja, de problemas de investigação. Portanto, conhecer essa cotidianidade é imprescindível para se adquirir uma visão crítica que resultará na aparição dos “resíduos” sociais”. Foi assim que Lefebvre caracterizou a sociedade com o intuito de definir suas transformações e perspectivas:

Tratando-se do cotidiano, trata-se, portanto, de caracterizar a sociedade em que vivemos que gera cotidianidade (e a modernidade) trata-se de defini-la, de definir suas transformações e suas perspectivas, retendo entre os fatos aparentemente insignificantes, alguma coisa de essencial, e ordenando os fatos. Não apenas a cotidianidade é um conceito, como ainda podemos tomar esse conceito como fio condutor para conhecer a “sociedade” situando o cotidiano no global: o Estado, a técnica e a tecnicidade, a cultura (ou a decomposição da cultura). (LEFEBVRE, p. 35, 1991).

Segundo Soto (2016), José de Souza Martins, um grande estudioso e discípulo de Henri Lefebvre, revela que o sociólogo francês se empenha na missão de encontrar relevância naquilo que aparentemente é irrelevante, ou seja, a trivialidade da rotina do cotidiano pode relevar algo novo, passível de transformação. A teoria dos resíduos presente em diversas obras de Lefebvre, em especial no livro “metafilosofia” permite apelar para a imaginação, o possível, que escape de um sistema fechado de poder que não consegue reduzir os resíduos (SOTO, 2016). O residual é um potencial meio de criação, o qual possibilita observar além da

perspectiva linear da história (SOTO, 2016). Nesse sentido, é primordial recuperar a historicidade da ação, pois para Lefebvre, não há cotidiano sem história. Ao mesmo passo que há reprodução e repetição das relações sociais, existe também inovação dessas relações, que são identificadas na vida cotidiana (MARTINS, 2014).

De acordo com Lefebvre, é nos resíduos que há possibilidade de resistência. Como já dito, os sistemas deixam um resíduo que deles escapa”. (SOTO, 2016, p. 145,). Soto (2016) escreve que Lefebvre se refere especialmente ao estruturalismo, o qual tem a pretensão de mudar um sistema, mas se enfraquece deixando um resíduo dele escapa: o tempo. “É o tempo que distingue as conexões das formas e que nele se realizam. Nos resíduos existem as possibilidades de criação. As matemáticas produzem um resíduo: o drama que escapa ao número, mas que o ilumina, esclarecendo-o”. (SOTO, 2016, p. 145). Os resíduos compreendem “significativas potencialidades teóricas e metodológicas para entender os sistemas de poder e que esses sistemas de poder não são fechados”. (SOTO, 2016, p.146).

A junção e articulação dos resíduos constrói caminhos para um pensamento revolucionário, criando assim uma nova prática sociológica:

Primeiro passo – disse Lefebvre – é reunir os resíduos que são depositados pelos sistemas que procuram inutilmente constituir-se em totalidades”. A religião não consegue acabar com a vida carnal e a vitalidade espontânea. A filosofia deixa escapar o elemento lúdico e cotidiano que não é capaz de absorver. Assim como o drama escapa à matemática, a estrutura e o estruturalismo deixam novos resíduos: o tempo, a história, o particular e as particularidades específicas. A máquina e a técnica mostram aquilo que lhe resiste: o sexo e o desejo; o Estado é implacável contra a liberdade, mas a designa. A centralidade do Estado salienta a descentralidade irreduzível das regiões. A arte deixa um resíduo, a criatividade. A burocracia não consegue reduzir o indivíduo, o singular, assim como a organização não pode eliminar o espontâneo e o desejo. Esses são os irreduzíveis. (SOTO, 2016, p. 146).

A teoria dos resíduos se apropria do romantismo, mas com um novo viés: romantismo de tendência revolucionária, da crítica radical, da contestação e da negatividade (SOTO, 2016, p. 146). De acordo com Soto (2016) o método dos resíduos de Lefebvre presta atenção ao novo que surge na história. O pensamento de Lefebvre se faz no campo da reflexão filosófica (ARAÚJO. L, 1984). Para Araújo (1984) o cientista francês considera que a problemática central em torno da função da filosofia para o nosso tempo traduz-se numa tarefa intelectual, a qual “se preocupa decisivamente com o conjunto das condições concretas em que se encontram os seres humanos, assim como diz Lefebvre: ‘como é que os homens podem viver como vivem e porque aceitam e porque aceitam esse modo de viver? (ARAÚJO, L. 1984, p.

11, apud LEFEBVRE 1965, p.119), partir dessa visão, Araújo (1984, p. 11) diz que “torna-se visível uma reflexão que pressupõe um vasto itinerário pelos diversos caminhos da vida cotidiana, procurando interpreta-los a fim de tomar posição face ao processo social mediante a formulação de projetos acidentais em que se manifestam a existência humana”.

Partindo do plano filosófico e migrando para o campo sociológico, Lefebvre (1991) demonstra que a modernidade legou o paradigma do consumo a diferentes esferas da vida cotidiana. Desse modo, é na vida cotidiana do mundo moderno que Lefebvre reafirma sua crítica em relação a modernidade. Ele observa como o cotidiano ou a vida cotidiana se traduzem na sociedade burguesa e conclui que esta é uma vida de constantes contradições e conflitos com o próprio ser humano que a vive (LACOMBE, 2017). Na mesma obra, ele identifica que o cotidiano e a modernidade passaram a ser retratados primeiramente pela literatura, por meio dos escritos literários, em particular James Joyce em seu romance "Ulisses":

Ulisses é o antípoda da narração que articula figuras estereotipadas, e também do romance tradicional que conta a formação de um indivíduo, a ascensão, o declínio de uma família, o destino de um grupo. O cotidiano entra em cena revestido pelo épico, por máscaras, por vestimentas e por cenários. (LEFEBVRE, 1991, p. 07)

Como telespectador das manifestações literárias, Lefebvre extraiu reflexões críticas acerca do cotidiano que o auxiliaram na construção de seu pensamento. Nesse sentido, ele evidencia o cotidiano através de suas riquezas, mas também de suas mazelas. Ao analisar a sociedade de sua época, especialmente a sociedade francesa, ele percebe um cotidiano “capaz de envolver e de condensar os aspectos mais profundos de uma existência que é a um só tempo social e individual, projetos de vida, desejos, necessidades.” (LACOMBE, 2017, p.150).

Em sua análise, ele verifica que a cidade se torna uma bolha prestes a explodir. A urbanização cresce conforme uma empresa (LEFEBVRE, 1991), modificando intensamente o âmbito da vida social. Diante dessas mudanças na vida cotidiana, Lefebvre cria a noção que sustenta o paradigma capitalista já supramencionado: “sociedade burocrática do consumo dirigido”. Essa sociedade denominada pelo pesquisador exprime o fenômeno do consumismo, que é considerado por ele uma ideologia que coage os indivíduos a comprar desacertadamente e que os torna um objetivo (LEFEBVRE, 1991). Em meio a esse contexto, na tentativa de vislumbrar novas formas de racionalidade, a crítica da vida

cotidiana para Lefebvre (1991) é o caminho para a “festa”, cuja finalidade é atrair o valor de uso constituído no direito à cidade. Mas para que isso se ocorra, ele propõe que haja uma revolução cultural, política e econômica permanente. A vida cotidiana não é estática na sociedade moderna. O cotidiano é “humilde e sólido, aquilo que vai por si mesmo, aquilo cujas partes e fragmentos se encadeiam num emprego do tempo”, é aquilo que parece insignificante, mas são fatos cotidianos dignos de conhecimento; “é, portanto, aquilo que não tem data” (LEFEBVRE, 1991, p. 31). Por mais que Lefebvre estivesse olhando para a sociedade francesa e descrevendo a racionalidade do momento que ela estava enfrentando, é possível identificar alguns traços descritos por ele na sociedade atual.

Em Paris, entre 1853 e 1870, ocorreu a reforma urbanística que reformulou drasticamente o espaço urbano e “expulsou para os subúrbios os trabalhadores, destituindo-os da urbanidade e da vida urbana, isto é, da possibilidade de vivenciar e experimentar a cidade” (TRINDADE, 2012). Trindade (2012), baseando-se em Lefebvre, afirma que essa segregação foi uma estratégia da burguesia em resposta a uma democracia urbana em ascensão que ameaçava os interesses políticos dominantes. Nesse contexto, o sentido de uma vida urbana nas cidades que permita encontros e confrontos das diferenças, conhecimento e reconhecimentos recíprocos (LEFEBVRE, 2001) perde seu sentido em decorrência dessa segregação.

A remodelação espacial levou Paris a se subordinar gradativamente à lógica capitalista de produção do espaço (TRINDADE, 2012). Importa destacar que “a especulação imobiliária desempenhou papel fundamental nesse cenário, ao atuar em favor da crescente mercantilização do solo” (TRINDADE, 2012, p. 142). Apesar do direito à cidade de Lefebvre carregar em seu escopo um caráter utópico, observa-se nas sociedades atuais a mercantilização do espaço urbano pela lógica e pelo ritmo capitalista da cidade, afastando o lugar das relações de valor de uso em detrimento das relações de valor de troca. Portanto, o solo se torna uma mercadoria como qualquer outra em uma sociedade que também é dirigida por uma racionalidade que estimula o consumo. A sociedade capitalista gera vários resíduos. Entende-se, por meio da teoria de Lefebvre, que o resíduo no cotidiano urbano é a possibilidade de criação de pensamento revolucionário e de uma política urbana revolucionária.

A história dos habitantes do Loteamento Novo Milênio foi marcada pela disputa do espaço urbano e da moradia. Conforme já explanado no item anterior dessa pesquisa, as cidades brasileiras são marcadas por contradições, e, portanto, por

desigualdades sociais. Em Pelotas, a situação não é diferente. Ao conversar, escutar, entrevistar e participar do universo dos moradores, em especial dos 20 entrevistados, pode-se desvendar a realidade através da vida cotidiana. Depara-se com trabalhadores, que no decorrer de sua história no Loteamento tiveram que de alguma forma agir ativamente na busca pela melhoria de suas casas e consequentemente do local, já que a situação de moradia era precária e o poder público nada fazia pelo fato da área ser de propriedade privada. Alguns deles relataram as ameaças de despejo que sofreram por parte do dono da área, assim como as diversas promessas de regularização e melhorias feitas pelos políticos. Além do mais, todos demonstram consciência de sua situação antiga de irregularidade, como se fossem “desviantes” da ordem imposta pelo Estado. Com base nessas observações, constatou-se que de fato, mesmo estando “fora da lei”, consequentemente considerados “invisíveis” no plano diretor da cidade, a vida cotidiana deles edificou muito mais do que casas, mas histórias de vida de seres humanos que interagem com a sua comunidade e com o resto da cidade. O vivido de Lefebvre, segundo Lacombe (2007) se realiza nessas relações sociais que definem a sua esfera de realidade. Dessa forma, virtualmente eles eram invisíveis, mas a realidade revela o contrário.

À luz das noções teóricas de Lefebvre, percebeu-se que a “resistência” desses moradores de continuarem em um lugar irregular foge da lógica de proteção à propriedade privada imposta pelo sistema capitalista. Sendo assim, a resistência se torna um resíduo. No cotidiano dos entrevistados, por meio das entrevistas, pode-se perceber que durante todas as trajetórias a resistência esteve relacionada ao medo e à esperança. Medo de serem despejados e terem que começar uma nova história de vida em um lugar incerto e esperança de obterem segurança e melhor qualidade de vida. A junção de todos esses elementos serviu de combustível para que os moradores buscassem a transformação da sua realidade social. Dessa maneira, os representantes da comunidade, com o apoio da mesma, foram em busca da regularização de suas casas. Sem exceção os entrevistados disseram que o medo foi substituído pelo sentimento de tranquilidade e segurança. Na resistência estão, implicitamente, as injustiças sociais, junto ao medo e à esperança.

Apesar de muitos descreverem a luta que tiveram para alcançar a conquista da regularização, principalmente os esforços do presidente da Associação Comunitária, o sentimento de gratidão para com a Prefeitura é muito mais forte. O fato terem sido importantes agentes de transformação (já que foi a partir da mobilização

dos moradores que se obtiveram os meios através dos quais foi alcançada a regularização fundiária) é visto de forma secundária, pois a maioria dos entrevistados primeiramente reconhece o trabalho da Prefeitura e a veem como a grande realizadora da conquista.

No resíduo da resistência, identificado no Loteamento Novo Milênio, encontrou-se uma contradição. Ao mesmo tempo em que ele funcionou como catalisador no processo do pensamento de transformação da realidade social, combatendo a lógica de proteção da propriedade privada do sistema capitalista e assim gerando novas situações na vida cotidiana dos moradores, ele também serviu como uma ponte para que a mesma lógica se reproduzisse, já que o mercado imobiliário almeja que a cidade seja regularizada (ROLNIK, 2015). A regularização implica nos valores de troca. Alguns dos moradores entrevistados do Loteamento Novo Milênio relataram o ímpeto de ter segurança para morar, e que isso só viria através da regularização; desejavam usufruir da sua casa e almejar melhores condições no Loteamento como um valor de uso (LEFEBVRE, 2001a). Mas ao mesmo tempo alguns disseram que a área tem um bom valor comercial, e que poderiam futuramente colocar suas casas à venda. Além disso, após o recebimento do título de posse da prefeitura, os moradores disseram que não houve mais reunião da Associação com o intuito de reivindicar novas mudanças.

O cotidiano se tornou cúmplice da perpetuação de poder das relações estabelecidas (CAEIRO, 2010, p. 26). Essa situação pode ter o mesmo resultado de muitos outros bairros e loteamentos por aí afora, que perdem o seu sentido de uso para o valor de troca. Quando os moradores entrevistados do Loteamento Novo Milênio ocuparam o terreno, eles resistiram ao sistema de proteção à propriedade privada pois, segundo eles, não tinham um lugar para morar e nem condições de comprarem um terreno ou um imóvel em outro lugar; sendo assim, no período anterior à regularização, eles usufruíram do local com sua família e com seus vizinhos, construíram suas histórias de vida e demonstraram a vontade de viver os aspectos profundos de existência, como a continuidade de seus projetos de vida e o tempo social e individual naquele espaço. Entende-se que o resíduo “resistência” trazia para eles o valor de uso no que tange à moradia, no entanto, essa situação mudou para alguns, já que após regularização o terreno se tornou uma potencial mercadoria. Observa-se, portanto, que o cotidiano se mostra como espaço vulnerável à reprodução das relações do poder dominante (RIBEIRO, 2014).



Essa dimensão que observa ora a estrutura objetivista, ora a subjetivista, não se relaciona no agir cotidiano composto por táticas e “artes de fazer” proposto por De Certeau. A reflexão da vida cotidiana de Michel de Certeau caminha em outra direção. De acordo com Leite (2010, p. 745) o primeiro aspecto importante da análise certauniana é a completa ruptura do binarismo conceitual estrutura e ação. “O foco é outro: não se trata de investigar as determinações estruturais do agir cotidiano, nem de perceber as ressonâncias das ações comuns intersubjetivas na conformação estrutural das regularidades sociais”. Leite (2010) diz que o pressuposto central de Certeau para investigar a vida cotidiana são os lances táticos e situacionais que informam as artes de fazer. Destaca-se o sujeito social como sendo “o homem ordinário”, aquele que realiza práticas comuns, como ele próprio elucida ao “homem ordinário: Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante inumerável” (DE CERTEAU, 1998, p. 57).

O que Certeau propõe em sua obra é narrar práticas comuns, “introduzi-las com as experiências particulares, as frequentações, as solidárias e as lutas que organizam o espaço onde essas narrações vão abrindo um caminho, um significará delimitar um campo” (DE CERTEAU, 1998, p. 35). Leite (2010) ainda explica que a perspectiva de Certeau é heterodoxa: “para ele, o cotidiano não se define pelas regularidades sociais, ainda que possa ser formado por recorrências”. Distante do cotidiano proposto do Goffman, ou “a vida normativa dos papéis sociais de Parsons, o cotidiano para Certeau são procedimentos”. (LEITE, 2010, p. 746). O conceito de cotidiano se aproxima da noção de jogo. Essa ideia partiu de um diálogo crítico com a Microfísica do Poder, de Michel Foucault, com a Teoria da Prática, de Pierre Bourdieu, e a abordagem do antropólogo e historiador Marcel Detienne. No jogo, são articuladas duas práticas de dois tipos: as estratégias e as táticas, dando lugar à ideia de cotidiano como movimento (LEITE, 2010, p. 746).

Para melhor compreensão da definição de estratégia e tática, faz-se necessário compreender a noção de “algo próprio”, ou “próprio”, conceitos trazidos por Certeau. Para isso Leite (2010) chama atenção para a seguinte distinção:

Certeau utiliza a noção de “algo próprio”, ou “próprio”, como “a vitória de lugar sobre o tempo. [...] é o domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo” (ibid.:99). Essa noção é fundamental para a distinção entre táticas e estratégias: na metafórica bélica de Certeau, esse “próprio” corresponde a uma espécie de demarcação espacial (uma trincheira, por assim dizer), cuja base permite gerir as ações em direção a exterioridades (alvos específicos) (LEITE, 2010, p.746).

Assim, Certeau (1998) chama de estratégia “o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade) pode ser isolado”. A estratégia, segundo o autor, “postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com exterioridade de alvos ou ameaças” (DE CERTEAU, 1998, p. 99). Já a tática é a “ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia”. A tática é a “astúcia” (DE CERTEAU, 1998, p.100-101). A originalidade de sua obra está no homem ordinário que inventa o cotidiano com múltiplas maneiras de “caça não autorizada” (DE CERTEAU, 1998, p. 38), desvendando as astúcias escondidas nas “artes de fazer” em uma sociedade de consumo. Nesse prisma, Certeau inverte a perspectiva das práticas culturais contemporâneas de consumir produtos, ele busca outra atenção: a criação anônima.

Partindo dessa perspectiva de análise de Certeau, encontrar sentidos nas artes de fazer dos moradores do Loteamento Novo Milênio e considerar suas perspectivas que permeiam tais práticas na comunidade evidenciam suas táticas próprias para driblar os conflitos vivenciados nas suas experiências de moradia no local. É no âmbito do jogo que os indivíduos criam mecanismos de defesa que os ajudam a se defenderem das injustiças sociais, da violência e dar ordens impostas (DE CERTEAU, 1998). Apropriando-se desse pensamento, interpreta-se que cada morador entrevistado relatou suas “artes de fazer”.

Interessa observar que, enquanto os moradores que não são considerados “posseiros” e que moram no entorno do loteamento usufruíam de água encanada e luz elétrica, um dos moradores entrevistados relatou que astuciosamente arrumou uma forma para também ter acesso a esses serviços e isso repercutiu na vida de outros moradores do local que acabaram se aliando a essa prática para também obter o fornecimento desses serviços em suas casas:

Aí ao longo dos anos a gente conseguiu fazer entrar luz na principal, depois em algumas travessas. Depois a água também, a mesma coisa. Só depois de alguns anos o SANEP veio colocar a água. Levou em torno de uns 12 anos praticamente quase. Tudo os moradores que foram puxando, desde o começo foi assim. (Entrevistado III. **Entrevista III**. [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 3 arquivo .mp3 [30 min.].

Do mesmo modo, alguns dos entrevistados relataram que as ruas do loteamento servem como alvo de depósito de lixo e, por isso, uma moradora, de forma

criativa, plantou diversas flores em alguns pontos propensos para o acúmulo de lixo. Outro morador teve a iniciativa de construir uma pracinha para que não os entulhos não fossem acumulados em frente à sua casa, e também para que seus filhos pudessem ter um meio recreativo no bairro. A entrevistada revela:

Na verdade, a única pracinha que a gente tem aqui lá adiante é a que um morador fez. Aqui tem essa beirada, como são os fundos da ESEF, e tem ali mais ou menos um espaço de um metro e meio dois metros de largura, o pessoal usava muito para colocar lixo e isso aí nós moradores tivemos que brigar por isso. Se tu vês aqui na frente e se tu notares tem um jardim aqui que eu que fiz. Isso aqui era um lixão. Eu comecei a brigar, brigar no bom sentido, lutando né. Fui lá, queimei, tirei, carreguei, inclusive um dia o pessoal da Prefeitura tava limpando com máquinas e tudo, cheguei para o cara, o chefe deles e disse assim: “tchê eu queria que tu só passasse máquina ali só para alisar, deixar liso, para eu poder plantar grama e botar umas árvores porque era tudo de lixo, era muito lixo”. Eu tirei o lixo, ficou só a terra, mas se continuasse era óbvio que o pessoal ia colocar lixo de novo. E o cara simplesmente não quis fazer para mim, simplesmente ele não quis fazer. Aí eu disse para ele: “bom tu fazendo ou não, eu vou fazer, nem que eu tenha que pegar minha enxada e capinar aqui eu vou fazer”. O pessoal aqui até hoje me fala “pô, tu foste guerreira né, tu lutaste e conseguiste”. Hoje eu tenho um jardim! Fui lá no horto Municipal, eu busquei árvore, num dia de chuva, fui de moto lá, peguei as arvorezinhas, plantei ali. Hoje é sombra, aí o lixão acabou, botei plaquinha. Hoje em dia eu compro flor, na época que é de flor eu coloco minhas florezinhas, capino, cuido, eu boto uma extensão até lá e corto a grama né. Graças a Deus eles hoje passaram aqui e cortaram, pelo menos vão me poupar uma cortada, pelo menos. (Entrevistado XVI. **Entrevista XVI**. [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [14 min.].

E assim eles foram se apropriando do espaço, agindo por meio de táticas inventivas “no campo de batalha”, criando suas próprias leis e seus próprios códigos, destoando de uma vida cotidiana que na ordem urbana é supostamente regular (DE CERTEAU, 1998). Essas ações táticas, somadas à própria existência deles no local, se diluem na prática cotidiana do habitar, longe de poderem ser eliminadas ou controladas pela administração panóptica (DE CERTEAU, 1998). Compreende-se, portanto, que as táticas não são estáticas. Dessa maneira, após regularização, novas táticas-astúcias são desempenhadas. Antes da regularização, existia um certo distanciamento entre os moradores e os órgãos municipais; após, desenvolve-se a astúcia de aproximação com a gestão municipal no intuito de extrair benefícios.

### **3.3 As formas de sociabilidade por meio da reciprocidade: dar, receber e retribuir**

A cidade é um espaço de construção social onde os habitantes compartilham códigos e regras sociais. A todo momento as pessoas realizam trocas recíprocas

umas com as outras. Martins (2005) afirma que Marcel Mauss diz ser possível observar a presença incessante de um sistema de reciprocidades de caráter interpessoal em todas as sociedades já existentes na história humana. “Esse sistema, que se expande ou se retrai a partir de uma tríplice obrigação coletiva de doação, de recebimento e devolução de bens simbólicos e materiais, é conhecido como dom ou dádiva” (MARTINS, 2005, p.53), teoria desenvolvida por Mauss (2003). A teoria da “dádiva”, cujo fundamento está na tríplice obrigação de dar, receber e retribuir tem a troca como verdadeiro fundamento da vida social (MAUSS, 2003). Lanna (2000, p 175.) afirma que a dádiva produz a aliança, tanto as alianças matrimoniais como as políticas (trocas entre chefes ou diferentes camadas sociais), religiosas, econômicas, jurídicas e diplomáticas (incluindo-se aqui as relações pessoais de hospitalidade).

Para Mauss, o simbolismo é essencial para vida social e o valor das relações sociais necessariamente precisa ser maior do que o valor das coisas. Foi possível chegar a essa conclusão a partir da análise das modalidades de troca realizadas nas sociedades arcaicas. Nessas sociedades, também chamadas de primitivas, a dádiva é a razão de toda sociabilidade e comunicação entre os indivíduos. Para explicar melhor seu raciocínio, o autor aduz que a tese sobre o ensaio se desenvolve por meio de sua atenção em relação ao regime contratual e ao “sistema das prestações econômicas entre as diversas seções ou subgrupos de que compõem as sociedades ditas primitivas, e também as que poderíamos chamar arcaicas” (MAUSS, 2003, p.187). Com base nisso, Mauss observou que há aí um imenso conjunto de fatos complexos que formam fenômenos sociais denominados “totais”, e que expressam as mais variadas instituições:

religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo -; econômicas – estas supondo formas mais particulares de produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição –; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam. (MAUSS, 2003, p. 187).

Diante de toda essa complexidade, o autor destaca um dos traços que compõem sua análise: “o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, no entanto, obrigatório e interessado, dessas prestações” (MAUSS, 2003, p. 188). A entrega de um presente dado generosamente traz consigo um interesse, o qual se espera que seja entendido através da retribuição por parte de quem recebeu. Nesse sentido, Mauss (2003, p. 188) faz a seguinte pergunta: “Qual é a regra do direito e de interesse que, nas sociedades de tipo atrasado ou

arcaico, faz que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído?” Ele responde a esse questionamento e vai além, pois a teoria da dádiva alcança as sociedades econômicas modernas. Martins (2005, p. 46) afirma que para Mauss “tudo é relevante no surgimento de uma obrigação moral coletiva envolvendo o conjunto de membros da sociedade, obrigação que pressupõe aspectos tão diversos como a troca de mercadorias, de um lado, ou um mero sorriso, de outro”.

Mauss (2003) diz que não se tratam de indivíduos, mas sim de coletividades “que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; as pessoas, os presentes ao contrato são pessoas morais; clãs, tribos, famílias, que se enfrentam e se opõem seja em grupos frente a frente a um terreno, seja por intermédio dos seus chefes, seja ainda dessas duas maneiras ao mesmo tempo” (MAUSS, 2003, p. 190). Além disso, essas trocas são, antes de tudo, “amabilidades, banquetes, festas, mulheres, crianças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente” (MAUSS, 2003, p. 191). Assim, essas prestações e contraprestações (*potlatch*) são denominadas por Mauss como prestações totais. Martins (2005) lembra que para Mauss semelhantes modalidades de trocas aparecem como fato social total que se revela por meios de duas compreensões, conforme ele afirma:

Semelhantes modalidades de trocas aparecem, para ele, como um fato social total que se revela a partir de duas compreensões do total: totalidade no sentido de que a sociedade inclui todos os fenômenos humanos de natureza econômica, cultural, política, religiosa, entre outros, sem haver nenhuma hierarquia prévia que justifique uma economia natural que precederia os demais fenômenos sociais. Totalidade, também, no sentido de que a natureza desses bens produzidos pelos membros das comunidades não é apenas material, mas também e sobretudo simbólica (MARTINS, 2005, p. 46).

Ele ressalta que as obrigações são organizadas e realizadas em cada caso específico e que por isso há uma “complexidade das motivações e das modalidades de interações que envolvem, por diversos caminhos, os indivíduos e os grupos” (MARTINS, 2005, p. 46). Assim, a teoria da dádiva (tríplice obrigação de dar, receber e retribuir) evidencia a pluralidade de práticas que vão além da interação social binária (dar e receber). Uma hospitalidade ou um presente nunca se paga em uma moeda de mesmo valor, muito menos é retornada necessariamente no mesmo momento da ação, no entanto, essa hospitalidade ou presente podem ser retribuídos num outro momento por intermédio de uma gentileza, fazendo circular a roda das práticas e das

experiências de vida entre os envolvidos (MARTINS, 2005). Dessa maneira, para Mauss, “a lógica mercantil moderna (dar-pagar) não substitui as antigas formas de constituição dos vínculos e alianças entre os seres humanos e constatou que tais formas continuam presentes nas sociedades modernas” (MARTINS, 2005, p. 46).

O sistema de dádivas pode causar a impressão de ser mais frequente ou visível no planos das relação interpessoais (família, vizinhos e amigos), mas tal sistema se faz igualmente presente em todos os planos da vida social, inclusive naquele das sociabilidades secundárias, ou seja, “no plano das relações funcionais nos aparelhos políticos, econômicos e científicos – mediante uma expectativa de reciprocidade, de confiança implícita a respeito da continuidade da relação que é alimentada subjetivamente pelas pessoas envolvidas” (MARTINS, 2005, p. 57). Na dádiva clientelista o valor-confiança nutre reciprocamente práticas sociais que não estabelecem experiências democráticas, mas hierarquizadas (MARTINS, 2005). Nessa perspectiva, no âmbito desse tipo de dádiva se constroem sociabilidades baseadas no personalismo e na ambivalência da reciprocidade.

A sociedade brasileira parece ser muito adepta ao desenvolvimento de relações alicerçadas na dádiva (tríplice obrigação de dar, receber e retribuir) e no personalismo. Sérgio Buarque de Holanda (1995) salienta que as raízes lusitanas influenciaram o Brasil a desenvolver uma cultura pautada no personalismo, no qual há uma busca da satisfação pessoal, formando assim o “homem cordial”, que é aquele que condiz com um “sistema político no qual apenas amizades e lealdades pessoais são relevantes, porque as decisões tomadas sob influência das emoções não precisam seguir uma lei ou uma argumentação universal; sua justificativa é sempre pessoal e particular” (COSTA, 2014, p.834). A cordialidade a que se refere Holanda (1995) não corresponde a generosidade ou afabilidade, todavia, se traduz em preservar emoções vinculadas a relações familiares, a um patrimonialismo que resulta no padrão de sociabilidade vistos até os dias atuais.

Na política atual, essa cordialidade é vista na forma de clientelismo e corporativismo. Edson de Oliveira Nunes (2010) amplifica esse entendimento propondo que há quatro gramáticas que estruturam os laços entre sociedade e instituições formais no Brasil: clientelismo, corporativismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimentos. O autor assevera que a institucionalização das quatro gramáticas progrediu de maneira desigual ao longo do tempo, tendo como premissa o primeiro governo do Vargas (1930-1945). A legislação corporativista, na

década de 30, ergueu-se como um esforço que buscava construir “uma solidariedade social e relações pacíficas entre grupos e classes, onde não teriam lugar a tradicional divisão entre partidos políticos nem os erros da ordem econômica liberal” (NUNES, 2010, p.34).

Segundo Nunes (2010) a representação corporativista permeou a Assembleia constituinte elegida no Brasil em 1933. Já o regime do ano seguinte foi substituído por uma ditadura em 1937, mas segundo o autor, os dispositivos corporativistas estão vigendo até hoje: “não criaram a solidariedade social então desejada, mas funcionaram como poderoso instrumento de controle e atrelamento do trabalho ao Estado” (NUNES, 2010, p.34). Foi a partir da ditadura em diante que as normas corporativistas se intensificaram e fortaleceram a centralização do poder nas mãos do governo federal. Contudo, essa centralização e esse corporativismo não conseguiram destruir o clientelismo. “Ao contrário, geraram novos recursos para a sua prática, recursos agora administrados pelo governo federal” (NUNES, 2010, p.35).

O clientelismo apresenta um importante aspecto das relações políticas e sociais do Brasil (NUNES, 2010). A noção desse fenômeno foi originalmente filiada aos estudos das sociedades rurais. Neste contexto, o clientelismo significa:

Um tipo de relação social marcada por contato pessoal entre patrons e camponeses. Os camponeses, isto é, os clientes, encontram-se em posição de subordinação, dado que não possuem a terra. Os grupos camponeses que serviam e base para o desenvolvimento da noção de clientelismo estavam sempre a um passo da penúria. A desigualdade desempenha um papel-chave na sobrevivência tanto de patrons quanto de clientes e gera uma série de laços pessoais entre eles que vão desde o simples “compadrio” à proteção e lealdade políticas. (NUNES, 2000, p. 46)

A sociedade brasileira é caracterizada por suas descontinuidades exibidas em diversas áreas da vida social, econômica e política (NUNES, 2010). A vida familiar apresenta bastante relevância no país. A realização individual na esfera familiar recebeu grande ênfase no processo de industrialização e urbanização (NUNES, 2010). “Esta ‘individuação’ foi, entretanto, acompanhada por um reforço da estrutura familiar extensa, exatamente nos centros urbanos e industriais” (NUNES, 2010, p.51). Há uma intersecção entre parentesco e ordem social no Brasil. Assim, o personalismo se faz presente nas instituições; Nunes (2010) afirma que ele impregnou e “enquadrou” muitas instituições. Relações pessoais e hierárquicas são a ponte para tudo, desde conseguir um emprego ou encontrar uma empregada doméstica, até uma aprovação de solicitação a um órgão público. Dessa forma surge o “jeitinho brasileiro”

(isto é, uma acomodação privada e pessoal de suas demandas), enaltecido pelos brasileiros, bem como a “autoridade pessoal como mecanismos cotidianos para regular relações sociais e relações com instituições formais” (NUNES, 2010, p. 52).

A maioria dos procedimentos burocráticos acontecem com um “empurrãozinho”, uma “mãozinha”, já que as instituições formais do Estado ficaram altamente impregnadas por este processo de troca de favores (NUNES, 2010). A burocracia, portanto, apoia o clientelismo e, conforme diz Nunes (2010) suplementa o sistema partidário. Sendo assim, muitas vezes vistos como uma forma de contrabalancear o clientelismo, surgem o universalismo de procedimento e o insulamento burocrático. Este é percebido como “uma estratégia para contornar o clientelismo através da criação de ilhas de racionalidade e de especialização”. Isto é, “o processo de proteção do núcleo técnico do Estado contra a interferência oriunda do público ou de outras organizações intermediárias”. Aquele, é baseado nas normas de direitos iguais, vinculado à noção de cidadania plena e igualdade perante a lei, podendo refrear e desafiar os favores pessoais (NUNES, 2010, p.54-55).

Todavia, o clientelismo é o processo que ainda impera nas relações políticas no Brasil. “Este sistema de troca não apenas caracteriza uma forma de controle do fluxo de recursos materiais na sociedade, mas também garante a sobrevivência política do ‘corretor’ local” (NUNES, 2010, p. 53). O agrupamento de relações características de uma rede baseia-se em contato pessoal e amizade leal (NUNES, 2010). Logo, pode-se dizer que esse processo se mantém vivo nos centros urbanos do país há algumas décadas. Nunes (2010) compreende que o clientelismo é um sistema de controle de fluxo de recursos materiais e de intermediação de interesses pessoais, baseado em uma gramática de relações entre indivíduos informal e não legalizada.

Os programas habitacionais abrem espaço para a manutenção dessa gramática política. Na contemporaneidade as “políticas públicas tornam-se basilares na conformação das relações clientelísticas, sobretudo no poder político local” (ANDRADE, 2015). Chinelli (1981) exemplifica essa afirmação em uma pesquisa realizada em quatro loteamentos diferentes localizados na região metropolitana do Rio Janeiro. De acordo com a autora, “as Prefeituras são órgãos através dos quais o aparato legal do Estado age em relação aos loteamentos periféricos” (CHINELLI, 1981, p. 53), o que se mantém até os dias de hoje, de acordo com a legislação atual. Em sua pesquisa, ela constatou que existiam infrações de normas legais básicas



como no tamanho mínimo dos lotes e nas obras de infraestrutura, o que pode ser observado “na maioria dos loteamentos destinados aos setores populares”. Indícios levam a crer que essas infrações muitas das vezes são negociadas com o Poder Público pelos próprios loteadores, que, através de acordos com os detentores de poder decisório, obtêm favorecimento em relação a obras e deveres que o Estado tem para com o loteamento (CHINELLI, 1981). Em entrevista, um dos moradores do local relatou à pesquisadora:

influências políticas (...) tráfico de influências (...) facilita para um, mediante vantagens que oferecem aos funcionários municipais. Na Guanabara já não acontece isso porque é um Município maior. Não há uma politicagem pequena. A legislação é mais completa. Todas essas cidades da Baixada são (...) pequenas e têm uma politicagem muito grande (...) são favorecidos por políticos ou pelo próprio Prefeito. (CHINELLI, 1981, p. 54)

Essa “politicagem” mencionada por um dos entrevistados de Chinelli (1981) caracteriza uma relação clientelista e a manutenção de uma sociabilidade baseada na reciprocidade, pois através da troca de favores os candidatos a cargos políticos e administrativos fazem com que, pelo descumprimento das exigências legais e consequente precarização dos loteamentos, a aquisição dessas áreas pelas classes menos favorecidas se torne mais fácil, o que se reverte na obtenção de base política e eleitoral (CHINELLI, 1981).

Anos mais tarde, com o advento da Lei Federal nº 11.977/2009, Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), como já supracitado, os municípios, assim como a Lei do REURB, permanecem com o papel fundamental à implementação da construção de empreendimentos: a promoção da regularização fundiária. Com o fundamento ideológico de fomentar a construção de uma cidade mais igualitária a partir da solução dos problemas habitacionais, o Minha Casa Minha Vida indica a demanda de moradia ao município, o qual de acordo com Rolnik (2015, p. 308) “permite a manutenção das velhas gramáticas políticas de interação entre poder público e eleitores no plano local, segundo a qual a distribuição de benefícios constitui um importante ativo para atrair capital político”. Para ela, indicar a demanda significa um grande recurso para conseguir votos em pleitos eleitorais (ROLNIK, 2015). Nesse sentido, pode-se entender que essa política pública contém o elemento dádiva; as relações de troca e reciprocidade são circunscritas a obrigações morais de dar, receber e retribuir.

No Loteamento Novo Milênio, percebeu-se que as demandas por serviços básicos e equipamentos urbanos levaram diversos moradores a gabinetes políticos na tentativa de conseguirem suprir suas reivindicações. Diante de várias promessas políticas de regularização, alguns políticos se aproximaram da comunidade construindo vínculos de amizade e lealdade, conforme segue as falas dos entrevistados:

[...] só o Toninho que veio uma, duas, três vezes, fazendo o negócio de limpar as ruas, arrumando os canos que estava uma bagunça. Toninho Peres, o vereador, que tá sempre envolvido no meio. O Toninho Peres foi um cara muito bom pra nós aqui”. (Entrevistado II. **Entrevista II.** [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [13:15 min.].

Alguns vereadores vinham nas reuniões da Associação. O nome eu não me lembro de todos, como eu te disse eu tomei mais questão da coisa no tempo do Toninho, que aí perante a amizade que a gente tem e tudo, aí eu comecei a visualizar mais, mas tem gente que na entrega quando o Eduardo entregou os termos, estava ali do ladinho, nem a gente conhecia, e nem sabia quem era [...] Não sei um dia eu tiver que fazer alguma coisa para ajudar eles em alguma coisa eu ajudo, não tem problema nenhum, eu sou muito grata com eles. Sou grata sim ao governo do Eduardo Leite, ao Toninho Peres, que foram os nossos guerreiros, o Eduardo foi um baita cara também, entrava e saía Prefeito e todo mundo nem ô, deixava nós no vaco como diz o outro e ele não, ele prometeu, tem já meu voto! O primeiro turno vai ser dele e o segundo turno vai ser também e sempre que ele se candidatar a qualquer coisa, tanto ele, quanto o Toninho Peres, quando puder, voto neles. (Entrevistado II. **Entrevista XIII.** [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo mp3 [14:00 min.].

Tal vereador citado pelo entrevistado se diz o intermediador da concessão de energia elétrica em algumas ruas do loteamento, além disso, se intitulou um dos promotores da regularização do bairro<sup>6</sup>. O resultado disso foi o recebimento de uma placa dos moradores, em homenagem aos serviços prestados à comunidade<sup>7</sup>. Destarte, o recebimento da regularização por parte do poder municipal pelotense provocou nos moradores entrevistados um pleno sentimento de gratidão. Alguns mencionaram que o ex-prefeito teve a “coragem” de assinar a regularização, quase como sendo um ato heroico e de obrigatório reconhecimento. Além disso, o fato de o prefeito à época ter ido ao local entregar os títulos de posse nas mãos dos moradores,

---

6 Câmara Municipal de Pelotas, notícias de Pelotas. Disponível em <http://www2.camarapel.rs.gov.br/noticias/toninho-agiliza-energia-eletrica-para-o-novo-milenio/>. Acessado em: 11/11/2018.

7 O Jornal Diário da Manhã, de Pelotas. Disponível em: <http://diariodamanhapelotas.com.br/site/toninho-recebe-homenagem-da-comunidade-do-loteamento-novo-milenio/> Acessado em: 11/11/2018.

carregado de um discurso de familiaridade com o local e de pertencimento à comunidade, motivou o pensamento dos moradores de que ele é “gente como a gente”, permitindo a troca de sentidos, experiências, uma intersubjetividade:

[...] quando entrou o Eduardo Leite ele logo em seguida pegou e assinou né, porque como era da Ágape, aí eles estavam assim, não queriam porque iam tirar da Ágape, apesar que a Ágape tava com dívida, mas aí o Eduardo Leite foi e “vamos regularizar”, ele que teve coragem de assinar, né”. (Entrevistado XVIII. **Entrevista XVIII.** [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [11:24 min.].

Ah eu sou, sou muito grata por isso. Olha, eu acho que se me pedissem alguma coisa eu faria, tanto que minha família toda votou no Eduardo Leite pelos planos dele que são bem bom, até mesmo agora como governador, acredito que ele vá ganhar, né [...] que nem o Eduardo falou uma vez, fez uma brincadeira: “nós os pobres morando nos meios dos ricos”, aqui é um bairro pobre no meio dos ricos’ e é verdade se tu analisar né. (Entrevistado XIII. **Entrevista XIII.** [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [13:56 min.].

Lanna (2000, p.176-178) diz que o “dar e receber” da teoria maussiana corresponde não só a troca material, “mas também uma troca espiritual, a comunicação entre os homes, a intersubjetividade, a sociabilidade”. “É nesse sentido que a Antropologia de Mauss é uma sociologia do símbolo, da comunicação; é ainda nesse sentido ontológico que toda troca pressupõe, em maior ou menor grau, certa alienabilidade”.

Mauss (2003) utiliza o termo “dádiva-troca” para caracterizar os sistemas de trocas observados nas sociedades antigas, onde os indivíduos realizavam prestações recíprocas como representantes de suas coletividades, demonstrando o elemento social dessas operações. Dessa maneira, embora executado por indivíduos, o emaranhado de obrigações recíprocas definidos por intermédio da troca são coletivas (MAUSS, 2003). A sociabilidade entre os moradores do loteamento Novo Milênio era intensificada devido à necessidade de regularização, pois muitos entrevistados declaram que quando reivindicavam tal demanda se uniam nas reuniões e nelas conversavam, trocavam experiências, risadas e falas. No entanto, o presidente e vice-presidente da Associação Comunitária eram os que compareciam às reuniões com a prefeitura, organizavam os mutirões e articulavam com os moradores em diversos momentos. Dessa forma, eles eram, à época, os porta vozes que representavam os valores e os desejos daquela comunidade. Nesse prisma, Mota (2002) ressalta que os sistemas fundamentados na dádiva são comuns em países de Terceiro Mundo nos quais há muitas comunidades carentes. Nesses locais, incluindo o Brasil, o Estado é

“ineficiente e a racionalidade econômica caótica, os grupos tendem a organizar-se de maneira eficaz para suprir muito de suas necessidades básicas, utilizando-se de variados sistemas de reciprocidade, como no caso dos mutirões” (MOTA, 2002, p.110).

Por meio na análise da lei que serviu de base para a regularização do Loteamento, observa-se que o terreno regularizado se encontra no nome preferencialmente da mulher, conforme já foi observado anteriormente. Isso demonstra que a mulher apresenta um papel de representante de sua família. Através do questionário semiestruturado aplicado aos entrevistados, interpretou-se como família o marido/companheiro e os filhos. Cada família pode ser interpretada como uma coletividade representada preferencialmente pelas chefes de família. Portanto, é uma coletividade (cada família), representada pelas mulheres, que compõe outra coletividade (a comunidade Novo Milênio), que tem à frente seus representantes, e são elas que mantêm obrigações de prestações recíprocas (MAUSS, 2003).

A relação com o poder público adquiriu um novo status. Antes, a prefeitura era compreendida pelos moradores como aquela que poderia auxiliar no processo de remoção. Após regularização, a sua atuação é vista como “maravilhosa”, “muito boa”, termos utilizados pelos moradores, apesar de ainda não terem recebido o título de propriedade e de reconhecerem problemas no loteamento. Criou-se um vínculo social que ultrapassa os benefícios materiais. Assim, o sentimento de gratidão da maioria dos entrevistados se transformou na vontade de permanecer com os mesmos representantes políticos no poder e, por isso, manifestaram que votaram neles ou que têm alguma obrigação com a prefeitura, o que demonstra a incontestável presença dos mecanismos de dívida no ato de dar: dar o voto ou ter a intenção de devolver algo porque recebeu. É uma forma de retribuir a gratidão; ou seja, reeleger os candidatos é uma forma de retribuir a concessão da regularização e continuar recebendo a completude da mesma. É preciso dar; ou melhor: nesse caso, é preciso retribuir. Mas esse entendimento não foi unânime, um dos representantes da Associação, enquanto representante político e, portanto, integrado na militância por reivindicação disse:

Há um termo de gratidão sim porque eles regularizaram, mas eu acho que isso é mais um dever de organização, porque qualquer Município que se preze vai querer a regularização, então pelo ponto tardio que se deparou a situação toda, apenas fizeram o que tinha que ser feito. (Entrevistado I. **Entrevista I.** [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [30:23 min.].

Já a fala de outra entrevistada: “tu dizes assim de voto? Sim, claro que time que tá ganhando a gente não quer trocar os jogadores, se é sobre isso, tem o meu apoio” representa praticamente todas as demais falas. Portanto, a dádiva pode ser associada ao sistema clientelista, processo enraizado na sociedade brasileira. Santos (2001, p.05) ressalta que “a dádiva, em nossa sociedade patrimonialista e patriarcal, se constitui como troca de símbolos: amizade, carinho, reconhecimento e fidelidade por favores profissionais e pessoais”. A promoção por regularização fundiária, assim como a construção de empreendimentos pelo PMCMV pode acionar essa gramática política. No caso do Loteamento Novo Milênio, a promoção e implementação da regularização através dessa lei criou um vínculo de reciprocidade para com os representantes políticos municipais, que fizeram questão de estar presentes na entrega dos títulos. O reconhecimento e a gratidão geraram nos moradores o desejo de “dar e retribuir” à prefeitura aquilo que receberam. Evidencia-se, através dessa pesquisa, que o município pelotense de fato obteve benefícios políticos, o que comprova que há um fortalecimento de relações clientelistas por meio das políticas públicas. As prestações e manifestações recíprocas são realizadas pelos líderes da coletividade entendida como a família e a comunidade Novo Milênio. A demanda por regularização mantinha uma sociabilidade muito maior entre os moradores, e as trocas eram realizadas nas reuniões e nas conversas sobre a regularização do Loteamento.

O PMCMV é um tipo de política pública que vincula um direito principalmente a um coletivo de pessoas, e não individualmente. Efetivamente, essa afirmação se comprova através do loteamento Novo Milênio, que alcançou o direito à posse, o qual se transformará em propriedade, de forma coletiva. Todavia, as políticas públicas que tratam acerca da moradia precisam abordar e colocar em prática premissas fundamentais que auxiliam na construção de cidades com condições habitacionais para todos, promovendo a integração social daqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade social. Esse é o grande desafio em uma sociedade em que há de um lado políticas habitacionais e fundiárias e de outro incorporadores e promotores imobiliários, promovendo a lógica do valor de troca em todas as classes sociais. Não obstante, é mister analisar os avanços e dificuldades dessas políticas públicas para melhoria da moradia nas cidades, especificando a cidade de Pelotas com o Loteamento Novo Milênio, conforme o item a seguir.

### 3.4 Regularização fundiária: avanços e dificuldades

As políticas de regularização fundiária urbana desenvolvidas ao longo dos anos no Brasil foram criadas com a expectativa de solucionar os problemas da habitação irregular e todos os conflitos intrínsecos a ela. Como já explanado, o acesso à moradia digna é uma realidade muito distante das famílias de baixa renda nas grandes metrópoles e nos pequenos municípios brasileiros. As políticas públicas de regularização apresentaram avanços e dificuldades dentro do cenário urbano no país. A seguir, tratar-se-á de duas leis específicas que são, sob o aporte dos autores abaixo referenciados, consideradas de grande expoente para a política urbana: Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade; e a Lei Federal n.º 11.977/2009, que institui o programa social “Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)”.

A partir da década de 1980, o movimento nacional de luta pela moradia se consolidou por meio das grandes ocupações realizadas nos conjuntos habitacionais nos centros dos perímetros urbanos (FERREIRA, 2012), e foi durante essa mesma época, alcançando também a década de 1990, que ocorreu um “intenso crescimento, gerado pela consolidação de novos assentamentos irregulares e adensamento dos já existentes, com a verticalização das unidades residenciais e a ocupação de espaços antes livres, como áreas públicas ou de proteção ambiental.” (D’OTTAVIANO; SILVA, 2010, p.202).

No entanto, esse embate pelo reconhecimento da questão urbana vem de muitos anos antes. Em 1963 o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana se propôs a pensar nos caminhos para parametrizar o crescimento das cidades que começavam a se formar. Todavia, a ditadura militar atrasou todo esse processo, desmontando a mobilização da sociedade civil em torno das grandes reformas sociais, inclusive a urbana (FERREIRA; MARICATO, 2001). O planejamento urbano nessa época teve como assinatura o autoritarismo tecnocrático e foi ineficaz para conter as profundas desigualdades estruturais nas cidades (FERREIRA; MARICATO, 2001). O BNH fomentou políticas de financiamento habitacional e de infraestrutura urbana, conforme salienta Ferreira e Maricato (2001):

O BNH promoveu políticas de financiamento habitacional e de infraestrutura urbana que alavancaram um significativo movimento de construção nas cidades, graças a uma economia que crescia muito mas era fortemente concentradora da renda, o que aprofundou cada vez mais o fosso entre o

mercado imobiliário legal e aqueles que não tinham acesso a ele (FERREIRA; MARICATO, 2001, p.01).

De acordo com os autores, já na década seguinte as pessoas que se encontravam em situação de “exclusão” começaram a se mobilizar em relação à questão urbana, ampliando os movimentos de reivindicação pela regularização dos loteamentos clandestinos, por infraestrutura nas favelas, por creches, etc. Em 1979 ocorre o primeiro resultado dessa luta, a aprovação da Lei n 6.766, a qual regula o parcelamento do solo urbano em todo território nacional e criminaliza o promotor de loteamentos irregulares (FERREIRA; MARICATO, 2001). Um exemplo de reivindicação é o movimento da Vila Jardim na cidade de Porto Alegre (SILVA, 2002), cujos moradores, desde a década de 70 até a metade da década de 80, procuravam de forma individualizada advogados públicos ou particulares, se dirigiam até a prefeitura e tentavam definir “a situação legal do seu lote” na expectativa de garantir sua moradia; entretanto, todas as tentativas restaram infrutíferas (SILVA, 2002). Ainda assim, eles não desistiram, pois sabiam da importância da força do movimento popular para tornar legítimas suas demandas.

No ano de 1970 o BNH recebeu forças e foi intitulado como o promotor de casas populares, por um lado reproduzindo a política do Banco Mundial (sob a gestão do McNamara) e, por outro, “expressando a inflexão da política econômica estabelecida pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento” (PND) (ROLNIK, 2015, p. 285). Rolnik (2015) explica o foco do II PND nessa época:

O II PND deslocou seu foco das indústrias da construção, automobilística e de bens de consumo duráveis para as de bens de capital e construção pesada. Nessa época fortalecem-se as Cohabs, que empreendem grandes conjuntos habitacionais das cidades. Também são introduzidos programas de apoio à autoconstrução, tais como lotes urbanizados e financiamento de centros sociais e equipamentos urbanos nos conjuntos já implantados, apesar de estes últimos representarem parcela pouco significativa dos recursos investidos pelo BNH (ROLNIK, 2015, p. 285).

Em 1980, o BNH enfrenta uma grande crise que o paralisa. Além disso, o período de rescisão da década “representou uma retratação da atividade imobiliária e do financiamento habitacional (ROLNIK, 2015, p. 286). Esse contexto começou a mudar a partir de 1990, quando reformas no modelo de regulação do crédito habitacional e mudanças na estrutura e composição do capital das empresas atreladas ao mercado imobiliário residencial passaram a ser implementadas (ROLNIK, 2015), tudo isso pouco tempo após a vitória na inserção do princípio da função social da propriedade urbana.

Ferreira e Maricato (2001, p. 02) acentuam que essa conquista ocorre com o advento da Constituinte de 1988, “quando 130.000 eleitores subscrevem a Emenda Constitucional de Iniciativa Popular pela Reforma Urbana, e com isso conseguem inserir na Constituição Federal os artigos 181 e 182, que introduzem o princípio da função social da propriedade urbana”. Mas esses artigos precisavam ser regulamentados. O senador Pompeu de Souza apresenta, em 1990, um projeto de lei que visava a esse objetivo. No entanto, apesar do crescimento dos problemas urbanos no Brasil, somente após 11 anos o capítulo da reforma urbana tipificado na Constituição Federal foi aprovado, em uma tramitação que contou com a constante pressão do Fórum Nacional de Reforma Urbana, o que culminou na aprovação do Estatuto da Cidade (FERREIRA; MARICATO, 2001). Gonçalves (2009, p.237-238) afirma que “diante das pressões dos movimentos sociais urbanos, o capítulo constitucional sobre a política urbana (artigos 182 e 183) reconheceu que tanto a propriedade quanto a própria cidade devem exercer uma função social.

Dessa maneira, o Estatuto da Cidade, Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001, regulamenta os artigos supracitados. Segundo D’Ottaviano e Silva (2010) o Estatuto é um grande avanço na regulamentação urbanística da atualidade. Ele pode ser considerado um marco jurídico no que tange à moradia, ao uso da ocupação do solo e ao compromisso de direcionar o crescimento urbano, já que anteriormente só se tinha um conteúdo vago expresso na Constituição Federal (1988). Os autores entendem que a normatização do direito de propriedade é uma ferramenta útil e capaz de inserir as populações da cidade ilegal na cidade legal, sendo também uma forma de proporcionar acesso ao direito à cidade, à moradia digna e a todas as benfeitorias urbanas.

Para Ferreira e Maricato (2001, p.02) os pontos mais significativos estão na gestão democrática das cidades, por exemplo, a obrigatoriedade do orçamento participativo. Todavia, o aspecto mais aguardado talvez esteja justamente na regulamentação de instrumentos legislativos que dão garantia à função social da propriedade, “dando ao Poder Público a possibilidade de resgatar para o benefício da sociedade a valorização provocada por seus próprios investimentos em infraestrutura urbana, e de frear a retenção especulativa de imóveis vazios em áreas urbanas” Ferreira e Maricato (2001, p. 02). A responsabilidade de materialização desse marco jurídico foi delegada em grande maioria aos municípios, que obrigatoriamente criaram os Planos Diretores Municipais (FERNANDES, 2013, p. 216). Com a regularização



os bairros passam a compor o mapa da cidade porque ganham visibilidade através do “reconhecimento administrativo das ruas, a identificação dos habitantes e das construções no cadastro fiscal do Município” (GONÇALVES, 2009, p. 239), além da implementação e do registro do Plano de Alinhamento na prefeitura e no registro de imóveis (GONÇALVES, 2009). Tudo isso possibilitado por meio da autonomia dos municípios que foi assegurada pelo Estatuto

Anos mais tarde, nasce a Lei que serviu como base para a regulamentação do Loteamento Novo Milênio: a Lei 11.977/2009, Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. Para D’Ottaviano e Silva (2010, p. 208) essa norma “veio a se somar aos avanços legais relativos à regularização fundiária e ao direito à cidade”. O objetivo da criação dessa lei foi “instituir mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de até dez salários mínimos” (SANTIAGO; SANTANA; BARROSO; LEITE, 2013, p. 242). Igualmente, tinha como alvo promover a regularização fundiária de assentamentos irregulares. O PMCMV gerou expectativas positivas de construir habitações dignas, regularizar áreas de interesse social e consequentemente equilibrar as desigualdades sociais nas cidades. Na sociedade capitalista, ter uma casa regularizada para morar, assim como um terreno regularizado, estão intimamente ligados aos valores de cidadania e dignidade. Essa percepção se comprova na fala dos entrevistados do Novo Milênio:

Na questão social a regularização nada mais é do que dar dignidade a todo aquele que alcança, é estabilidade pra si para sua família, é poder também disponibilizar do bem sem o problema de pensar que a qualquer momento pode ser deslocado dali [...] Bem eu não sei se posso dizer como vantagem, mas prefiro dizer que a dignidade é algo que não tem preço, é algo que faz com que a pessoa se torne cidadã, porque quando a gente mora em cima de um local que não é regularizado, a pessoa perde o senso de cidadão, ele passa a ser ali um mero inquilino, aí a insegurança que se tem. Hoje a gente pode construir em cima com segurança, pode construir em cima, modificar a planta da casa, ampliar, fazer projeto em cima do terreno, a gente pode tocar a vida de uma maneira cidadã, com inclusão social, porque agora a gente tá incluído na sociedade mesmo. A princípio eu não vejo nenhuma desvantagem, eu só vejo vantagem porque agora a gente é proprietário.

**Entrevista I.** [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [30:23 min.].

Enquanto não regularizar um terreno não é da gente e quem não quer ter um terreno próprio, uma casa própria né? É uma coisa que todo mundo quer ter e necessita né porque a pior coisa que tem é morar de favor, depender, então eu vejo a importância. A casa própria, um terreno é tudo, praticamente para qualquer ser humano. **Entrevista XIII.** [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [12:44 min.].

A moradia adequada é muito mais do que ter um uma casa ou um terreno regularizado; segundo Rolnik (2008), a dignidade vai além disso. Ter a segurança da posse é somente um dos aspectos que compõe o direito à moradia adequada. A autora assevera que o direito à moradia vai além dos direitos fundamentais da pessoa humana, da dignidade, e está intimamente ligado a outras questões, conforme ela preleciona:

Parece-me que a questão Direito à moradia, para além da questão dos direitos fundamentais da pessoa humana, da dignidade etc., está intimamente ligada a um modelo de organização da sociedade e, principalmente, com um modelo de organização do território que nega para a maior parte das pessoas do mundo – porque nega para as pessoas com poucos recursos econômicos e financeiros, que é a maior parte das pessoas do planeta – o direito de conseguir se inserir dentro desse território de uma forma adequada (ROLNIK, 2008, p.148)

Dessa forma, entra-se na discussão: como o PMCMV está sendo aplicado para alcançar tal objetivo de moradia adequada? O papel designado pelo Estatuto da Cidade aos Municípios também tem alcançado esse objetivo? O Estatuto da Cidade foi criado na tentativa de frear o mercado imobiliário e fazer políticas de compensação social por meio da política urbana (QUINTO JR, 2003). O PMCMV, subordinado ao Estatuto, integrou as famílias de baixa renda ao plano de redução do déficit habitacional no país, e muitas dessas famílias que estavam em situação irregular, vivendo de forma precária. Com um olhar mais atento frente à realidade social, é possível perceber que os dois diplomas jurídicos apontam muitas dificuldades, conduzindo à reflexão sobre a situação do planejamento urbano.

Ferreira e Maricato (2001) já mensuravam os caminhos conflituosos que o Estatuto da Cidade poderia ocasionar. Os autores disseram que muitos instrumentos citados no Estatuto ou mesmo muitas das formulações do texto concedem, no momento de uma regulamentação, interpretações diversas:

As Operações Urbanas, por exemplo, que estabelecem a possibilidade de parcerias entre o Poder Público e a Iniciativa Privada na urbanização da cidade, podem tanto trazer benefícios à sociedade como reafirmar o primado absoluto do mercado, conforme forem definidos (FERREIRA; MARICATO, 2001, p. 02).

De acordo com Kruger (2018), a Lei n.º 5.502, de 11 de setembro de 2008, que institui o Plano Diretor da Cidade de Pelotas, traz em seus dispositivos a retórica sobre os avanços elencados no Estatuto da Cidade. O referido diploma foi sendo reformulado ao longo dos anos, todavia essas mudanças mantiveram a ideia

conservadora, destacando “a instrumentalização do mercado da construção e especulação a partir de meios nos quais preveem atrativos e incentivos para o mercado se impor sobre áreas ocupadas por populações de baixa renda” (KRUGER, 2018, p.177). Do mesmo modo, o PMCMV atribuiu “o poder de decisão sobre a localização e o desenho do projeto para os agentes privados”, ou seja, “as empresas privadas são as verdadeiras responsáveis por encontrar e adquirir a terra e por elaborar projetos” (ROLNIK, 2015, p.310). Ribeiro, Oliveira e Kruger (2017), ao analisar o desenvolvimento dos projetos do PMCMV em Pelotas, constataram que as leis municipais habitacionais no município pelotense foram influenciadas pelos agentes promotores de venda, que tinham interesse no mercado imobiliário. Sendo assim, “as raízes do binômio segregação/domínio acabaram por ser aprofundadas na cidade” (RIBEIRO; OLIVEIRA; KRUGER 2017, p.135). No que tange a regularização, Gonçalves (2009) adverte sobre a legalização do uso do solo e explica que a concessão do título de propriedade não garante a resolução do problema da habitação social. Como ele diz:

a regularização fundiária, como já vimos, pode legalizar o solo, mas reforçar a exclusão da população beneficiada, quando não se preveem mecanismos para desestimular uma excessiva valorização imobiliária. Aproveitando-se da mais-valia fundiária, obtida a partir da concessão de títulos de propriedade, certos moradores vendem muitas vezes suas moradias e se deslocam para outras favelas, em geral ainda mais precárias e distantes. (GONÇALVES, 2009, p. 245).

Ambas legislações em tela foram um grande avanço para a discussão da política urbana no Brasil, já que elas apresentam o ímpeto de tentar exaurir os problemas habitacionais, assim como dar acesso ao direito à cidade a todos; entretanto, algumas dificuldades, sobretudo relacionadas às práticas mercantilistas dos moradores, do mercado imobiliário e do poder público local, tornaram-se mais aparentes. A política urbana, nesse sentido, não se torna revolucionária no aspecto lefebvriano porque ela perpetua as velhas práticas da lógica mercantilista. Estas práticas fazem retroceder a expectativa das melhorias urbanas nas grandes metrópoles e nos municípios.

Nessa eivada complexa discussão, deve-se lembrar que a aplicação dessas leis gera efeitos na vida das pessoas. Confirma-se essa afirmação a partir da análise do caso empírico escolhido para compor esse trabalho. A situação de irregularidade dos moradores do Loteamento Novo Milênio proporcionava para eles a sensação de medo e insegurança. A contradição de morar em um lugar que é seu, porque nele se

construiu sua história de vida, e que ao mesmo passo não lhe pertencer, mostra implicitamente a desigualdade existente na cidade. A lei de regularização, “pouco conhecida ou até desconhecida por eles”, era o meio catalisador de mudança. Quando a regularização foi finalizada, o medo e a insegurança foram substituídos pela palavra “tranquilidade” e, por conseguinte, a confirmação de pertencimento no local. Esse é o primeiro efeito causado pela aplicação da lei.

O segundo efeito identificado é o reconhecimento de visibilidade e de equidade em relação aos outros bairros da cidade, já que agora “eles pagam o IPTU e estão dentro da lei”, como disse uma moradora.

Os entrevistados apontaram a importância de ter calçamento, ruas pavimentadas, transporte público, creches, escolas, praça de recreação; ou seja, melhorias urbanas que ainda não existem no loteamento. Apesar disso, disseram que o sistema de esgoto não foi instalado em todas as casas do loteamento. Apenas três entrevistados demonstraram insatisfação com o trabalho da prefeitura. Apesar de identificarem a incompletude da atuação do município e de ainda não terem recebido o título de propriedade, não lutaram mais por reivindicações, demonstrando inclusive indiferença em relação ao papel e a atuação da Associação Comunitária, alegando que a mesma não funciona mais e que nunca mais se reuniram após a regularização. Essa situação é identificada como mais um efeito da regularização na vida dos moradores.

Por fim, o quarto efeito é a possibilidade de venda dos imóveis que a regularização fundiária proporcionou. Isso se configurou como um efeito, pois no momento em que os imóveis forem vendidos, as características construídas no Loteamento – evidenciadas pelos entrevistados, tais como “todo mundo se conhece, a gente se ajuda quando precisar” – podem ser alteradas. Além disso, em suas histórias de vida no local, eles têm em comum as lutas para vencerem as dificuldades por morarem em um lugar considerado “invisível”, já que estavam na situação de irregularidade. Os moradores entrevistados disseram que por essa razão queriam tanto a regularização, pois estavam cansados de viver com medo de serem despejados e sem o acesso pleno a serviços e equipamentos urbanos, ou seja, demonstrando que gostariam de manter suas histórias de vida no lugar, usufruindo do valor de uso. Todavia, com a regularização, os valores dos imóveis subiram muito, mais ainda considerando que a área é considerada de bom valor comercial, conforme a fala dos entrevistados. Nesse sentido, muitos estão considerando a possibilidade de

vender seus imóveis, a despeito da história de vida construída no local. Pode-se assinalar, então, essa vontade de venda dos imóveis pós regularização como uma valorização do valor de troca em detrimento do valor de uso. Segundo Gonçalves (2009), essa situação acontece porque não há um desestímulo das leis de regularização em combater atividades ligadas ao capital.

## **4 Capítulo III - Metodologia e campo da pesquisa**

Na introdução deste trabalho, foram apresentados de forma sucinta os métodos e as técnicas que orientaram a pesquisa. Este capítulo tem por finalidade descrever de forma completa a metodologia que serviu de base para responder às indagações propostas neste estudo. No primeiro momento, será demonstrada a escolha do método e das técnicas que foram utilizadas na presente pesquisa. Em seguida, será narrada a pesquisa de campo no Loteamento, demonstrando as observações realizadas no local. Por último, será analisado o relato do pesquisador no campo pesquisado. As técnicas metodológicas propostas, apoiadas no arcabouço teórico, possibilitaram identificar os dilemas da regularização fundiária, vida cotidiana e sociabilidade no do Loteamento Novo Milênio.

### **4.1 Escolha do método e das técnicas**

A presente pesquisa consiste em uma investigação qualitativa na modalidade etnográfica. Foi escolhida a técnica observação participante e as entrevistas com perguntas em profundidade. Adicionou-se a esse procedimento a aplicação de questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas.

Entende-se que para desvendar o universo de uma determinada população, o método etnográfico é o mais apropriado, já que ele tem como foco compreender os fenômenos sociais a partir da perspectiva de seus membros (entendidos como “atores”, “agentes” ou “sujeitos” sociais) (GUBER, 2001), que, em contato direto com o pesquisador, revelam suas trajetórias. A pesquisa qualitativa “envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos” (GODOY, 1995, p.58), isto é, daqueles que se dispõem a participar do estudo.

Nesse sentido, a descrição feita pelos próprios sujeitos, em seu campo de atuação (no caso do Novo Milênio é o Loteamento; local onde eles moram, vivem e trocam experiências), de seus comportamentos, suas crenças e seu universo se mostram como a melhor opção. Mattos (2011) afirma que a etnografia como uma abordagem de investigação científica traz contribuições aos estudos que falam a

respeito de desigualdades sociais, processos de exclusão e situações sociointeracionais:

A etnografia como abordagem de investigação científica traz algumas contribuições para o campo das pesquisas qualitativas, em particular para os estudos que se interessam pelas desigualdades sociais, processos de exclusão e situações sócio interacionais, por alguns motivos entre eles estão: Primeiro, preocupa-se com uma análise holística ou dialética da cultura, isto é, a cultura não é vista como um mero reflexo de forças estruturais da sociedade, mas como um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e as ações e interações humanas. Segundo, por introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica no processo modificador das estruturas sociais. [...] Terceiro, por revelar as relações e interações ocorridas no interior das escolas, assim como de outras instituições parte dessas estruturas sociais de forma que está se abra e evidencie os processos por elas engendrados e de difícil visibilidade para os sujeitos que dela fazem parte (ERICKSON, 1986). Neste sentido, o sujeito da pesquisa, historicamente ator das ações sociais e interacionais, contribui para significar o universo pesquisado exigindo a constante reflexão e reestruturação do processo de questionamento do pesquisador. (MATTOS, 2011, p. 50-51).

Ainda, a autora continua dizendo que a etnografia é representada pela a escrita do visível. “A descrição etnográfica depende das qualidades de observação, de sensibilidade ao outro, do conhecimento sobre o contexto estudado, da inteligência e da imaginação científica do etnógrafo”. (MATTOS, 2011, p. 54). Mas para que isso ocorra, o pesquisador precisa estar imerso no campo. Nas palavras de Beaud e Weber (2014, p.10-11): “a etnografia, graças à imersão do pesquisador no meio pesquisado, reconstitui as visões das bases mais variadas do que se imagina; permite o cruzamento de diversos pontos de vista sobre o objeto, torna mais clara a complexidade das práticas e revela sua densidade”. De acordo com as autoras, existe uma prática que é primordial para o estudo etnográfico: o interconhecimento. “Meio ou grupo de interconhecimento designa um conjunto de pessoas em relação direta uma com as outras, ou mais exatamente que dispõe uma sobre as outras de certo número nominais” (BEAUD; WEBER, 2014, p.192), é saber minimamente sobre a existência do outro. Ainda, as autoras baseadas em Schwartz, prelecionam o seguinte:

A especificidade do trabalho do etnógrafo não reside em seu fechamento no nível ‘micro’ ou no nível ‘local’. Em primeiro lugar existe níveis de interconhecimento sem base local extensos e poderosos (basta pensar em uma etnografia financeira dos altos funcionários). Em segundo lugar, o que ele observa ao longo de sua pesquisa num meio de interconhecimento são processos que poderão ser observados em outras situações, sob certas condições; são também fenômenos que põem em jogo elementos que ultrapassam amplamente a escala do meio interconhecimento na qual

trabalha: na relação com o Estado a interiorização nas normas e etc, (BEAUD E WEBER, 2014, p.195)

O interconhecimento permite observar as relações dos sujeitos; ele é a característica do meio que está sendo estudado, o qual é a condição da pesquisa etnográfica. Estando inserido no campo, Beaud e Weber (2014, p.95) aconselham a não exercitar a “observação pura”, pois ela pode fazer o pesquisador não ver nada ou somente enxergar “o que projeta de suas experiências anteriores de uma situação nova”. Portanto, é necessário fazer um “misto de entrevistas e de observação”, que Beaud e Weber (2014, p.95), segundo a dosagem de ambas, chamam de “entrevistas etnográficas” ou “observação sociológica”. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas com perguntas em profundidade a fim de permitir que os entrevistados relatassem suas percepções acerca de todo o processo de regularização no Loteamento e de sua vida cotidiana.

As entrevistas em profundidade foram formuladas a partir de quatro tópicos. O primeiro se refere a regularização fundiária, o segundo é sobre o Loteamento Novo Milênio, o terceiro a respeito da atuação do poder público municipal na comunidade e o quarto trata a respeito da vida cotidiana dos moradores (vide Apêndice C). A intenção foi realizar perguntas que permitissem que os entrevistados falassem livremente acerca do assunto perguntado, permitindo que o pesquisador inserisse lentamente novos elementos, chegando assim a uma conversa informal, mas contendo todas as perguntas de cunho científico com o objetivo de obter resultados. Por isso, o tempo de duração de cada uma das entrevistas foi diferente, tendo em média o tempo de 40 minutos, período durante o qual foi possível extrair as respostas para as hipóteses e o problema de pesquisa propostos neste trabalho. Todas as referidas entrevistas foram gravadas por intermédio de um gravador de celular. Beaud e Weber (2014, p.137) diz que “é uma senha obrigatória. Não há boa entrevista aprofundada sem gravação. É condição essencial”. “Só a gravação permitir-lhe-á captar na íntegra e em todas as suas dimensões a palavra do entrevistado; ser-lhe-á possível, na sequência, trabalhar em profundidade sua entrevista especialmente escutando várias vezes as fitas”, no caso do Novo Milênio, escutar diversas vezes apenas a gravação feita pelo celular.

Guber (2001, p.18) afirma que o trabalho de campo etnográfico se caracteriza pela sua falta de sistematicidade; entretanto, essa “suposta carência exhibe uma lógica própria que adquiriu identidade como técnica de obtenção de informações: a



observação participante”. A observação participante para a autora é uma técnica da etnografia que tem o objetivo “de observar sistematicamente e controladamente tudo o que acontece ao redor do investigador e participar de uma das atividades que envolve o problema” (GUBER 2001, p. 18), ou seja, detectar as situações sociais e culturais da vida cotidiana de uma determinada população e participar delas.

Assim, com a observação participante associada às entrevistas, pode-se observar o contexto de vida de cada um dos entrevistados, neste caso, a casa em que moram, suas rotinas, seus desejos, suas expectativas e sonhos, completando ainda mais a visão da situação estudada. Essas questões serão exploradas no item 4.2, logo abaixo.

Para colocar em prática a abordagem etnográfica, é necessário dispor de um vasto período de tempo no campo empírico; todavia, devido à delimitação do tempo de uma dissertação de mestrado, se fez prudente não aplicar o método e entrevistas aos quase 200 moradores no Loteamento Novo Milênio. Sendo assim, a observação participante permitiu delimitar o campo pesquisado, sem prejudicar a aplicação do método etnográfico, bem como todas as técnicas escolhidas e, portanto, sem lesar a pesquisa. Beaud e Weber (2014) alertam da importância em não entrevistar todos indiscriminadamente porque o pesquisador está submetido a um tempo. É importante escolher pessoas que possam agregar na pesquisa.

De acordo com a experiência no ano de 2018, pode-se perceber que a rua principal Barão de Jarau possui vinte e nove casas com tamanhos e construções diversificadas. Nessa rua há residências utilizadas exclusivamente para fins de moradia e outras que, além de moradia, são utilizadas para fins comerciais. Outra característica é que ela dá acesso às demais ruas e se caracteriza por ser o maior ponto de sociabilidade, ou seja, de interconhecimento entre os moradores, devido ao fluxo de entrada e saída de pessoas e pelo fato de compreender a maior concentração de comércio no local. Além do mais, o presidente e vice-presidente da Associação Comunitária do Loteamento residem nessa rua. Devido a esses fatores, essa rua principal foi escolhida para ser os lócus da investigação empírica e 29 moradores, responsáveis pelas suas respectivas casas, foram convidados a serem entrevistados a fim de compreender a experiência coletiva dos moradores no Loteamento Novo Milênio. No entanto, somente 20 entrevistados aceitaram o convite para compor essa investigação, assinando um termo de consentimento e autorização de uso de

questionário e entrevista (vide Apêndice A), preservando a identidade dos entrevistados, motivo pelo qual todos são identificados por um codinome.

Além das entrevistas, os 20 entrevistados responderam a um questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, com o propósito de traçar o seu perfil socioeconômico. Esse questionário é composto por 11 questões. A primeira se refere à concordância do entrevistado em participar da pesquisa. Logo, é questionado se é responsável pela sua casa, em seguida, sua idade; seu sexo biológico; seu grau de escolaridade; em que tipo de trabalhador se encaixa; em que trabalha atualmente; sua renda familiar de 2015, ano que receberam a regularização, a 2018; quantas pessoas moram na casa; qual a composição do(s) núcleo(s) familiares da casa dividindo-se em A, B e C, adultos, crianças e idosos respectivamente; e finalmente, há quanto tempo mora no Loteamento.

Aplicado o questionário, as entrevistas e a observação participante, o método etnográfico permitiu ainda adentrar o campo da reflexividade. Segundo Beaud e Weber (2014), a reflexividade se trata de uma condição focada no trabalho do próprio pesquisador. “Sem cessar, ele deve analisar o que se passa relacionando-o ao que faz” (BEAUD; WEBER, 2014, p.193). O campo da reflexividade, portanto, revela surpresas não esperadas pelo pesquisador, as quais devem ser esclarecidas, isto é; “explicitar aquilo que eu esperava e o que apareceu” (BEAUD; WEBER, 2014, p.193).

No âmbito do exercício etnográfico, também se faz presente o campo da “durabilidade”. De acordo com as autoras, é necessário se inserir no local pesquisado de tal forma que a pessoa crie, de forma provisória, uma instalação que lhe proporcione uma verdadeira identidade, um nome próprio, um lugar, caso seja procurado, e isso só acontece se o pesquisador passar tempo no local pesquisado, aproveitando os momentos, mesmo que não sejam longos, de verdadeiros “encontros”. Nesse sentido, interconhecimento, reflexividade e longa duração, compostos no método etnográfico, fizeram parte dessa pesquisa, conforme será melhor explicado nos itens a seguir.

#### **4.2 Pesquisa de campo no Loteamento Novo Milênio**

A pesquisa de campo no Loteamento Novo Milênio teve seu início a partir de diversas visitas ao local. Como já mencionado anteriormente, a técnica utilizada foi a observação participante. A observação foi sendo realizada em meses, semanas e dias

alternados, já que a pesquisadora buscou entender como era a rotina dos moradores, especificamente dos residentes da rua Barão de Jarau. Diversas observações foram registradas pela pesquisadora em seu diário de campo, enquanto sentada na pracinha construída por um dos moradores. Verificou-se que o Loteamento não é muito agitado. Os residentes da referida rua principal saíam cedo para trabalhar, de segunda a sábado ou de terça a domingo; alguns voltavam no fim da tarde, outros mais à noite. Quem permanecia no local eram os comerciantes, que abriam seus estabelecimentos por volta das 09:30, fechando às vezes no horário do meio dia, abrindo às 13:00 ou 13:30 e encerrando as atividades no fim da tarde. As donas de casa e os aposentados também ficavam em casa praticamente durante todo dia. Pelo fato de a maioria sair de suas residências para exercer suas atividades laborais, foi difícil encontrar horários para realizar as entrevistas. Por conta disso, foi necessário descobrir os horários de folga dos moradores e ficar de “prontidão” até poder ter a oportunidade de encontrá-los. Houve uma boa recepção dos 20 entrevistados, que nos seus horários disponíveis abriram a porta ou o portão de suas residências para contar sobre suas percepções em relação ao processo de regularização, sobre o Loteamento e suas histórias.

Apesar da pouca agitação no Loteamento, a rua Barão de Jarau apresenta um grande fluxo de circulação de pessoas pelo fato de dar acesso às demais ruas, portanto, praticamente todos os moradores do Loteamento passam por ela, inclusive muitos carros que não pertencem ao local, mas que circulam por ela para poder chegar a outros destinos da cidade, a despeito da má condição do asfalto de “chão batido”. Em dias de chuva, era muito difícil circular nela, pois empossava muita água e se formavam diversos buracos, conforme as figuras abaixo:



**Figura 4.** Foto da rua Barão de Jarau.



**Figura 5.** Foto da rua Barão de Jarau.

Em dias ensolarados alguns moradores costumavam sentar em frente às suas casas, geralmente em cadeiras de praia, para conversarem e tomar chimarrão. Algo que também foi observado é que não havia tantas crianças brincando na rua porque a grande maioria estava na escola. Algumas saíam para andar de bicicleta ou jogar uma bola, enquanto os adolescentes se reuniam para conversar na pracinha, também

utilizada pela pesquisadora, já que é uma praça que dá uma vista privilegiada da rua. Segue a foto abaixo:



**Figura 6.** Foto da pracinha Novo Milênio Localizada na Rua Barão de Jarau.

Nos próximos parágrafos evidenciar-se-ão as observações realizadas durante as entrevistas, assim como as falas dos entrevistados que foram consideradas interessantes pela pesquisadora, com o intuito de demonstrar uma visão da experiência etnográfica realizada com cada morador. Contudo, não foram transcritas todas as falas, apenas pontos considerados interessantes, evidenciando alguma de suas expressões ao falar sobre determinados assuntos.

### **4.3 Um breve relato do pesquisador no campo**

Conforme já explicitado, a etnografia foi o método de investigação escolhido para a presente pesquisa. De acordo com Mattos (2011, p.51) “em etnografia, holisticamente, observam-se os modos como esses grupos sociais ou pessoas conduzem suas vidas com o objetivo de revelar o significado cotidiano, nos quais as pessoas agem. O objetivo é documentar, monitorar, encontrar o significado da ação”. Nesse sentido, na maior parte das vezes, “o processo de pesquisa etnográfica será determinado, explícita ou implicitamente pelas questões propostas pelo pesquisador”

(MATTOS, 2011, p. 50), por isso a importância da descrição do pesquisador em relação ao campo, demonstrando suas observações.

Dessa forma, para compreender os caminhos percorridos que originaram os resultados dessa investigação, faz-se necessário registrar um breve relato do pesquisador no campo pesquisado. No entanto, é mister descrever as experiências vividas no passado pelo pesquisador no desenvolvimento de atividades relacionadas à presente pesquisa.

O presidente da Associação entrou em contato com o núcleo de extensão universitária de assessoria/advocacia popular do qual eu como bolsista fazia parte. Fomos convidados a visitar o Loteamento Novo Milênio com a intenção de conhecer a comunidade e estudar o caso mais a fundo, a fim de prestar assessoria jurídica. Quando entrei em contato com o campo pela primeira vez, no ano de 2011, de imediato pude perceber uma dicotomia: de um lado, uma população que vivia na ausência de infraestrutura urbana, aparentemente composta em sua maioria por habitantes de baixa renda. Por outro lado, em frente ao Loteamento, observei que havia um bairro melhor constituído, com esgoto encanado, ruas iluminadas, habitações bem construídas, com todo o conjunto de serviços básicos indispensáveis à população de uma cidade. Aqueles eram considerados os “ilegais”, os “posseiros”; estes, os “legalizados”, os “regulares”. Deparei-me, então, com o fenômeno da falta de moradia digna (ROLNIK, 2015).

Refletindo acerca desse fenômeno, eu imaginava que as leis de regularização de áreas ocupadas por famílias de baixa renda garantiriam a elas não só a segurança jurídica do lugar onde vivem, mas também o acesso aos bens e serviços básicos dispostos para as pessoas consideradas “regularizadas”, e que ainda asseguraria a quebra das barreiras causadas pelo estigma sobre pessoas que vivem em condições precárias de moradia. Mediante a regularização dos lotes, eles estariam inseridos na cidade, já que teriam acesso, a partir de então, aos mesmos direitos que os demais.

Nesse entendimento, percorri as ruas do Loteamento durante mais ou menos dois anos, exercendo atividades extensionistas, isto é, auxiliando na elaboração do livro “Regularização Fundiária Social – Loteamento Novo Milênio”, produzido pelos núcleos de Habitação Social e de Assessoria/Advocacia Popular da UCPEL, na expectativa de intervir na realidade social daquelas pessoas. Por mais que estivesse envolvida com um projeto de extensão universitária, eu estava observando, sem ao

menos saber na época, as interações sociais dos moradores daquele local, exercitando uma prática primordial da etnografia: o interconhecimento.

Por meio do interconhecimento, pude enxergar o processo conflituoso de disputa pelo espaço urbano. A partir da situação da comunidade Novo Milênio, tão próxima a mim, consegui perceber a estratificação dos serviços e equipamentos urbanos, a ausência de moradia digna, a inércia do Estado/Município, e a luta pelo lugar para morar, situações vistas na conjuntura das cidades brasileiras (ROLNIK, 2015). Rolnik (1995) enfatiza que a segregação do espaço urbano e os problemas inerentes à falta de moradia produzem mais conflitos sociais.

O Estado possui um papel fundamental de intervenção para apaziguar tal problemática, pois é através dele que as leis de regulamentação para o uso do solo urbano entram em cena na busca pelo desenvolvimento das cidades, proporcionando às pessoas maior igualdade. Assim entendem os autores D'Ottaviano e Silva (2010), já citados anteriormente, os quais acreditam que a normatização do direito de propriedade é uma ferramenta útil capaz de inserir as populações da cidade ilegal na cidade legal; além disso, é também uma forma de proporcionar acesso ao direito à cidade, à moradia digna e a todas as benfeitorias urbanas. No entanto, apesar do ímpeto de exaurir os problemas habitacionais, algumas dificuldades sobretudo relacionadas a práticas mercantilistas dos moradores, do mercado imobiliário e do poder público local tornam-se mais aparentes com a implementação dessas leis (GONÇALVES, 2009). Essa discussão conflituosa colaborou para o anseio de investigar como a política fundiária no Loteamento Novo Milênio repercutiu na vida cotidiana dos moradores.

Retornando ao Loteamento Novo Milênio no final do ano de 2017, agora na condição de pesquisadora, tentei não enxergar a realidade com que havia me deparado no passado; por isso, foi necessário realizar uma (re) descoberta do campo. Para que isso acontecesse, foi imprescindível dedicar tempo para investigar as novas situações vividas pelos moradores após a implementação da política de regularização fundiária, ou seja, exercer a prática da longa duração (BEAUD e WEBER, 2014). Por essa razão, foram escolhidos o método etnográfico e a técnica da observação participante, já explicados na sessão anterior.

Com esse objetivo em mente, minha primeira visita aconteceu em uma tarde de domingo ensolarado. Com o meu diário de campo em mãos, busquei tomar nota do que estava observando. Deparei-me com o contrário daquilo que imaginava



encontrar. Por mais que a intenção fosse (re) descobrir o campo, era inevitável fazer algum tipo de suposição sobre as situações que poderia encontrar. Pensava que os vizinhos estariam nas ruas, em frente às suas casas conversando, sentados tomando chimarrão, e que as crianças estariam brincando com os cachorros, imagem muito comum do passado, registrada em minha memória. Em vez disso, me deparei com um eloquente silêncio; um silêncio que entoava a nova realidade do loteamento. Não havia absolutamente ninguém nas ruas. Algumas casas estavam fechadas e outras apenas com as janelas abertas. Beaud e Weber (2014) dizem que essa “surpresa” de esperar encontrar algo e se deparar com outra realidade se trata do campo da reflexividade.

Continuei caminhando e observando como estava o espaço físico do local. Percebi que havia muitos buracos no chão das ruas, já que permanecia sem asfalto. Presumi que essas perfurações no chão tivessem ocorrido por causa da chuva que acontecera alguns dias atrás. Também notei que ainda não havia calçada, que a grama estava muito alta e que o mal cheiro exalava do esgoto na esquina da rua principal. Todas as casas da rua Barão de Jarau são de alvenaria, pois ao longo dos anos os moradores foram melhorando seus imóveis. Depois de passar um bom tempo observando, percebi que os moradores construíram, na rua principal uma pequena praça para as crianças denominada “Praça Novo Milênio” e foi nela que sentei por diversas vezes para observar a rotina do Loteamento, já que ela concede visão privilegiada da rua principal

Após algum tempo observando, vi que algumas pessoas começaram a chegar em casa de carro ou a pé. Alguns jovens saíram de suas residências para andar de bicicleta e outros moradores foram buscar itens no barzinho no bairro da frente. Foi a partir dessa movimentação que eles perceberam que eu estava ali. De início, minha presença ali se tornou um ponto de interrogação, e eu podia perceber nas expressões de seus rostos as perguntas: “quem é essa garota? ”, “o que ela está fazendo aqui? ” Isso ocorreu até o momento em que encontrei o vice-presidente da Associação, que logo me reconheceu. Depois disso, consegui contato com o presidente da Associação, expliquei as intenções de minha pesquisa para ambos e a notícia foi sendo espalhada entre a vizinhança.

Com o tempo, a minha presença se tornou algo comum no Loteamento. Os moradores passavam por mim, me cumprimentavam e conversavam comigo. A visão de inatividade do Loteamento mencionada acima permaneceu ao longo dos dias,



meses e semanas. Os moradores se restringiam às suas famílias. Durante a semana, saíam para trabalhar e voltavam no final da tarde. Nos finais de semana e nos dias de folga, aproveitavam para descansar ou saíam com seus familiares. Contudo, identifiquei laços de sociabilidade entre eles, pois presenciei situações como uma em que uma moradora estava precisando de ajuda e foi acudido por vizinhas e muitos moradores. Além disso, os entrevistados disseram que eles podem contar com a solidariedade entre os vizinhos, e alguns frequentam a residência uns dos outros, sentando-se também na frente de suas casas para conversar.

Foi necessário respeitar a dinâmica da comunidade, e por diversas vezes fiquei esperando a oportunidade para entrevistar os moradores, que muitas vezes não estavam em casa; ficava, então, aguardando o melhor momento para abordá-los. Nem todas as tentativas foram efetivas porque alguns não quiseram participar voluntariamente da pesquisa, todavia, a maioria se dispôs. O resultado da minha inserção positiva no campo foi a boa recepção que os 20 entrevistados apresentaram, pois apesar de alguns terem me recebido apenas no portão e a princípio terem demonstrado um pouco de insegurança - ou até desconfiança -, foram muito solícitos, cordiais e aceitaram contribuir com a pesquisa.

## **5 Capítulo IV- Aplicação e análise das entrevistas e dos questionários**

Neste capítulo serão observados pontos considerados importantes das narrativas dos entrevistados, evidenciando as experiências pelas quais a pesquisadora passou nas entrevistas, pois se entende que o contato com cada morador entrevistado permitiu uma percepção holística e natural do campo, exercício importante da etnografia. Logo em seguida, nos itens 5.2 e 5.3, inicia-se a análise dos dados, ou seja, dos questionários e das entrevistas aprofundadas.

### **5.1 Aplicação das entrevistas**

O primeiro contato com algum morador foi com vice-presidente da Associação, que prontamente aceitou participar da pesquisa. De imediato, explicou-se quais eram as intenções de ter o Loteamento como objeto de pesquisa, buscando também através dessa conversa recolher informações, que em outro momento foram transcritas para o diário de campo, em relação à vida cotidiana dos moradores após a implementação da regularização fundiária. A entrevista não foi realizada nesse momento. Outro dia e horário foram marcados para dar seguimento ao trabalho.

A primeira entrevista etnográfica, com perguntas aprofundas e aplicação do questionário semiestruturado foi aplicado com o vice-presidente da Associação Comunitária, realizada em um dos seus locais de trabalho, o sindicato dos frentistas de Pelotas. A entrevista aconteceu nesse local pelo fato de o morador chegar tarde em casa e por ele estar disponível neste dia. A sala era pequena, composta por duas cadeiras e uma mesa. Como qualquer ambiente sindicalista, havia diversos folhetos políticos e informativos acerca da categoria trabalhista.

Com 45 anos de idade na data da entrevista, morador há 8 anos do Loteamento, começou seu envolvimento com a Associação no ano de 2010. Declarou-se do sexo masculino, possui ensino médio completo e trabalha como frentista de um posto de gasolina em Pelotas. O termo de posse está em seu nome e de sua esposa. Reside em uma casa com mais três pessoas (três mulheres adultas) na rua Barão de Jarau há 14 anos e desde 2015 mantém sua renda familiar de 1 a 3 salários mínimos.

Iniciou-se um diálogo sobre os futuros candidatos do país, e logo expliquei novamente o propósito da entrevista. Perguntei mais uma vez se ele estava disposto

a participar e evidenciei o anonimato do seu nome na pesquisa, motivo pelo qual ele é identificado como “entrevistado I”.

O Entrevistado I, por ser uma pessoa influente, acostumado a falar em público, de imediato arrumou sua postura na cadeira. Neste instante presumi que o entrevistado supôs que seria realizada uma entrevista jornalística com um questionário fechado, mas, ao contrário disso, comecei a realizar as perguntas em profundidade como forma de entrevista etnográfica, isto é, uma boa conversa (BEAUD e WEBER, 2014). Mencionei que a entrevista seria gravada por intermédio de um gravador de celular, e ele não se importou e não demonstrou sensação de incômodo em relação a isso. As primeiras perguntas, dispostas no roteiro de entrevista (Apêndice C) foram referentes à regularização fundiária. Enquanto o entrevistado proferia suas palavras, eu apenas ouvia, mas percebi que ganhei a sua confiança, o que talvez não ocorresse, já que, por mais que ele me conhecesse do passado, agora, no presente, poderia não se sentir à vontade. As palavras “segurança”, “tranquilidade”, “esperança” e “luta” estiveram associadas, para ele, à definição de regularização fundiária. Além disso, o entrevistado disse:

Na questão social a regularização nada mais é do que dar dignidade a todo aquele que a alcança. É estabilidade pra si para sua família. É poder também disponibilizar do bem sem o problema de pensar que a qualquer momento pode ser deslocado dali. Na verdade, é muito mais que isso; é um trabalho que a gente deve elogiar porque a gente foi atrás, mas sem vocês do NAP nós não teríamos conseguindo.

Pode-se perceber que este entrevistado foi um dos que associaram a regularização fundiária à segurança de um local para morar, estabelecendo uma relação de pertencimento com o lugar e de inclusão à cidade. A condução das perguntas em profundidade permitiu que ele falasse sobre seus pensamentos, suas opiniões e suas aspirações em relação à regularização fundiária, à sua vida cotidiana, sobre a comunidade e sobre suas relações com o poder público local. No tocante ao conhecimento sobre a Lei, ele afirmou que não a conhece muito bem, no entanto, foi um dos dois moradores que tentou explicá-la. Acredita-se que isso se deva ao fato de ele ser um dos moradores de notoriedade, já que foi um dos representantes do Novo Milênio por alguns anos. Sendo assim, ele explanou:

“Eu não conheço a lei a fundo, mas eu li um tempo atrás sobre a usucampião (Sic), sobre a Lei da Minha Casa Minha Vida. Esse dispositivo é o conteúdo de todo projeto que havia a possibilidade de regularização de lote individual. Eu não sei se ela inclui também terrenos de ordem pública, mas eu sei que privado sim, e foi o que aconteceu com o Novo milênio que pertencia a uma

grande empresa que veio a falir, o terreno estava ocioso e um determinado coletivo de pessoas acharam por bem mediante a necessidade ocupa-lo”.

A partir das observações, pode-se notar que o Entrevistado I esboçou alegria e entusiasmo ao falar das experiências que teve no processo de regularização e por ter falado acerca da “tão sonhada casa própria”. Para ele só existiram vantagens em regularizar. Citou que pós regularização eles se tornaram definitivamente proprietários, não tiveram mais o risco de serem despejados, puderam exigir melhorias no Loteamento à Prefeitura, e ainda vê a possibilidade de os moradores fazerem um financiamento para melhorarem suas casas a fim de venderem futuramente. Em seguida, começou a contar o que acha do Loteamento, como era e como está a sociabilidade dos moradores antes, durante e depois da regularização. De forma calma e tranquila, ele evidenciou o interconhecimento (BEAUD; WEBER, 2014), no qual todos do grupo se conhecem e as pessoas pertencentes a ele interagem entre si. O entrevistado I associou a regularização de um terreno a dignidade e a cidadania, conforme segue:

Dignidade é algo que não tem preço. Ela é algo que faz com que a pessoa se torne cidadã, porque quando a gente mora em cima de um local que não é regularizado, a pessoa perde o senso de cidadão, pois ela passa a ser ali um mero inquilino, aí é a insegurança que se tem. Hoje a gente pode construir em cima com segurança, modificar a planta da casa, ampliar, fazer projeto em cima do terreno, a gente pode tocar a vida de uma maneira cidadã, com inclusão social, porque agora a gente tá incluído na sociedade mesmo.

Em relação à atuação do poder público na comunidade, as expressões e falas do entrevistado foram mais precisas. Mencionou que o poder público não fez nada mais que a sua obrigação em regularizar. Para ele a luta pela regularização iniciou a partir da mobilização popular que foi em busca do NAP da UCPEL, o qual auxiliou em todo o projeto de regularização. Por meio dessa pressão, a Prefeitura resolveu se envolver e fez a parte que a ela compete. Por isso, o entrevistado disse que é grato a Prefeitura, mas que não tem nenhum sentimento de reciprocidade para com ela. Relatou que é muito mais grato ao trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária e ao NAP que, segundo ele, fez mutirões e realizou todo o trabalho jurídico. Antes da regularização, ele disse que a atuação da Prefeitura era quase nula, durante o processo, disse que ela foi obrigada a se mostrar mais presente e, depois, afirmou que ela quase que desapareceu; todavia, ele desconhece a existência de novos conflitos com o Município.

Para ele, o Loteamento é “muito bom de se morar, todo mundo se conhece”, é como se fosse o quintal de todos os moradores. A vizinhança é boa e praticamente todos têm uma boa relação. Entretanto, ele disse parecer que a dificuldade de não ter o terreno regularizado os unia mais, pois tinham mais contato em razão dessa demanda. Pelo fato de ter participado ativamente e diante de sua influência como um dos membros do sindicato, foi possível notar seu olhar crítico frente à realidade social na qual o Loteamento estava e está inserido, comportamento destoante de praticamente todos os demais entrevistados. A regularização para ele trouxe os valores de dignidade, cidadania e inclusão social, pois por meio dela se conquistou a tão sonhada casa própria. Após regularização eles tem segurança e tranquilidade.

O entrevistado falou que o Loteamento tem um bom valor comercial devido à sua localização. Portanto, uma casa regularizada tem muito mais valor pecuniário. Além disso, ele mencionou o anseio de reorganizar e dar continuidade às atividades da Associação, alegando que eles precisam reorganizar o seu coletivo para reivindicar por outras demandas e problemas do local, já que, para ele, o Loteamento continua apresentando os mesmos problemas de infraestrutura urbana; mas o que dificulta a reunião da Associação é a falta de uma sede e por isso ela se encontra inativa. Essa preocupação com a reorganização da associação é outro ponto que também chamou a atenção por ser uma resposta diferente dos outros moradores entrevistados.

Dessa maneira, após quase 40 minutos de conversa, fora o preenchimento do questionário, essa entrevista foi a primeira aproximação com o campo, já que tive que redescobri-lo após a regularização. No término da conversa, a sensação foi de estreitamento de laços, o que me deu mais segurança para aproximar-me da comunidade; além disso, o Entrevistado I se comprometeu por espontânea vontade de avisar aos demais moradores da minha presença no Loteamento nos próximos meses, o que também auxiliou no contato com eles.

O **Entrevistado II**, de 49 anos à época da entrevista, residente há 19 anos no Loteamento, dono de um bar onde se reúnem amigos para jogar sinuca e consumir algum tipo de bebida, sendo assim sua profissão é de comerciante, era bastante tímido e muito objetivo em suas respostas. Possui ensino fundamental incompleto. Desde 2015 apresenta renda familiar de um salário mínimo e mora em sua residência sozinho desde 2006, quando se divorciou; portanto, o termo de posse se encontra em seu nome. Essa entrevista foi uma experiência contrária à primeira em alguns aspectos. Quando cheguei em seu estabelecimento havia cerca de quatro homens

sentados em uma mesa consumindo uma bebida. A televisão presa à parede estava bastante alta. Havia também alguns cachorros latindo na volta; um lugar aparentemente difícil para se gravar uma entrevista e manter um contato mais próximo. O bar fica localizado na garagem de sua casa na rua Barão de Jarau. Pelo que se pode notar por parte dos frequentadores, o “boteco” é bastante conhecido e frequentado pelos moradores, principalmente pelo público masculino. Ao me dirigir ao Entrevistado II, ele já sabia por meio do Entrevistado I que eu estaria presente, além do mais, já havia me visto caminhando pelo Loteamento. Expliquei todos os objetivos da pesquisa e o convidei a participar voluntariamente; ele aceitou, mas disse que à medida que fossem chegando clientes, ele teria que interromper sua fala, o que de fato aconteceu diversas vezes.

Com respostas curtas, buscou-se fazer da entrevista uma conversa e por isso, realizou-se a mesma pergunta mais de uma vez, na tentativa de extrair informações. Todavia, as respostas foram mais restritas, mas valiosas. Para “quebrar o gelo” já que a expressão do Entrevistado II era muito séria, porém sempre respeitosa, tomei a liberdade de fazer algumas brincadeiras, conduzindo a conversa para o roteiro de entrevistas. Aos poucos ele foi se abrindo, sorriu e ao final parecia estar mais confortável, recepcionando bem a entrevista.

As primeiras respostas do entrevistado referente à regularização foram mais objetivas, mas ele deu bastante ênfase ao envolvimento dos representantes da Associação no processo e de sua participação indo às reuniões. Houve momentos em sua fala em que ele esboçou raiva ao mencionar que, no passado, governantes ameaçavam retirá-los. Por outro lado, demonstrou alegria em ter segurança por agora estar regularizado. Disse que o Loteamento continua o mesmo de antes da regularização, havendo algumas melhoras em relação a equipamentos urbanos, mas que os problemas e a falta de serviços urbanos permanecem; reiterou, no entanto, que gosta muito de morar no local:

Bom, ótimo. Gosto de morar aqui. Desde o início sempre tive amizade, sou um dos fundadores. Fundador não, mas de cento e poucas famílias aí, deve ter umas dez ou quinze que é do início e no meio delas eu estou junto. Tem 5% de vagabundo, mas o resto tudo é trabalhador. (Entrevistado II. **Entrevista II.** [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [14 min.].)

Após a regularização, o medo foi substituído pelo sentimento de segurança e tranquilidade, pois ele disse que depois da regularização eles não correm mais o risco de ser despejados e podem fazer melhorias no imóvel. Essa afirmação contribui para

a identificação dos efeitos da regularização na vida cotidiana. Esboçou felicidade ao dizer que o Loteamento foi regularizado:

Foi bom demais, ótimo. Foi mais ou menos pela faculdade, né. Ué, ficamos mais seguro no Loteamento, tava sempre naquela pendência de vão tirar ou não vão tirar [...] ser dono do que é teu, paga ali o imposto do IPTU, mas pelo menos sabe que tá garantido. É uma segurança pra gente. A gente que tá aqui desde do início, eu faço 19 anos que moro aqui. Peguei no tempo que só era barro, valeta, chalezinho tudo caindo. (Entrevistado II. **Entrevista II.** [. 2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [14 min.].

Apesar de não conhecer a Lei que serviu de base para a regularização dos terrenos, na prática ele só viu vantagem em regularizar, e suas expectativas eram boas. A entrevista dele expandiu ainda mais o campo da reflexividade porque ele falou sobre a relação que a comunidade criou ao longo dos anos com alguns políticos, e ainda deu uma visão da realidade do Loteamento anos atrás, antes da regularização, já que ele é um dos moradores mais antigos. Em sua fala ele evidenciou a aproximação de vereadores com o Loteamento, especificamente um parlamentar, afirmando que houve uma troca recíproca entre o político e os moradores. Demonstrou gratidão para com a Prefeitura, alegando que se puder devolver algo ao poder executivo, bem como ao referido vereador, ele está disponível, mas que também é grato aos moradores envolvidos, e mencionou que na época da regularização a comunidade era mais unida, afirmando, no entanto, que todos apresentam uma boa relação até os dias de hoje. Desconhece novos conflitos com a Prefeitura. Segundo o entrevistado, a vida cotidiana deles é tranquila. Todos são trabalhadores e cada um fica mais em suas casas, todavia, quando algum deles precisa de algo, todos se ajudam e se conhecem.

No que tange à Associação, ele reconhece a importância e o trabalho da mesma no processo de regularização, mas afirma que hoje em dia não sabe mais nada em relação a ela, já que nunca mais ouviu falar sobre; mesmo assim, mencionou a sua participação no processo indo às reuniões da Associação, conforme segue a sua fala abaixo:

Eu ia nas reuniões no tempo da Associação, mas não tá tendo mais, pelo menos não me enunciam nenhuma reunião depois. Quando dava meus horários eu ia porque como tenho o bar, nem sempre conseguia estrar presente. Sempre vinha o pessoal da Associação que estava envolvido, a gente ia mais para dar um apoio, o pessoal do povo, mas era eles que sabiam mais, que estavam envolvidos. (Entrevistado II. **Entrevista II.** [. 2018].

Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [14 min.].

A experiência de entrevistá-lo possibilitou enxergar ainda mais a história do local e trouxe surpresas como o relato de aproximação de vereadores com a comunidade.

O **Entrevistado III**, de 41 anos de idade na data da entrevista, dono de uma loja que vende materiais e acessórios de construção de edifícios, popularmente conhecida como “ferragem”, estava trabalhando com sua esposa quando foi surpreendido com o convite de participar da pesquisa. Aceitou prontamente e me convidou a subir um lance de escadas, já que na parte inferior ficava a loja e na de cima sua casa. Era de manhã, os seus dois filhos adolescentes, os quais foram cordiais, estavam fazendo o desjejum e assistindo à televisão. Sentamos no sofá de sua casa para iniciar a entrevista.

O Entrevistado III se declarou do sexo masculino, possui ensino fundamental incompleto, é autônomo, mora em uma casa com mais três pessoas (uma mulher adulta e dois homens adolescentes), habita no Loteamento há 18 anos e desde 2015 apresenta renda familiar de 1 a 3 salários mínimos. O termo de posse está no nome da sua esposa. No início da conversa, com as perguntas em relação à regularização, o entrevistado parecia estar buscando um vocabulário mais rebuscado, com palavras bonitas, dando a impressão de que estava um pouco mais ansioso, também pelo fato de proferir as palavras de maneira mais acelerada. Ao perceber isso, busquei me adequar à linguagem dele, despindo-me do vocabulário científico-acadêmico.

Falou bastante, mas de forma objetiva, e, no final, relatou a sua história de vida e de “luta”, termo utilizado por ele, de adquirir um espaço na cidade, já que antes ele e sua esposa não tinham onde morar. Disse que não conhecia a lei de regularização, mas falou que ela representa segurança e tranquilidade, conforme segue:

Não, entendo muito pouco dessa parte. Claro que, como é que vou dizer, não entendo muito essa parte de regularização. A primeira vez que nós vivemos morar aqui os terrenos eram irregulares, era massa falida da indústria ágape e a Prefeitura não estava conseguindo regularizar. Aí veio um pessoal da faculdade eu acho e nos ajudou nessa área. Então, regularizar é uma segurança, é uma tranquilidade saber que é teu. A importância é a tranquilidade que te dá, assim, entendeu? Eu mesmo tenho a empresa, é aquela coisa, tu consegues financiamento, tu consegues acessos melhores, então, te facilita, se tu tens que registrar alguma coisa, tu tendo endereço, fixo, certo, tudo ajuda, não é uma coisa flutuante. (Entrevistado III. **Entrevista III**. [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [30 min.].



Demonstrou entusiasmo ao falar das vantagens em estar regularizado, da segurança e também do futuro, pois ter uma casa regular significa, segundo ele, a possibilidade de deixar para os filhos, fazer um financiamento, ter acessos melhores e fazer outros negócios. Ele sorriu ao dizer que não via nenhuma desvantagem em ter conseguido a regularização. Falou das dificuldades que enfrentaram para ter equipamentos e serviços urbanos, conforme também relatou o Entrevistado II. O que chamou atenção foi a forma detalhada com a qual falou das táticas que eles utilizaram para driblar os problemas de moradia, demonstrando tristeza ao lembrar dessa situação:

[...] fiquei na rua 1, aí eu abri uma pecinha três por cinco, aí eu comecei ali. Depois eu comprei aqui, agora onde eu estou, na Barão de Jarau. Aí eu fiz uma peça só e abri a ferragem. E aí comecei! Fui fazendo minha casa, tudo. Mas quando eu vim pra cá era só campo mesmo. A gente conseguiu um ponto de luz na esquina do Loteamento e a gente puxava pra dentro do Loteamento. A água a mesma coisa. A gente foi na câmara dos vereadores, conseguimos uma bica, na verdade um ponto de água, e a partir desse ponto de água a gente puxou mangueiras para dentro do Loteamento. Aí foi a primeira vez que teve água e luz no Loteamento (Entrevistado III. **Entrevista III**. [ 2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [30 min.].

Atualmente, ele acredita que o Loteamento está bem melhor, mas reconhece que ainda há muitos problemas a serem resolvidos, e que são problemas antigos; porém, tem a esperança de que agora as coisas irão melhorar. O entrevistado identifica a importância da participação dos representantes da Associação, mas mencionou que nunca participou e que hoje em dia não ouviu mais falar sobre o assunto:

Não, eu só tive nas reuniões não fiz parte no lugar da Associação, não. Participei de todas que tiveram, inclusive teve a igreja aqui da volta que cedeu o prédio para fazer as reuniões. Não, não, conheço mais. Na época o Presidente da Associação, o vizinho, mais era ele que ficava na função de acesso, junto com eles lá, então ele passava tudo para nós nas reuniões, como é que estava o andamento do processo. [...] antes o pessoal era mais unido, agora não ouço falar mais de Associação, acho que não existe mais. (Entrevistado III. **Entrevista III**. [ 2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [30 min.].

Ele disse ser grato à Prefeitura e à faculdade, mencionando que poucos prefeitos fizeram o que o de Pelotas fez, demonstrando um sentimento de reciprocidade para com o poder público; no momento em que comentou sobre isso, ele também sorriu e demonstrou uma expressão de satisfação. Afirmou que após regularização, eles, enquanto comunidade, se sentem tranquilos e seguros. Também disse que o “Loteamento é tranquilo, a vizinhança é boa, todo mundo se dá bem” e

que todos se ajudam se precisar, pois se conhecem, porém, lembrou que no tempo da regularização eles eram mais unidos:

Normal, mas não tem aquela reunião entre os moradores muito não. Na época da regularização o pessoal participava das reuniões, se conversava mais. Eu acho um Loteamento bom, é um Loteamento pequeno, a maioria das pessoas são gente boa. É bom de morar! No caso, a gente, não é um Loteamento muito grande, então, a gente acaba conhecendo quase todo mundo e tem uma relação boa no Loteamento. (Entrevistado III. **Entrevista III**. [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [30 min.]).

Mencionou que alguns vereadores aparecem para saber como estão as coisas. Apesar de ser mais falante que o Entrevistado II, as respostas de ambos foram semelhantes em diversos aspectos, facilitando ainda mais a análise sociológica em relação ao campo.

A quarta entrevista foi realizada em outro estabelecimento comercial localizado na rua: um salão de beleza. A **Entrevistada IV** se declarou do sexo feminino, com idade de 45 anos, moradora há 7 anos do Loteamento, reside com mais uma pessoa (um homem adulto) em sua casa, possui ensino fundamental completo, é autônoma e desde 2015 apresenta renda familiar de 1 (um) salário mínimo. O termo de posse está em seu nome.

Logo que expliquei e a convidei para participar da pesquisa, ela foi muito receptiva e simpática, convidou-me a entrar em seu estabelecimento para que pudéssemos ficar mais confortáveis. Minutos depois, chegaram duas clientes, moradoras que residem em outras ruas do Loteamento, mas ela pediu que as moças aguardassem a realização da entrevista, demonstrando ainda mais disposição em colaborar com a pesquisa.

A sua casa fica nos fundos do salão. Ela disse que tinham muito medo de perder o terreno, mas que com muita luta eles conseguiram. Após regularização, ela se sente segura:

Acho muito importante, acho que foi um trabalho legal, principalmente aqui com a gente. Foi uma coisa muito legal, foi uma coisa que a gente já esperava. É uma segurança e tranquilidade. (Entrevistado IV **Entrevista IV**. [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [50 min.]).

Disse não conhecer a lei e mencionou que tinha boas expectativas em relação a regularização, já que ela sentia muito medo de ser despejada, conforme segue:

Bom, antes a gente tinha muito receio de perder tínhamos aquele medo. A qualquer momento a gente saberia que poderíamos ser retirados daqui, então, a gente tinha aquele medo. E depois passou a ser do pessoal que

entrou na época que era da Ágape, e aí depois, por ser particular era pior ainda, porque quando é da Prefeitura ainda vem a ser do povo né, mas como era particular tinha uma luta da Prefeitura e tudo mais contra os donos que não pagaram seus impostos e coisa e tal, então, a gente tinha aquela insegurança e a partir do momento que a gente conseguiu, junto com a Universidade e pessoas que lutaram junto conosco, a gente se sente muito mais tranquilo, com certeza! Isso é uma coisa muito boa. (Entrevistado III. **Entrevista IV.** [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [50 min.]).

Reconheceu a participação de antigos moradores no envolvimento da regularização, como os representantes da Associação, mas não sabia falar muito bem sobre a ação, já que não participou e atualmente acredita que não mais exista. Falou que não pode ir em todas às reuniões porque trabalhava aos sábados, mas que sempre buscava informações por meio dos vizinhos, com os quais, por sinal, disse ter muitas amizades. Falou sobre os problemas estruturais do Loteamento e disse que “continua a mesma coisa de antes”, mas que a Prefeitura após regularização é mais presente.

Ao falar sobre a Prefeitura, a entrevistada demonstrou muito entusiasmo ao mencionar o nome do Prefeito e disse que agora a secretaria, como a de habitação, é muito mais próxima da comunidade, como se tivessem estreitado laços de amizade. Assim, hoje em dia eles podem conseguir mais algum benefício devida essa aproximação. Aprovou “100%” o trabalho da Prefeitura e é muito grata pela regularização, exprimindo um sentimento de reciprocidade. Explicou as táticas que ela utilizou para que as pessoas não depositassem mais lixo em frente às casas e disse que é reconhecida como “guerreira” por outros moradores, pois, segundo suas palavras, ela é muito ativa e faz de tudo para melhorar a vida de outras pessoas, nas palavras dela:

Na verdade, a única pracinha que a gente tem aqui lá adiante é a que um morador fez. Aqui tem essa beirada, como são os fundos da ESEF, e tem ali mais ou menos um espaço de um metro e meio dois metros de largura, o pessoal usava muito para colocar lixo e isso aí nós moradores tivemos que brigar por isso. Se tu vês aqui na frente e se tu notares tem um jardim aqui que eu que fiz. Isso aqui era um lixão. Eu comecei a brigar, brigar no bom sentido, lutando né. Fui lá, queimei, tirei, carreguei, inclusive um dia o pessoal da Prefeitura tava limpando com máquinas e tudo, cheguei para o cara, o chefe deles e disse assim: “tchê eu queria que tu só passasse máquina ali só para alisar, deixar liso, para eu poder plantar grama e botar umas árvores porque era tudo de lixo, era muito lixo”. Eu tirei o lixo, ficou só a terra, mas se continuasse era óbvio que o pessoal ia colocar lixo de novo. E o cara simplesmente não quis fazer para mim, simplesmente ele não quis fazer. Aí eu disse para ele: “bom tu fazendo ou não, eu vou fazer, nem que eu tenha que pegar minha enxada e capinar aqui eu vou fazer”. O pessoal aqui até hoje me fala “pô, tu foste guerreira né, tu lutaste e conseguiste”. Hoje eu tenho um jardim! Fui lá no horto Municipal, eu busquei árvore, num dia de chuva, fui de moto lá, peguei as arvorezinhas, plantei ali. Hoje é sombra, aí o lixão

acabou, botei plaquinha. Hoje em dia eu compro flor, na época que é de flor eu coloco minhas florezinhas, capino, cuido, eu boto uma extensão até lá e corto a grama né. Graças a Deus eles hoje passaram aqui e cortaram, pelo menos vão me poupar uma cortada, pelo menos. (Entrevistado IV. **Entrevista IV**. [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [50 min.]).

Não soube dizer se na época da regularização a comunidade era mais unida porque não conseguiu participar das reuniões, mas relatou que a vizinhança toda se falava por causa desse assunto. Hoje em dia, relata, é cada um mais na sua, mas todos se dão bem. Naquela tarde deparei-me com uma pessoa bastante convicta em suas crenças, pois relatou da importância da família, de ajudar o próximo, da luta na conquista por um espaço, e que falava com veemência sobre a sua satisfação com a atuação da Prefeitura.

A próxima entrevista foi realizada com a **Entrevistada V**. Apesar de estar sempre ausente em casa por conta do seu trabalho, consegui encontrá-la em uma de suas folgas junto à sua família, que neste dia a estava visitando. Ela me recebeu no portão de sua casa, e estava com o seu neto no colo. No começo demonstrou estar desconfiada com a entrevista, mas aceitou participar. Na medida em que fui conversando com ela, do outro lado de uma grade de ferro, com um cachorro que latia insistentemente, em um dia de sol escaldante, ela foi ficando mais receptiva. Sorriu por diversas vezes quando falávamos acerca da conquista da regularização.

A entrevistada tinha 49 anos de idade, se declarou do sexo feminino, possui o ensino fundamental incompleto, sua profissão é de cozinheira e desde 2015 apresenta a renda familiar de 1 (um) salário mínimo. O termo de posse está em seu nome. Mora há 12 anos no Loteamento e em sua casa vive com mais uma pessoa (uma mulher adulta).

Disse que tudo foi uma coisa muito boa: o processo de regularização, a atuação da prefeitura, e que agora tudo estar melhor. Mencionou que agora com os terrenos regularizados eles podem vende-los, portanto, ela só viu vantagens, ela disse:

Ah eu vejo uma importância assim que depois que passou pra gente, que foi regularizado o terreno, foi pra gente ter uma tranquilidade melhor porque a gente tem os papeis tudo direitinho. Amanhã, depois, se a gente quiser vender a gente sabe que tá tudo regularizado direitinho, tudo com documentos. (Entrevistado V. **Entrevista V**. [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [15 min.]).

Tímida, mas muito simpática, ficou séria e indignada quando lembrou de como era a situação dos moradores no passado, dizendo que “tudo era difícil”, porém que

melhorou muito, principalmente após regularização. Relatou que gosta muito do Loteamento alegando que é um lugar muito tranquilo:

: [...] porque o lugar é tranquilo, bom de morar, não tenho queixa. Saio de manhã, a minha casa fica sozinha e eu graças a Deus não tenho queixa. Porque eu saio de manhã, volto à tardinha e assim né, os vizinhos tudo trabalhando. Então, pra mim é muito bom. Tranquilo, um lugar muito tranquilo. (Entrevistado V. **Entrevista V.** [ 2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [15 min.].

Apesar de pontuar “nós conseguimos”, ela desconhece a atuação da Associação, afirma não saber falar sobre esse assunto e sobre o envolvimento de algum morador no processo de regularização. Ainda, falou que agora eles podem vender suas casas, e que é extremamente grata à Prefeitura por ter regularizado, alegando que tem uma obrigação com eles. Disse que a vida cotidiana dela, assim como dos vizinhos, é tranquila, pois o Loteamento é tranquilo, mas que a comunidade era mais unida no tempo da regularização; disse, entretanto, que ainda podem contar uns com os outros no que precisarem, apesar de ser “cada um mais na sua”, até mesmo porque, segundo ela, todos vivem na correria do dia a dia. Depois de passarmos alguns minutos juntas, reparei que a grande importância para ela é estar com a casa regularizada. Conclui, então, que algumas de suas respostas também se assemelharam aos de outros já entrevistados.

A **entrevista VI** havia sido adiada por causa do cachorro da entrevistada. No dia combinado para a realização da entrevista, o cachorro estava solto, sem focinheira, portanto, marcamos para um outro dia.

Com 66 anos de idade na data da entrevista, a moradora se declarou do sexo feminino, com o ensino médio completo, aposentada, mas atualmente tem uma empresa de distribuição de água mineral junto com filho para complementar a renda. O termo de posse está em seu nome. Desde o ano de 2015 apresenta renda familiar de 1 (um) a 3 (três) salários mínimos. Em sua casa moram ela e mais três pessoas (três homens adultos). Ela mora no Loteamento há 4 anos. Apesar do pouco tempo, considerando os demais moradores entrevistados, pode participar de reuniões que tratavam da regularização e soube responder diversas perguntas do questionário. Sentamos na garagem de sua casa, a qual serve de escritório e de depósito para as garrafas de água.

Muito serena, a entrevistada começou dizendo que a regularização foi muito importante, e que eles ficaram muito contentes. Mencionou que uma amiga sua, ex-moradora do Loteamento, reclamava muito no passado da falta de água e luz, mas que isso aos poucos foi melhorando. Hoje em dia não enfrentam mais essas dificuldades, mas o Loteamento continua carecendo de infraestrutura:

De vez em quando faltava água, eu tinha uma amiga aqui né, faltava água, luz também, mas agora tá muito bom, muito difícil faltar água, às vezes diminui, de tardezinha sempre diminuiu, mas é que estão fazendo obras né, mas enquanto a isso não tem queixa.

Calçamento não tem, só isso que não tem. Tem valeta, não tinha essa valeta aí, fizeram ela, mas não colocaram cano, não colocaram nada, Só abriram a valeta, o que eu achei um desperdício de tempo e uma coisa que não precisava ali, não tinha porque fazer aquela valeta ali. Eu acho que quem fez isso aí foi a Prefeitura a pedido dos moradores, porque queriam tirar uma água que tinha na esquina, porque empossa ali e isso é muito ruim. Empossa muita água nessa esquina e eles achavam que fazendo aquilo ali, iam resolver e não resolveu nada e ficou o buraco aberto, sem encanamento, sem nada. Não tinha essa valeta aqui nos fundos da ESEF. (Entrevistado VI. **Entrevista VI.** [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [20 min.].

Disse que o bairro é muito bom e que gosta muito de morar lá, mas demonstrou indignação ao falar dos problemas das valetas, pois alguns moradores têm e outros não; da falta de calçamentos; dos alagamentos que acontecem na rua que não tem asfalto. No entanto, disse que está satisfeita com o trabalho da Prefeitura, afirmando que eles são muito gratos pela regularização e que agora eles têm obrigações com a atual prefeita e com o ex-prefeito:

Eu fiquei feliz, muito contente né, agradeço muito. A entrega do título de proprietário foi na igreja, foi a Paula, o Prefeito, o Prefeito era o Eduardo Leite, foi muito bom, o pessoal todo ficou feliz, né. Tu dizes assim de voto? Sim, claro que time que tá ganhando a gente não quer trocar os jogadores, se é sobre isso, tem o meu apoio. (Entrevistado VI. **Entrevista VI.** [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [20 min.].

Além disso, ela diz reconhecer a luta que a Associação teve, mas que hoje dia não ouve mais nada sobre as reuniões; entretanto, afirma que gostaria que a comunidade continuasse sendo representada por alguém.

O sentimento de medo foi substituído por tranquilidade e segurança e a entrevistada só vê vantagens em ter a regularização, já que tem a liberdade de poder fazer o que desejar com o imóvel, como fazer um empréstimo para melhorar a casa ou deixar de herança para os filhos, como ela mesmo relatou. Mencionou que a comunidade era mais unida no tempo da regularização, por mais que ela não tenha

participado muito. A perna da entrevistada balançava durante toda a entrevista. Dizia que não tinha muitas amizades, como em qualquer lugar que ela morou, mas que a vizinhança é boa, e que todos se ajudam em caso de necessidade. Culpou muitos moradores pela sujeira do Loteamento e elogiou mais uma vez a prefeitura, dizendo que está tudo tranquilo. Terminada a entrevista, continuamos conversando sobre a pracinha que foi construída por um dos moradores, e a Entrevistada VI disse que se não fosse por ele, não teriam nenhum equipamento urbano, já que não há escolas, praças e etc. dentro do Loteamento. Enquanto me despedia, em seguida encontrei a esposa do morador que construiu tal pracinha e ela se dispôs em participar voluntariamente da pesquisa.

A **Entrevistada VII** mora em uma casa bastante arborizada, em frente à pracinha construída por seu esposo. Ela mencionou que não havia nada do tipo no local e foi a alternativa que eles encontraram para que as pessoas não depositassem lixo em frente à sua casa.

Com 50 anos de idade no tempo da entrevista, se declarou do sexo feminino, possui ensino fundamental incompleto, está desempregada e mora no Loteamento há 14 anos. O termo de posse está em seu nome. Em sua casa residem, além dela, oito pessoas (quatro homens adultos, uma mulher adulta, duas crianças do sexo feminino e uma criança do sexo masculino) e desde 2015 ela tem uma renda família de 1 (um) salário mínimo.

Como essa entrevistada também se mostrava bastante tímida, tive que iniciar nossa conversa com assuntos triviais como a previsão do tempo, e elogiei a forma como eles decoraram a frente da casa, observando que construíram inclusive uma parreira de uvas. Logo, ela sorriu, agradeceu e começou a falar que não tinha muita compreensão sobre a regularização fundiária, mas que agora é “da gente”, ou seja, pertence a eles. Logo em seguida a entrevistada começou a enumerar os problemas de infraestrutura do Loteamento, que são os mesmos de antes da regularização, como as valetas. Relatou que sua história de vida no Loteamento foi complicada pela falta de água e luz, fala também proferida por outros entrevistados, segue a fala:

Ah não, não tinha. Água mesmo a gente tinha que ir buscar nas esquinas porque era de mangueira né. A luz era meia aquelas... como é que eu vou dizer. Quando eu vim pra cá mesmo, luz não tinha, nem água. Luz tu tinhas que usar vela ou tu tinhas que usar outro jeito de luz porque não tinha. Aí depois sim, depois eles botaram os postes, depois regularizaram a luz, aí ficou bom (antes da regularização). (Entrevistado VII. **Entrevista VII**. [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [15 min.].

Ah, faz falta né (equipamentos urbanos). Porque as pessoas às vezes querem fazer um aniversário, uma festa né, tu não tens um salão que as pessoas têm que ir longe né. Aí faz falta mesmo. Creche perto tem, mas é lá dentro da Cohab. Tem mães que às vezes tem que ir lá levar as crianças porque não tem aqui. Nunca teve essas coisas. (Entrevistado VII. **Entrevista VII**. [ 2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [15 min.].

Mencionou a falta uma creche no lugar, de um salão de festas para os moradores e reclamou da limpeza da rua. A sua voz ficava mais precisa e enfática quando falava acerca dos problemas do Loteamento, mas quando respondia sobre a participação dos moradores, como da Associação, ela parecia ficar um pouco insegura.

Já mais à vontade e após algum tempo de conversa, a entrevistada demonstrou segurança quando falou acerca da importância de ter um terreno regularizado e, ao falar dos vizinhos, disse que no início não era muito bom, mas que depois mudaram alguns moradores e que hoje em dia, todos são amigos, apesar de cada um ficar mais restrito à sua família. São todos trabalhadores e, por isso, é difícil encontrar todos em casa. Ela falou que é muito grata à Prefeitura por ter concedido a regularização, mas que estava mais ou menos satisfeita, já que eles continuam com algumas dificuldades no local, e que “ter um lugar para morar é um direito de todo cidadão”, mas relatou que não sabe se tem algum compromisso com a prefeitura. Ficou bastante pensativa e indecisa em relação a esse ponto, mas enfatizou que era grata.

Ao falar novamente das questões da falta de limpeza do Loteamento e dos buracos nas ruas, a entrevistada aparentou maior indecisão, como que com medo de estar reclamando muito, e proferiu a frase “a gente vai levantar”. De acordo com ela, por conta do interesse em regularizar, todo mundo ia nas reuniões, portanto, eles eram mais unidos. Ela foi uma das moradoras que participou de tudo, segundo suas palavras.

No mesmo dia, no imóvel ao lado do da **Entrevistada VIII**, tive uma nova experiência. Fui recepcionada pela proprietária do imóvel, a Entrevistada VIII, que por “sorte” estava em casa. Diferentemente das entrevistas anteriores, a Entrevistada VIII tinha um olhar bastante crítico e pouco elogioso em relação a todo processo de regularização, ao Loteamento, ao poder público e à vida cotidiana dos moradores. No começo tive a impressão de que ela não iria aceitar, pois estava muito séria e com um olhar desconfiado. Mas falou que iria conversar sobre o assunto.



Com 32 anos de idade na época que foi entrevistada, se declarou do sexo feminino, possui o ensino médio completo, é autônoma, confeiteira, e desde 2015 apresenta renda familiar de 1 (um) a 3 (três) salários mínimos. O termo de posse está em seu nome. Mora no Loteamento há 16 anos, vivendo em uma casa com mais duas pessoas (um homem adulto e uma criança do sexo masculino).

Antes que eu fizesse qualquer pergunta, a entrevistada começou a falar que desde o tempo do governo do ex-prefeito de Pelotas, Fernando Marroni, os herdeiros da indústria HP queriam os tirar do local, mas que o referido ex-prefeito tinha a intenção de entregar as posses regularizadas para eles, não dando continuidade ao trabalho devido ao fato de não ter sido eleito. Sendo assim, ela disse que essa “função da regularização” não é do governo do Eduardo Leite e que, por isso, ela não tinha a intenção de devolver nada para eles, ela diz da seguinte forma:

Foi no governo do tempo do Marrone que eles queriam tirar a gente daqui e o Marrone cobrou uma dívida da Prefeitura que os donos da Ágape, no caso herdeiro né, têm com a Prefeitura. Eles têm uma dívida. E aí eles cobraram e não tiraram a gente daqui. Porque eles iam tirar. E aí já tinha casas construídas, a minha já era construída, só não tinha essa casa da frente. E eles queriam botar tudo abaixo, entendeu? [...] E aí o Marrone não se reelegeu e não continuou. Porque ele iria entregar a posse do terreno. Desde aquele tempo tem isso aí, da escritura. Não é de agora [...] no caso a regularização traz uma coisa que é nosso entendeu? Pra vender tem mais valor, mas em compensação tu passa a pagar o IPTU. É um absurdo. Tu paga por um troço que tu já pagaste, tu segues pagando né. Mas tudo bem, é sempre assim. (Entrevistado VIII. **Entrevista VIII**. [ 2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [20 min.]).

Ela mencionou que só vê vantagens com a regularização porque agora eles não serão mais despejados e que se um dia quiserem colocar à venda fica mais fácil. Demonstrou muita indignação por ter que pagar o IPTU, alegando que se paga por algo que já é seu, mas logo demonstrou conformismo, porque entende que pagar o imposto faz parte quando se é regularizado, considerando assim uma desvantagem da regularização. Participou da regularização, mas não conseguiu estar em todas as reuniões por causa do seu trabalho. Disse que gosta muito de morar lá, mas afirmou que o fato de um bairro como o deles, próximo a avenidas principais como a Dom Joaquim, Salgado Filho não ter “nem uma pedra” como forma de asfalto nas ruas é um absurdo. Reclamou do acesso ao Loteamento quando chove, porque as ruas ficam cheias de buracos.

Após diversas constatações acerca dos pontos negativos do loteamento, a entrevistada afirmou que a Prefeitura olhou muito para as áreas centrais, mas

esqueceu de entrar nos bairros. Mencionou novamente a especulação imobiliária, dizendo que agora uma casa ali pode valer até 120 mil reais. Falou também da falta de creches no Loteamento, dizendo que é muito difícil conseguir uma vaga nas escolas próxima. Antes da regularização, ela disse que a Prefeitura fazia seguidamente a limpeza da área, cortando também a grama, mas que depois da regularização ela nunca mais viu os funcionários fazendo esse trabalho. Suas expressões eram um pouco descontentes, nas palavras dela:

[...] nós poderíamos tá com as ruas pelo menos com pedra que nem na entrada. Isso aqui cada vez que chove é um horror, entendeu? Eu acho que as arrumações ficaram muito para a área central, mas aí já é uma opinião minha do governo, daqui da Prefeitura de Pelotas. Arrumaram muito a área central e esqueceram de entrar nos bairros. Porque olha só, nós estamos rodeados aqui ó, logo ali República, Salgado Filho e Dom Joaquim. Hoje em dia tu não vende uma casa aqui na zona por menos de 50, 60 mil. Tem gente que tá pedindo até 120 mil por causa da escritura. Então por que não cuidar melhor?

(Entrevistado VIII. **Entrevista VIII.** [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [20 min.].

Continuou pra mim a mesma coisa. A prefeitura veio agora limpar os... Desconsiderando a parte também de alguns moradores aqui da zona que eu vou te dizer né, que são bem porcos. Atulhando, entendeu? Mas agora há pouco tempo vieram aí limpar. Pouco tempo mesmo. Antigamente vinha mais seguido sabia? Uma vez no mês a Prefeitura tava aí tirando toda a “sujeirada” (Sic). (Entrevistado VIII. **Entrevista VIII.** [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [20 min.].)

Antes da regularização eles vinham. Direto, direto. Sempre limpando, sempre. Tu não via aquilo ali ó. Ali, aquele atulho, aqueles capins, aquelas coisas. Agora ficou... aí fazia muito ó, que não aparecia. Muito tempo. Aí agora apareceu. Não é pra mentir, né? (Entrevistado VIII. **Entrevista VIII.** [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [20 min.].)

Tinha, meu vizinho fez (a pracinha). Só que não foi a Prefeitura. Isso quem fez foi meu vizinho. Creche aqui não tem. Vou te dizer mais: a gente tem uma creche só aqui na Cohab que é, no caso, creche Municipal. É uma luta pra conseguir uma vaga. É uma luta. O meu filho, quando teve que entrar pra escola com esses 4 anos aí, que eles botaram essas coisas de 4 anos, ele não tinha vaga, ele tinha sido encaminhado lá pro Fernando Osório, por favor né. Com duas escolas aqui perto, três escolas. Aí foi, foi, que conseguiram uma vaga pra ele ali no Nabuco. Porque se não, eu ia ter que ir todos os dias pegar ônibus pra ir e voltar pra trazer ele lá do Fernando Osório. (Entrevistado VIII. **Entrevista VIII.** [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [20 min.].)

Em relação à Associação, ela disse que não viu nada demais no trabalho deles, porque uma hora a Prefeitura ia ter que regularizar, já que eles estão há muitos anos no lugar.

A entrevistada relata que ficou contente pela regularização, se sente mais segura, e disse ser grata desde o tempo do Marrone. Segundo ela, a vizinhança é boa, mas é cada um na sua casa porque “não dá certo ficar todo mundo se juntando”; no entanto, relatou que no tempo da regularização as pessoas se reuniam mais em razão das reuniões, e que não houve mais reuniões para buscarem as demandas do Loteamento. Depois que terminou de falar, deu uma gargalhada e me fez a pergunta: “não era para mentir, né?”. Sorriu mais uma vez e desejou que eu fizesse um bom trabalho. Como relatada acima, a fala da entrevistada VIII foi uma das que mais destoou em relação a outras. De certa forma, ela trouxe um olhar mais crítico, colaborando com o problema de pesquisa. Algumas de suas respostas convergiram com as demais de outras entrevistas.

A **Entrevistada IX** foi muito solícita a me receber. Abriu a porta da sua casa e me convidou para sentar no sofá. Ficou alegre por receber uma “visita”. Ela estava com o braço muito inchado e com uma voz sonolenta, já que havia ingerido remédios para suas dores. Como de costume, expliquei para ela todo o trabalho que estava desenvolvendo e a convidei para participar voluntariamente da pesquisa. Ela mais uma vez disse que seria um prazer e começamos o nosso diálogo.

Com 58 anos de idade na data da entrevista, se declarou do sexo feminino; possui ensino fundamental incompleto e atualmente está desempregada. Além de receber o benefício assistencial (LOAS), ela recebe ajuda do seu ex-marido, que mora com ela há alguns anos pelo fato de ter contraído câncer. Por isso, desde 2015 sua renda familiar é de 1 (um) a 3 (três) salários mínimos. O termo de posse está em seu nome. Ela mora no Loteamento há 15 anos.

De forma calma, começou a falar sobre a importância de regularizar o terreno, a segurança que isso traz a eles, alegando que isso abre a possibilidade de um dia vender o terreno. Disse que participou de todas as reuniões, tanto das realizadas pela Associação, quanto pela Prefeitura. Ela mencionou que o lugar é maravilhoso de morar, e que gosta muito, mas a Prefeitura está deixando a desejar com a “função das valetas” que ainda estão a céu aberto e, quando chove, o esgoto aflui para o seu pátio, ela disse o seguinte:

Só tem uma coisa que a Prefeitura tá falhando com a gente, comigo principalmente é com relação a uma valeta que conforme eles foram limpando eles foram alargando cada vez mais ela entende? E essa maneira de limpar tá atingindo meu pátio porque ele foi alargando e foi desmoronando e uma boa parte da valeta já tá aqui dentro do meu pátio. E eu já fui várias vezes aqui na Prefeitura, aqui na Salgado Filho e o rapaz lá prometeu que iam criar

um projeto pra diminuir essa valeta, não sei o que que eles iam estudar lá pra achar uma solução pra esse caso. Até o momento, eu já liguei várias vezes e não fui atendida. E eu estou vendo o jeito que se continua as chuvas forte, toda vez que chove também alaga meu pátio que a rua tá super alta né, então alaga... enche a valeta totalmente e alaga sempre meu pátio. Eu tinha hortinha aqui, tinha legumes e não pude plantar mais nada né. (Entrevistado XI. **Entrevista XI**. [ 2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [30 min.]).

Esgoto não temos. O esgoto é a céu aberto nas valetas. Aqui pra mim, principalmente, é a céu aberto porque a valeta tá ali enorme de funda e embarrancando meu pátio aqui. (Entrevistado XI. **Entrevista XI**. [ 2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [30 min.]).

Nesse momento seu tom de voz aumentou seguido de uma demonstração de tristeza. A Entrevistada IX foi diagnosticada com câncer, doença que ela já havia tido no passado. Atualmente os médicos acham que está com metástases em diversas partes do corpo e por conta disso ela precisa comprar remédios que são bastante caros. Mesmo com o auxílio financeiro do ex-marido, que também está doente, ela relatou que não tem condições financeiras para comprar canos e arrumar as valetas. Ela mencionou que ligou e foi diversas vezes à Prefeitura, mas não obteve resposta. A Entrevistada disse que gostaria muito que se realizasse um projeto para ajudar pessoas que não têm condições financeiras de instalar um esgoto ou realizar uma obra de grande porte. Ela pensa que esse problema deve ser solucionado, principalmente agora que eles estão regularizados.

No que tange à Associação, ela reconheceu a participação da mesma na conquista pela regularização, mas acredita que hoje em dia ela acabou, pois não ouviu falar mais nada a respeito e, segundo ela, não há mais nada a buscar, como havia no tempo da regularização. Ela disse que o lugar é muito bom, e que ama morar lá, todavia, reclamou da limpeza que antes da regularização era melhor. “Não há calçamento, asfalto, um parquinho para as crianças e ainda continua não tendo creche”. Apesar disso, relata que ficou “feliz da vida” por ter recebido a regularização. Ela disse que foi a realização de um sonho de todo morador: ser proprietário do seu próprio terreno, da sua própria moradia e por isso ela se sente muito agradecida pelo trabalho exercido pela faculdade e pela gestão do ex-prefeito Eduardo Leite, a tal ponto de se sentir na obrigação de devolver aquilo que recebeu:

Eu tenho a obrigação de votar em quem me legalizou, quem me propôs o benefício de eu ser dona da minha própria casa, do meu terreno. (Entrevistado XI. **Entrevista XI**. [ 2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [30 min.]).

Ela demonstrou estar muito satisfeita com a atuação da Prefeitura. O medo foi substituído pela segurança e tranquilidade. Agora, há uma sensação de pertencimento à cidade. A entrevistada mencionou que além da gratidão, ela tem respeito por aqueles que os fizeram donos do seu próprio terreno, de ter proporcionado essa segurança.

Em relação aos vizinhos, relatou que todos são amigos, e que tem amizade com todos. Diz que, por mais que cada um fique em sua própria casa, quando precisa, eles se ajudam. Para ela a relação com os moradores continuou a mesma de antes da regularização, mas eles se falavam mais no tempo das reivindicações para regularizar os terrenos, ela disse:

Aqui em casa mesmo, é um ponto de reunião. Praticamente em todas as manhãs é o chimarrão e a pipoca, aqui em casa é um ponto de encontro, geralmente. As vizinhas quase tudo vem para cá de manhã. Umas me ajuda a pendura uma roupa na corda, outras vem e lava uma louça. Sempre tem uma ajuda quando tô que não me aguento nem parar em pé, elas vêm me ajudam. Até no hospital eu tive ajuda também.

Para mim não mudou nada, porque eu me dou bem com todo mundo. Procuro manter o respeito com todas as pessoas. Cada um com sua maneira de viver. Para sermos respeitados a gente tem que respeitar né. Esse é o mais fundamental na vida de todo mundo, eu acho. No tempo da regularização o pessoal se juntava mais, geralmente eles faziam uma reunião, muitas vezes, nem todos estavam em casa. Às vezes era horário de trabalho. (Entrevistado XI. **Entrevista XI**. [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [30 min.]).

A entrevistada disse que ganhou os canos de um vizinho para “melhorar” a valeta, mas ela precisava de mais recursos, então não conseguiu dar seguimento. Relatou, ainda, que sua casa é um ponto de reunião, onde quase todas as manhãs ela e suas vizinhas tomam chimarrão e comem pipoca em frente ao portão, e que elas a ajudam a pendurar a roupa, lavam a sua louça. Quando ela passou mal, quem a levou ao hospital foram as vizinhas, então para ela a amizade continuou mesmo após regularização. De fato, enquanto estávamos terminando a entrevista, uma vizinha chegou em sua casa para saber sobre seu estado de saúde. Ela encerrou sua fala dizendo que o respeito é o valor mais fundamental na vida e de todo o mundo. Ela expressou que tem muita fé e esperança de que vai ficar bem de saúde. Disse, ainda, que é muito grata a Deus por tudo que tem. Por mais que os demais entrevistados tenham dito que todos os moradores possuem uma boa relação, o contato com a Entrevistada XI me fez observar na prática os laços de sociabilidade existentes entre os vizinhos no Loteamento, já que diante de sua precária saúde, ela foi ajudada

diversas vezes pelos moradores e no momento da entrevista uma vizinha bateu em sua porta para visitá-la, demonstrando preocupação.

A próxima entrevista foi realizada no portão da casa da **Entrevistada X**. De forma espontânea e com uma fala rápida, aceitou participar da entrevista.

Com 54 anos de idade à época da entrevista, se declarou do sexo feminino, possui ensino fundamental incompleto, é aposentada e desde 2015 possui uma renda familiar de 1 salário mínimo. O termo de posse está em seu nome. Em sua casa residem ela e mais uma pessoa (um homem adulto) e mora no Loteamento há 10 anos.

Antes de eu terminar de fazer as perguntas, essa entrevistada já respondia de forma rápida e objetiva. Disse que a regularização foi muito boa, uma grande conquista, ressaltando que agora eles pagam IPTU e têm “todos os papéis direitinho”. Mencionou que foi o próprio ex-prefeito quem entregou o seu título de posse - diretamente para ela -, e que participou de todas as reuniões. Não participou da Associação, mas conhecia os representantes. Ela contou que o presidente e o vice-presidente estavam sempre na volta: davam um papel, depois um número, apareceram com um pessoal para medir os terrenos - o pessoal da faculdade (UCPEL). Depois disso, a Prefeitura a chamou para tratar do título de posse. Para receber tal título, eles tiveram que fazer cópias dos seus documentos pessoais, entregá-los à Prefeitura e, após tudo isso, relata a entrevistada que o ex-prefeito Eduardo Leite entregou o título de posse na igreja do bairro. Reclamou das valetas dizendo que a Prefeitura havia prometido arrumar, mas não fez nada. A entrevistada disse que a Prefeitura não mudou nada, continuando com os mesmos problemas. Nesse momento ela começou a gesticular e a falar de forma mais enfática, afirmando que de vez em quando eles aparecem para fazer a limpeza. Apontou para a rua dizendo que o monte de entulho ali presente estava há um bom tempo naquele local, e que eles ligam para a Prefeitura, mas que os responsáveis não aparecem nunca. Segundo ela, o bairro anda meio abandonado, conforme segue:

Antes as valetas eram tudo aberta, porque isso aqui tudo era uma valeta, foram comprando e foram botando porque a Prefeitura prometeu que ia dar cano para essas daí que não tinham, botar tampo no caso. Aí, fizeram uma limpeza, disseram que iam botar as tampas e isso aí continua tudo aberto, não trouxeram tampa nenhuma. (Entrevistado X. **Entrevista X**. [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [11 min.]).

Já tinha aquela pracinha ali desde quando eu vim para cá, quem montou foi o homem ali na esquina, o sarara, a Prefeitura não montou nada aqui,

continuou a mesma coisa. Eles vêm aí, fazem a limpeza, se a gente liga eles vêm, se a gente não liga eles não vêm fazer a limpeza, aquele monte de entulho faz um monte de tempo que está ali, a gente liga para eles tirar e não vem nunca, fazer o que! O bairro ando meio abandonado, semana passada que eles passaram aí, passaram uma máquina, cortaram isso aí, mas é meio abandonado aqui pela Prefeitura. (Entrevistado X. **Entrevista X.** [ 2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [11 min.]).

Apesar dos fatos, ela demonstrou muita felicidade por ter recebido a regularização e é muito grata à Prefeitura. Ao falar sobre isso, ela sorriu e disse que sempre vota em quem busca melhorar as coisas e que agora ela tem uma obrigação para com a Prefeitura. Falou que está muito satisfeita com a atuação da Prefeitura, tanto de antes da regularização, como de agora. De acordo com ela, quando eles chegaram no Loteamento todas as melhorias foram eles que fizeram, pois os moradores “não tinham nada”. Disse que era bem mais difícil. Mas ainda assim admite que sempre gostou muito de morar lá. Ela relatou que o lugar é muito tranquilo, calmo, muito diferente do seu antigo bairro, Guabiroba, o qual para ela era muito movimentado, “uma bagunça”; já o Novo Milênio é um bom lugar para morar. Falando sobre os vizinhos, disse que “é cada um mais na sua”, que ela não vai na casa de ninguém, mas que sempre se deram bem e que se precisar de alguma ajuda “é só dar um grito que todo mundo sai para ajudar”.

Em relação à sociabilidade no tempo da regularização, a entrevistada afirma que as pessoas interagiam mais porque se encontravam nas reuniões. Ela narrou que todos sofreram ameaças de que iam ser tirados de lá, mas que o presidente da Associação dizia que não iam tirar, encorajando-os a “meter os peitos”. Alguns moradores não apareciam nas reuniões e depois iam a ela para perguntar “como é que tava”; a entrevistada relatou isso de maneira fazendo uma crítica a esses vizinhos. Terminou sua fala dizendo que o Loteamento ainda precisa de muita coisa: aplicar calçamento, arrumar os esgotos, pois muitas pessoas não possuem bueiros em frente suas casas, realizar a limpeza do local, que de acordo com ela “está deixando a desejar”, conforme era antes da regularização.

A **Entrevistada XI** mora na rua Barão de Jarau, mas a entrevista foi realizada na casa de sua filha, que também mora na referida rua. Com 62 anos de idade, se declarou do sexo feminino, possui ensino médio completo e atualmente está desempregada. Nos anos de 2015 e 2016 sua renda familiar era de 1 (um) salário mínimo, mas a partir de 2017 ela passou a não ter nenhuma renda por causa do

desemprego, recebendo ajuda de seus filhos. O termo de posse está em seu nome. Reside em sua casa sozinha e mora no Loteamento há 16 anos.

Antes que eu começasse a gravar, ela comentava de forma bem descontraída sobre os políticos, sobre a expectativa de ganharem o título de propriedade e sobre alguns problemas no Loteamento como os buracos das ruas. Presenciei mudanças em sua forma de falar quando iniciou a gravação. Ficou bem mais tímida e, como consequência, conteve mais as palavras. Disse que a regularização foi ótima, pois trouxe tranquilidade e segurança, além da possibilidade de vender o imóvel, se um dia desejar. Falou sobre a participação da faculdade para conseguirem a regularização e sobre a participação do ex-prefeito Eduardo Leite, que segundo ela, fez umas palestras explicando “como ia ficar a situação”. Mencionou que o bairro é maravilhoso, “muito bom”. Nesse instante ela sorriu, colocou a mão no peito e demonstrou muita afeição por ter uma casa no local. Ela relata que logo quando se mudou para o Loteamento, havia buracos em todos os lugares, valetas expostas, não havia ruas, mas sim trilhas. Depois, com o tempo as ruas foram sendo abertas por máquinas. Cada um foi tapando as valetas em frente às suas casas. A água foi solicitada ao SANEP, bem como a luz, porque todas as ligações eram clandestinas; inclusive, houve casas que pegaram fogo e ocasionando a morte crianças no incêndio, então, as companhias atenderam aos pedidos e ligaram a água e a luz:

Pensa numa coisa horrível, era buraco por tudo que é lado, era valeta, tudo era horrível. Era umas trilhas, não era nem rua, aí foi melhorando, abrindo com máquina, agora tá ótimo! Os buracos a gente foi tapando de valeta no caso, cada um foi fazendo em frente às suas casas, mas as ruas eram as máquinas, a Prefeitura no caso. A água a gente pediu para o SANEP, eles ligaram porque antes era a bica que chamava, aí depois o SANEP veio, colocou, depois a CEEE veio e colocou luz até mesmo porque era um fio para um monte de gente, dava cada “fogarêu” que Deus o livre, duas casas pegaram fogo aqui teve até morte de criança e tudo né há muitos anos atrás. (Entrevistado XI. **Entrevista XI**. [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [14 min.]).

De acordo com ela, de uns cinco ou seis anos para o momento da entrevista, a situação foi melhorando. Ela acredita que não surgiu novos conflitos com a Prefeitura. Reconheceu o envolvimento dos representantes da Associação dizendo que faziam as reuniões, mas que ela não conseguia participar porque estava trabalhando na época; apesar disso, perguntava tudo aos vizinhos. Mencionou que o bairro poderia ter uma creche, asfaltamento, calçamento e melhor tratamento de esgoto, problemas já existentes antes da regularização. Relatou que havia muitos



políticos que faziam diversas promessas de melhorias e de regularização; entretanto, de acordo com ela, somente “com o Eduardo Leite é que as coisas aconteceram”. Por isso, ela é muito grata ao ex-prefeito. Agradeceu também à faculdade e disse que o que ela puder fazer em prol da prefeitura como forma de agradecimento, ela fará. Ela estava muito satisfeita com a atuação da prefeitura e ficou feliz por ter recebido a posse pelas mãos do Eduardo Leite e demonstrou sentimentos de reciprocidades com a Prefeitura:

Ah eu sou, sou muito grata por isso. Olha, eu acho que se me pedissem alguma coisa eu faria, tanto que minha família toda voto no Eduardo Leite pelos planos dele que são bem bom, até mesmo agora como governador, acredito que ele vá ganhar né. (Entrevistado XI. **Entrevista XI**. [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [14 min.]).

Sobre a sociabilidade, relata que a interação entre os vizinhos é boa, “parecendo até mentira”, porque todos são amigos, mas que cada um fica mais “na sua”. Relata que dizem muitas vezes apenas se cumprimentam, mas que se precisarem, podem contar uns com os outros. Ela mencionou que no tempo da regularização as pessoas se reuniam mais. Em relação às reuniões de que ela pode participar, informou que os moradores conversavam sobre tudo e todos tinham medo de que iam ser despejados; mas de acordo com ela, tudo se resolveu.

A **entrevista XII** foi realizada praticamente no meio da rua, já que o morador dificilmente se encontrava em casa e já estava de saída no momento em que cheguei. Ele estava acompanhado por mais dois rapazes. Com 30 anos de idade à época da entrevista e morador do Loteamento há 17 anos, reside em sua casa com mais uma pessoa (mulher adulta), se declarou do sexo masculino e possui o ensino fundamental incompleto. O termo de posse está em seu nome. Desde 2015 a sua renda família é de 1 (um) salário mínimo. Atua profissionalmente como prestador de serviços gerais, portanto, trabalha de forma autônoma. Embora não em um ambiente ligeiramente inadequado, busquei fazer da entrevista uma conversa.

Ele disse que foi um dos fundadores do Loteamento Novo Milênio e que ficava muito feliz pela agilidade da regularização no local, pois também se considera fundador do Loteamento Salgado Filho que, fundado há 25 anos, nunca passou por nenhum processo de regularização. Para ele, os demais bairros da cidade não se comparam ao conforto do Novo Milênio, já que eles têm água e luz. No entanto, falou que ainda há muitas coisas a melhorar, como por exemplo, o asfalto das ruas,

principalmente da rua principal, a Barão de Jarau. Informa que antes da regularização a situação era difícil, especialmente quanto ao problema de falta de luz e de água. Ele mencionou que com as chuvas as crianças ficavam com a água “pelo joelho”, adoeciam e não podiam fazer nebulização por causa da falta de luz, mas afirma que a situação foi melhorando com o passar do tempo. Disser que ter um terreno regularizado é praticamente tudo na vida de um ser humano:

Enquanto não regularizar um terreno não é da gente e quem não quer ter um terreno próprio, uma casa própria né? É uma coisa que todo mundo quer ter e necessita, porque a pior coisa que tem é morar de favor, depender, então eu vejo a importância, a casa própria. Um terreno é tudo, praticamente para qualquer ser humano. (Entrevistado XII. **Entrevista XII**. [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [23 min.])

Após a regularização, para ele, o Loteamento continua o mesmo no que tange à infraestrutura, dizendo que tem muita coisa para melhorar, pois “o povo paga um absurdo de impostos”. Complementa ainda dizendo que há outros terrenos ociosos no entorno do Loteamento que poderiam ser muito mais bem aproveitado em proveito da população, conforme segue:

Aqui não tem nenhuma creche, não tem nenhuma escola, aqui dentro do nosso Loteamento não tem; tem ao redor. A única pracinha que tem ali se for olhar, não foi a Prefeitura que fez, foi um morador que fez, aquela ali embaixo; não tem nenhuma praça de recreação não tem nada e não é por falta de espaço porque isso aí (um terreno vazio em frente ao Loteamento) tá atirado juntando lixo, acumulando um monte de porcaria há anos, podendo pegar e fazer uma praça de recreação, sei lá eu, qualquer coisa como uma escola, uma UPA, entende? É, poderia. Um rico de um espaço desses. Aí eles dizem é da ESEF, mas olha a ESEF é um quarteirão inteiro, nem tem mais o que fazer nisso aí, vai fazer vinte anos já que existe isso aqui. Agora tá limpo, agora tá limpo, porque precisa ver antes, era mato isso aí. Isso aí tá limpo porque uma época o pessoal tentou se apossar aí e deram uma limpada e removeram o pessoal e ficou mais ou menos assim, mas se não seria mato isso aí. (Entrevistado XII. **Entrevista XII**. [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [23 min.])

No entanto, ele considera o bairro “hiper bom”, perto de supermercados, farmácias, comércios e afirma que quase não tem violência, “muito tranquilo”. Ele é grato à Prefeitura por ter regularizado, mas associa a conquista da regularização ao povo. Não soube explicar sobre a Associação e disse que nunca participou dela. Desconhece da existência de novos conflitos com a Prefeitura, apenas mencionou acerca dos velhos problemas no Loteamento. Relatou que os moradores são trabalhadores, vivem suas vidas “cada um mais na sua”, mas que todos se dão bem; para ele, é um bairro “família”. Como o entrevistado estava com pressa, encerramos

a entrevista. Em outros momentos em que estive no Loteamento, reencontrei diversos entrevistados, mas nunca mais avistei o Entrevistado XII. Sua casa estava sempre fechada e os vizinhos dizem achar que ele está “sempre trabalhando”, assim como a pessoa com quem mora.

A **Entrevistada XIII** abriu a janela da sua casa com uma expressão um pouco desconfiada. Ouviu o que eu tinha a dizer e fechou a janela novamente. Por um momento, pensei que ela não iria me receber, mas logo abriu a porta e disse que eu poderia entrevistá-la sem problemas. Disse que lembrou do tempo em que eu percorria o Loteamento no tempo da regularização, quando eu ainda estava na Faculdade de Direito. A entrevistada relatou que quando me viu pensou que eu pudesse estar fazendo propagando eleitoral, por isso estava pronta para dizer “não”. Entrei em sua casa e ela me convidou para sentar no sofá.

A moradora tinha 61 anos de idade, se declarou do sexo feminino, possui o ensino fundamental incompleto, é pensionista e atualmente não desenvolve nenhum tipo de atividade laboral. O termo de posse se encontra em seu nome. Desde 2015 possui renda familiar mensal de 1 (um) a 3 (três) salários mínimos. Em sua casa moram ela e mais uma pessoa (adulto masculino). Reside há 13 anos no Loteamento.

Ela disse que a regularização foi muito boa para eles. Ela, seu marido e toda vizinha ficaram muito felizes. Agora eles têm segurança, tranquilidade, que não há mais aquele medo de serem retirados, e que podem fazer empréstimos e outros negócios. No entanto, para ela, ainda há muitos problemas no Loteamento, principalmente em relação ao esgoto na rua Raimundo Correa e na Barão de Jarau. Disse que nada mudou, foi só o “papel na mão”. Nesse momento ela expressava indignação dizendo que a Prefeitura aparece “de má vontade” para cortar a grama mais frequentemente em época de eleição. Ela mencionou que se não fosse a ajuda do vereador Toninho, ela “nem sabe o que seria”. Disse que os buracos são constantes e que os carros têm dificuldades para transitar na rua, mas balançou os braços e disse que toda a cidade é assim na parte dos pobres, porque “para os ricos tudo é bonitinho”, completou em tom irônico. Todavia, disse que está muito satisfeita com a atuação da Prefeitura, principalmente porque ela concedeu a regularização para eles expressando tremenda gratidão ao ponto de querer devolver algo a eles, principalmente ao Prefeito, Eduardo Leite.

A entrevistada continuou dizendo que não sabe da existência de novos conflitos com a Prefeitura, mas enfatizou novamente os problemas de infraestrutura e falta de

equipamentos urbanos permanecem e que agora a Prefeitura é mais próxima do Loteamento, porém eles custam muito aparecer. Sendo assim, para a moradora a relação da Prefeitura com o Loteamento não existia antes da regularização, mas durante o processo melhorou um pouco e hoje também está melhor, contudo precisa melhorar. Reconhece o trabalho da Associação afirmando que a liderança lutou muito, assim como os demais moradores para conseguirem a regularização, mas hoje em dia ela nunca mais ouviu falar de Associação.

A vida cotidiana dos moradores para ela também permanece igual. É cada um mais na sua casa, ela em particular visita bastante duas vizinhas que moram próximo a sua casa, no entanto, não tem o hábito de ir nas outras casas, mas todo mundo se conhece e todos se ajudam quando precisa, não é aquele “cada um por si” de acordo com ela. Todo mundo é trabalhador e denominado como “gente direita”. Agora eles não sentem mais medo e estão mais tranquilos com a regularização.

A Entrevistada XII mencionou que participou de todas as reuniões, principalmente depois que o vereador Toninho assumiu a responsabilidade, mas disse que os representantes da Associação lutaram muito, pois passavam de casa em casa mobilizando as pessoas, convidavam todos para as reuniões, faziam um bom trabalho; mas hoje em dia ela acredita que a Associação não existe mais e lamentou por isso, nas palavras dela:

Era bom, era bom assim, o presidente trabalhou muito por isso aí, uma pessoa que correu muito para conseguir, era bom, mas acho que nem tem mais, ninguém convida para mais nada, não vejo falar mais nada, nem sei se ele ainda é o presidente, não sei nada, nada mesmo. (Entrevistado XIII. **Entrevista XIII**. [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [14 min.])

Havia, havia (distribuições de cartilhas nas reuniões da Associação) só que eu não guardei nada daquilo mais, nas reuniões da Associação, quando nós vínhamos aqui na igreja com algum vereador, seu Sidnei estava sempre, o vizinho lutou muito, muito, muito, passava de casa em casa e convidava o pessoal e fazia muito bom o trabalho, mas agora não sei, acho que tá todo mundo encolhido dentro de casa. (Entrevistado XIII. **Entrevista XIII**. [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [14 min.])

Todo mundo lutou, papel para lá, papel para cá, entrega papel e vai papel e olha; não sei, chegou lá porque tanto que tá aí o resultado, eu nem sei quanto tempo faz, uns três anos? É o tempo passa. Mas, no tempo da regularização o pessoal era mais unido. (Entrevistado XIII. **Entrevista XIII**. [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [14 min.])

Ela relatou que apesar dos problemas, gosta muito de morar no local; ela e o marido foram um dos primeiros a chegarem no Loteamento. Com a voz rouca e em

tom bastante alto, narrou que alguns vereadores participavam das reuniões, e que no dia da entrega dos papéis, o Eduardo Leite foi quem entregou e ao lado dele havia alguns políticos que ela desconhecia. Dentro do Loteamento, segundo ela, não há nada, até mesmo a água que foi ligada pelo SANEP. Ela falou que enfrenta muitas dificuldades nesse sentido, pois já pediu diversas vezes para substituírem as mangueiras que servem para o fornecimento de água por um modelo mais adequada, alegando que não se importa de pagar mais caro, mas quer estar legalizada, e que não era a única a pensar assim, visto que há outros moradores que enfrentam essa situação.

Segundo ela, assim como segundo todos os demais moradores, não nasceram novos conflitos com a Prefeitura, mas continuaram os mesmos. O esgoto, os buracos, os alagamentos, a construção de creches, o calçamento. Ela mencionou que por muito tempo duvidou da regularização, mas como regularizaram, ela acredita que tudo pode melhorar. Disse que é muito grata ao Eduardo Leite que lutou bravamente contra a Indústria Ágape. Demonstrou ter uma obrigação e um sentimento de reciprocidade em relação à atual gestão do poder executivo municipal, que é representada pela ex-prefeita do mandato de Eduardo Leite, Paula Mascarenhas, ao próprio Eduardo Leite e ao vereador Toninho. Disse que antes “saíam e entravam prefeitos e todos os deixavam *no vácuo*”. Segundo ela, Eduardo Leite e Toninho foram “os seus guerreiros”;

Sim, sou muito grata. Se não fosse eles, nunca ia dar em nada, a Ágape nunca ia desistir. Sou muito grata ao Eduardo Leite, pois foi ele que lutou, lutou, lutou bravamente contra essa gente da Ágape aí, e de uma forma de outra eles solucionaram, o Eduardo Leite. (Entrevistado XII. **Entrevista XII**. [. 2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [23 min.])

Não sei um dia eu tiver que fazer alguma coisa para ajudar eles em alguma coisa eu ajudo, não tem problema nenhum, eu sou muito grata a eles. Sou grata sim ao governo do Eduardo Leite, ao Toninho Peres, eles foram os nossos guerreiros! O Eduardo foi um baita cara também. Entrava e saía Prefeito e todo mundo nem ô, deixava nós no vaco como diz o outro e ele não, ele prometeu, já tem meu voto. O primeiro turno vai ser dele e o segundo turno vai ser também e sempre que ele se candidatar a qualquer coisa, tanto ele, quanto o Toninho Peres, quando puder, voto neles. (Entrevistado XII. **Entrevista XII**. [. 2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [23 min.])

É interessante notar que ao elogiar o poder público, ela demonstrou entusiasmo e alegria. Está satisfeita com a atuação da Prefeitura, mas pensa que a prefeita poderia fazer mais, como para ela o último prefeito, Eduardo Leite, fez. Falou da

inexistência de novos conflitos com a Prefeitura e alegou que antes da regularização a relação entre Prefeitura e Loteamento era ruim, durante a regularização melhorou, porém após o Município deixa a desejar. A sociabilidade do bairro para ela continuou a mesma. Afirmou que a vida cotidiana deles é tranquila, que são trabalhadores, e que cada um é mais restrito às suas casas, mas que todos se dão bem; entretanto, disse que no tempo da regularização eles se reuniam mais. Ao término da entrevista, ela narrou alguns problemas familiares pelos quais ela estava passando e, de forma muito cordial, me convidou a voltar à sua casa sempre quando desejasse e que esperava ter contribuído para a pesquisa.

A **Entrevistada XIV** também me recebeu na janela de sua casa. Expliquei todos os objetivos da pesquisa e ela me convidou para entrar. Ficou contente por me receber, pois disse que fica muito tempo sozinha. Ela já está aposentada por conta de problemas de saúde. Convidou-me para sentar e contou-me sobre sua saúde, sobre seus filhos, e mostrou diversos álbuns de sua família.

A Entrevistada XIV tinha 60 anos de idade, possui ensino fundamental incompleto, mora no Loteamento há 20 anos, residindo em uma casa junto com mais uma pessoa (homem adulto). O termo de posse está em seu nome. Desde o ano de 2015 apresenta renda familiar de 1 (um) salário mínimo. Com dificuldades para falar, ela disse que não conhece muito sobre regularização, que quem sabe mais é o marido dela, e apesar de ter estudo, como é uma pessoa doente, não tem muitas condições para falar sobre isso. Mesmo assim, ficou muito feliz por ter recebido a regularização. Logo quando ela chegou ao Loteamento a situação era muito difícil, pois eles não tinham nenhum tipo de infraestrutura no local. Com o tempo, antes mesmo da regularização, eles conseguiram água e luz e as coisas foram melhorando, contudo, segundo ela, até hoje falta muita luz no verão ou quando há temporais, demorando muito tempo para o serviço voltar. Ela falou que não sabe como nunca pegaram nenhuma doença, porque a água que tinha disponível para consumo era contaminada por ratos e diversos bichos. Agora regularizado “melhorou 100%”.

A entrevistada disse que antes das eleições de 2018 a Prefeitura estava colocando as caixas nas valetas, mas que a dela ainda está a céu aberto, causando mal cheiro e enchendo de “pernilongos” no calor. Apesar disso, admite que gosta muito de morar lá. “É um lugar tranquilo”, do qual ela sempre gostou muito. Ao falar sobre isso, ela sorriu e demonstrou satisfação por morar ali. No entanto, relatou acerca das dificuldades que enfrentaram durante muitos anos:

Nós ficamos faceiros porque quando nós viemos para cá não tinha luz e não tinha água. Quando viemos para cá faltava muita água, a gente tinha que tirar água da valeta pelo cano ali. Depois colocaram luz, colocaram água e melhorou cem por cento, aqui é muito bom, eu gosto muito daqui! A de primeiro quando nós viemos para cá era muito ruim, muito ruim mesmo. Esses tempos eu disse para meu marido como a gente não pegou nenhuma doença porque passava rato e tudo. Não dava para ligar a geladeira e televisão, não tinha nada! Tinha que ficar comprando gelo para botar na água e tudo, água tinha que estar buscando dos outros canos que tinha da valeta, eu não podia porque meu filho era pequeno e tinha que pegar com o meu filho e tudo porque eu não posso pegar peso. Melhorou cem por cento agora né, agora tem luz, água e tudo direitinho. (Entrevistado XIV. **Entrevista XIV**. [. 2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [20 min.])

Apesar de pontuar as melhoras nas condições de vida no local, para ela ainda falta asfaltamento, esgoto, calcamento, creches para as mães que trabalham e falta regularizar a limpeza, que fica abandonada.

A moradora relata que participou das reuniões da Associação, inclusive quando estava doente, andando de bengala:

Fui, quando eu podia eu ia, fui em quase todas. Até mesmo quando eu fui pegar a escritura que se diz né, eu fui até de bengala, caminhava bem devagarzinho, estava mal, mal estava caminhando. (Entrevistado XIV. **Entrevista XIV**. [. 2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [20 min.])

Ela disse que enquanto recebiam ameaças de despejo, alguns vereadores, os quais ela não soube nomear, conseguiam benefícios para eles, e ela acredita que alguns fizeram parte da conquista pela regularização. Ela reconhece que o presidente da Associação lutou por eles, e o “pessoal da faculdade” (UCPEL) também, mas enfatizou que foram o vereador e o Eduardo Leite que conseguiram a regularização para eles. Disse, ainda, que a Prefeitura participava das reuniões, e que agora está muito satisfeita com a sua atuação. É muito grata ao Eduardo Leite por ter conseguido, tem um sentimento de reciprocidade e agora “já está pagando o IPTU, tudo certinho”. Falou que não sabe da existência de novos conflitos, somente os que já existiam antes e que ainda permanecem como o problema de infraestrutura no Loteamento. Ela disse que a relação da Prefeitura com o Loteamento antes da regularização era quase que inexistente, durante melhorou um pouco e após está muito boa.

Em sua visão, a vizinhança é muito boa. Uns ajudam os outros, mas cada um vive sua vida. Ela tem uma amiga, vizinha, que a monitora para se certificar de que ela não passa mal, pois diz que quando alguém precisa, todos correm para socorrer,

e isso vem ocorrendo tanto antes quanto depois da regularização. Relata que no tempo das reuniões, todo o pessoal comparecia e conversavam nos encontros. A moradora disse que não queria que eu fosse embora, mas reconheceu que já havia respondido tudo o que sabia.

O **Entrevistado XV** mora no Loteamento há 20 anos. Ele também é dono de um “boteco” e estava servindo alguns clientes quando cheguei em seu estabelecimento. Segui todo o protocolo explicando a pesquisa e ele prontamente aceitou, me convidando para entrar em sua casa. Sentamos na cadeira da cozinha; enquanto isso, sua filha assistia à televisão.

Ele disse que tinha 58 anos, possui ensino fundamental incompleto, se declarou do sexo masculino, se considera empresário, nesse caso, autônomo. Desde 2015 sua renda familiar é de 1 salário mínimo. O termo de posse está no nome de sua esposa. Em sua casa residem ele e mais duas pessoas (mulheres adultas).

De mãos cruzadas ele começou dizendo que não conhecia a lei de regularização, não sabia falar muito sobre esse assunto, mas que sempre teve a expectativa e a esperança de regularizar, pois ali ele já havia construído sua história de vida. Ele disse que nasceu no bairro Gotuzzo e morou lá por 35 anos, afirmando que antes tinha vontade de voltar para o antigo bairro, mas que agora mudou de ideia, pois acha que o Loteamento é o lugar dele por ser calmo, “um lugar muito bom”. Sente-se seguro por causa da regularização e futuramente pretende deixar para os filhos como forma de herança, pois antes eles tinham medo de serem retirados e não poderiam fazer planos:

Eu lhe digo assim, eu não pretendo nunca vender isso aqui. Que eu sempre digo assim para os meus filhos; a gente veio pra cá, construiu aqui e a expectativa é deixar para os filhos. Como eu digo, meu filho tem a casa, e essa aí é a caçula. A gente pensa assim, nunca vender e deixar pra ela [...] assim, como é que eu vou lhe dizer se não for regularizado tudo, a gente não tem uma segurança. Estando regularizado pelo menos a gente tem uma segurança que é da gente. É da gente, pode deixar para os nossos filhos, a gente não... Deus me perdoe, a gente sempre pensa que vai primeiro que os filhos, mas que meus filhos fiquem com alguma coisa. (Entrevistado XV. **Entrevista XV**. [2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [24 min.])

Logo quando se mudou, não havia ruas definidas na área, era composta por trilhos que foram sendo abertos à medida que o Loteamento foi crescendo. Eles juntavam dinheiro para abrir as travessas, se ajudavam para conseguirem água que era distribuída por uma mangueira, e a luz também era compartilhada. Depois de muitos anos, eles conseguiram, de acordo com ele, por meio da Prefeitura, a água e



a luz. Para ele, hoje em dia “avançou muito e está bem melhor com a regularização”. Mencionou que “o pessoal dos bairros ricos” consegue ter acesso melhor a serviços e contribuem com a sujeira no Loteamento porque jogam lixo bem em frente à sua casa. Ele acredita que isso acontece porque consideram que ele more em uma vila, como diz o entrevistado: “os vileiros, que antes eram posseiros”. Ao falar sobre isso, seu tom de voz ficou mais alto, mas logo voltou a falar de forma tranquila. Para ele, essa situação do lixo trazido de outros bairros é uma situação bem difícil.

Em relação à Associação, relatou que sempre contribuía quando pediam contribuições pecuniárias para fazer algum documento; participou somente de algumas reuniões porque elas aconteciam em seu horário de trabalho, mas não sabe mais nada a respeito dela. Reconhece que eles se reuniam para batalhar pela regularização. Disse que falta calçamento e asfalto, principalmente agora que o corpo de bombeiros se instalou no local. “Seria bom ter uma creche também”, diz, mas acredita que tudo vai melhorando.

Disse que a Prefeitura foi muito boa e que ele está muito satisfeito com o trabalho dela. “A gestão do Eduardo foi para Pelotas e a da Paula também está sendo”, por isso, ele é muito grato por ter recebido a regularização das mãos deles e demonstrou ter uma obrigação, um sentimento de reciprocidade. Disse que a Prefeitura sempre comparecia no bairro, mas agora é mais constante.

Em sua opinião, não surgiram novos conflitos, “somente precisa melhorar alguns equipamentos e serviços urbanos”. Antes da regularização, ele mesmo comprou os canos para construir seu esgoto, mas a Prefeitura o ajudou, portanto, ele diz não tem queixas.

Em relação à vida cotidiana, o morador afirmou ser tranquila porque os vizinhos são amigos. Eles se reúnem para ajudar uns aos outros. Relata que ele mesmo tem vontade de ajudar um vizinho que ainda não tem valeta. Então, ele pensa de unir mais uns vizinhos e comprar uns tubos para poderem ajudá-lo, alegando que isso também evita a proliferação de mosquitos na área. Segundo ele, quando um vizinho sai de casa, o outro fica cuidando a casa. Ele não precisa se preocupar porque “se aparece uma pessoa estranha, todos já ficam de olho”. Ele narrou que desde o início eles são unidos porque sempre batalharam juntos: um puxando água para o outro, puxando luz etc. Portanto, antes e após regularização eles são unidos; no entanto, ele disse que no tempo da regularização o pessoal se reunia mais, e hoje a preocupação maior

é “quando vai vir os papéis? ” Eles conversam sobre isso para tentar colher mais informações a respeito.

Durante toda conversa o Entrevistado XV manteve o mesmo tom de voz, sorriu algumas vezes, ficou mais enérgico ao falar do problema do lixo, mas não manifestou muitas expressões. Recebeu-me de forma gentil e logo quando sai, foi para o bar dar seguimento ao seu trabalho.

A **Entrevistada XVI**, de 33 anos de idade quando foi entrevistada, se declarou do sexo feminino, possui ensino médio incompleto, exerce a profissão de diarista e desde 2015 apresenta renda familiar de 1 (um) a 3 (três) salários mínimos. O termo de posse se encontra em seu nome. Em sua casa residem ela e mais duas pessoas (1 criança do sexo masculino e um homem adulto), mora no Loteamento há 19 anos.

Ela estava chegando em casa, e mais uma vez tive a “sorte” de encontrar mais uma moradora em seu dia de folga. No portão de sua residência, começamos a entrevista. No início ela pareceu um pouco tímida, desconfiada, mas conforme fomos conversando, ela se sentiu mais à vontade. Ela disse que não sabia falar muito sobre lei, sobre a regularização, mas que reconhece que foi algo muito importante para eles. De acordo com ela, agora o terreno pertence a eles e isso o valoriza, pois se um dia eles quiserem vender, podem cobrar um bom valor, visto que antes poderia “trocar o terreno por uma bicicleta”, ou seja, o valor era ínfimo; agora, não, segundo suas palavras:

Valorizou o nosso terreno porque aqui ninguém queria comprar porque as pessoas tinham medo achando que iam comprar e daqui a pouco ia ser tirado. Até então tu não pagas um IPTU, tu não pagas nada e aí as pessoas já ficam meio assim. Tu não tens aquele registro no cartório, tem registro, mas tu não tens certeza que vai ser retirada. As pessoas tinham medo disso né. Muitos enxergam como desvantagem pagar o IPTU. (Entrevistado XVI. **Entrevista XVI**. [ . 2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [13 min.])

Além disso, ela comemorou que não tem mais medo de ser retirada de sua casa, e que agora existem segurança e tranquilidade. A moradora relata que logo no início, quando ela e a sua mãe chegaram ao loteamento, não havia fornecimento de água nas casas, e elas tinham que buscar de balde nas esquinas. A luz era “de fio emendado”, as casas eram chalés feitos em condições precárias, e o risco de um incêndio era bem alto, como ocorreu com uma das casas que pegou fogo desencadeado por eletricidade, tragédia em que morreram duas crianças. Ela disse que depois a situação foi melhorando e que em 2015 veio a regularização, contudo, afirma que desde então nada mudou. Em tom de indignação, reclamou do esgoto, da

limpeza, da falta de calçamento, da demora das prestadoras de serviço em irem ao Loteamento quando se solicita e que “tudo deveria estar melhor”, pois eles pagam o IPTU. Disse que a mudança foi que agora as empresas de TV a cabo apareceram oferecendo serviços e o Loteamento passou a existir no GPS, portanto segundo ela agora eles existem nos aplicativo de transporte.

A moradora mencionou o envolvimento da Associação na conquista da regularização, mas nunca participou porque nessa época havia saído do Loteamento. A mãe da moradora continuou morando ali, mas a entrevistada não soube dizer sobre essa participação à época; disse, entretanto, que hoje em dia ela não ouve falar nada a respeito. Quando os moradores já estavam próximos de receber os títulos de posse, ela voltou a morar no local, acompanhando o fim do processo e participando de algumas reuniões.

Disse que gosta muito de morar lá e ficou muito feliz com a regularização, principalmente porque era o sonho da mãe dela que, por ter falecido antes, não pode presenciar essa conquista; ainda assim, ela considera que a mãe pode ficar descansada, pois ela não precisa mais pagar aluguel e o “cantinho” dela está preservado. A entrevistada disse que não é grata à Prefeitura, mas sim à sua mãe, que batalhou para conseguir o terreno. Apesar de achar que o trabalho da Prefeitura está bom, ela ressalta que há muito a melhorar.

Ela relatou que a vizinhança continua a como antes: não tem muitos problemas, todos se dão bem e não há nada de que ela possa se queixar; em relação às reuniões, diz que a comunidade foi por causa da regularização, mas que depois nunca mais se reuniram em prol de uma outra demanda do bairro.

O **Entrevistado XVII** dificilmente foi encontrado em casa, mas consegui encontrá-lo em um feriado. Recebeu-me no portão de sua casa e realizamos a entrevista ali.

Com 43 anos de idade na época da entrevista, se declarou do sexo masculino, possui ensino superior incompleto e tem uma empresa de lavanderia sendo, assim, autônomo. O termo de posse se encontra no nome de sua esposa. Desde 2015 possui renda familiar de 1 (um) a 3 (três) salário mínimos. Ele reside com mais três pessoas (duas mulheres adultas e uma criança do sexo masculino) e mora no Loteamento há 10 anos.

Quando começamos a conversar, percebi que ele era uma pessoa mais instruída e com uma visão mais crítica em relação às questões do Loteamento. Com

uma fala bem tranquila, disse que não sabe explicar muito bem sobre a regularização, sobre a Lei, mas que é uma vantagem ter o terreno regularizado, sabendo que agora é seu de verdade. A regularização para ele é importante porque “há muitas pessoas que não têm onde morar, e com ela todos sabem que a pessoa é dona daquele espaço”, conforme ele afirmou:

A regularização serve para a gente ter o direito de conquistar a documentação dos terrenos. Eu acredito que principalmente o fato de tu poder ser dono do teu espaço, da onde tu moras. Tu vê tanta gente com dificuldade, de não ter nem onde morar entendeu? E acho que o fato de a gente ter uma regularização é muito importante para todos, saber que tu és dono daquele espaço. (Entrevistado XVII. **Entrevista XVII**. [ 2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [17 min.])

No entanto, ele e a sua esposa esperavam alguma melhoria no bairro, pois como fora prometido à época, haveria reformas, como por exemplo o asfaltamento das ruas. Reconheceu que a regularização melhorou muito em termos financeiros, já que agora o terreno foi valorizado e pode ser vendido por um valor bem mais alto. De acordo com ele, isso “deu uma valorizada” no Loteamento. Ele mencionou que sua esposa mora há muito mais tempo no Loteamento, e que o terreno pertence a ela. Por esse motivo, ele chegou quando os moradores já estavam em mobilização organizada pela regularização e, segundo ele, “lutaram e correram atrás dos órgãos públicos na expectativa de obter resposta”. Ele relata que “foi a partir daí” que nasceu a Associação. Disse, ainda, que não participou muito das reuniões da Associação, mas que sua esposa era mais presente. Quando esse entrevistado se referiu ao presidente da Associação, designou-o como “o chefe do bairro”, porque corria bastante em prol da regularização. Ele afirma que a Associação parou de existir depois da regularização. Conta o morador que naquele período existia uma união por parte da comunidade, mas apenas em termos de Associação, porque ele nunca percebeu uma união muito sólida.

Em relação à infraestrutura, ele disse que o bairro está como estava antes, pois já tinham conseguido a água e a luz e a instalação de esgoto continuam a mesma. Por esse motivo, diz que os problemas em relação à infraestrutura não mudaram. Todavia, eles ficaram muito felizes por terem seu terreno regularizado. O entrevistado relata que a sua esposa passou muitas dificuldades no início, e que para ela foi uma realização, “um sonho realizado da casa própria”. Em relação a vida cotidiana ele disse que continua a mesma coisa, os vizinhos são amigos, se dão bem, mas não houve nenhuma mudança significativa na sociabilidade deles, reconhece que mesmo

com a regularização ainda há um, pois segundo ele, os moradores do local são vistos pelos os outros bairros como “os posseiros” ou, quando se referindo ao local, “lá na casinha dos posseiros”.

O Entrevistado XVII disse ser grato à Prefeitura por ter se envolvido com a regularização, mas ressalta que o compromisso que tem é o de pagar seus impostos, reconhecendo que não tem nenhuma outra obrigação, “até mesmo porque talvez outros governos já vinham com o projeto de regularizar e a conquista foi de todos”. De acordo com ele, há muito tempo as pessoas lutaram pelo espaço, passaram dificuldades e já estavam lutando pela legalização. Ele mencionou que é possível identificar muitas obras sendo realizadas na cidade, mas nada nos bairros, e nada no Loteamento especificamente. Afirmou que a Prefeitura só faz uma manutenção quinzenal ou mensal, mas que não houve nenhuma melhoria.

Em relação à vizinhança, disse que é boa, mas que ele e a sua família passam boa parte do tempo fora de casa, trabalhando e, portanto, eles não têm o costume de ir na casa das outras pessoas. O morador conta que eles conversam, vão aos portões dos vizinhos, ajudam quando estiverem precisando de ajuda, mas “é cada um mais na sua”. Segundo ele, hoje em dia o Loteamento é tranquilo, mas relata que houve uma época em que algumas pessoas traficavam e em que havia mais índices de criminalização; hoje em dia, “tudo está mais tranquilo, independentemente de regularização”.

Do mesmo modo que tive dificuldades em encontrar alguns moradores, a **Entrevistada XVIII** também passava boa parte do seu tempo fora de casa. Entretanto, consegui encontrá-la enquanto fiquei sentada observando a movimentação do Loteamento e aguardando a chegada de algum deles em casa.

Com 39 anos de idade à época da entrevista, possui o ensino médio completo e se declarou do sexo feminino. Trabalha como decoradora de festas e motorista de aplicativo de transporte. Em 2015, sua renda familiar era de 1 (um) a 3 (três) salários mínimos, mas a partir de 2016 sua renda aumentou passou a ser de 3 (três) a 6 (seis) salários mínimos. Em sua casa residem ela e mais uma pessoa (criança do sexo masculino), mora há 12 anos no Loteamento.

Nossa entrevista foi realizada na garagem de sua casa, que aparentemente serve de depósito para as decorações do trabalho que ela realiza. Com fala precisa, disse que a regularização foi ótima porque caso ela tivesse intenção de vender a casa, “como poderia fazer isso sem uma documentação?” Disse que teria que “caminhar um

monte” para conseguir, “mas veio a Prefeitura e a Universidade que apoiou e fez acontecer”. A entrevistada fez a analogia de uma criança quando nasce e não é registrada, dizendo que o mesmo ocorre quando a pessoa mora em um terreno e não tem o registro, e afirmando que perante a Lei isso significa não existir, ou ter uma casa “fantasma”. Portanto, mencionou que após regularização eles estão dentro da lei e o imóvel será bem mais valorizado.

Mencionou que a Associação procurou um grupo de estudantes de Direito da UCPEL “ou vice-versa” para negociar com a Prefeitura. Chegaram a um consenso todos juntos e passaram a ser realizados mutirões, os quais, de acordo com ela, foram maravilhosos. Relatou que participou de todas as reuniões e que o seu então ex-marido “nem ficou sabendo”, pois ela disse que resolveu tudo pelo os dois e demonstrou orgulho por ver o nome dela no documento. Ela afirmou gostar do Loteamento, mas que a casa dela não fica bem dentro do bairro, é “mais na beiradinha”. Disse que ninguém nunca a incomodou, e que entra no Loteamento, vai no bar, “é tranquilo”. De acordo com ela, há “as maçãs podres, os menores infratores”. Disse que a polícia aparece ocasionalmente, e que é necessário se cuidar; ressalta, entretanto, que nunca foi assaltada, nunca entraram em sua casa. Para ela, “é tranquilo”, gosta de morar lá.

Ficou muito feliz com a regularização, pois agora não tem mais medo de ser despejada, se sente mais segura; a moradora relatou que passava noites sem dormir pensando no quanto havia investido em sua casa, considerada por ela como simples, mas onde havia construído a sua história. Afirma que um dia, quando quiser vender, ela vai a outro lugar começar de novo, mas considera uma situação diferente quando um imóvel é retirado de forma brusca:

Eu fiquei feliz porque ficava muito preocupada em nos tirar daqui, porque tu constróis uma vida, uma casa, uma história, depois te tirarem do teu lugar. Isso me preocupava muito, quem vai me ressarcir com todo o dinheiro que eu botei nessa casa? É uma casa simples, mas vai dinheiro. Uma casa simples, mas é a minha casa, minha história, minha vida aqui, tu vender é diferente. Se eu resolver vender, tu vais pegar aquele dinheiro, vai comprar outro imóvel e vai recomeçar, vai dar andamento da tua história em outro local, mas quando te tiram do teu lugar é diferente, é outra situação, eu tinha medo era disso. Quando regularizou eu fiquei mais tranquila, aí eu comecei a pensar, agora estou tranquila porque estou na minha casa, é meu isso aqui, eu saio daqui se eu quiser, se eu não quiser eu fico e antes tinha o risco de ser tirado do teu local né, isso que eu acho desvantagem de não está regularizado, aquele fantasma: ‘vão me expulsar’ daqui. (Entrevistado XVIII. **Entrevista XVIII.** [ 2018]. Entrevistador: Pamela da Costa Lopes Sales. Pelotas, 2018. 1 arquivo .mp3 [20 min.] )

Apesar de ter participado das reuniões, nunca mais frequentou a Associação. Na verdade, disse que “usou ela só para a regularização” e não sabe se ainda existe. Relata que a Prefeitura esteve presente, mas mais frequentemente na época da regularização, pois antes o Loteamento era mais desleixado, e depois de regularizado “melhorou um pouco”. A moradora ainda informou que o SANEP atende às reivindicações de forma mais frequente porque agora eles pagam IPTU e possuem um número em sua residência.

A entrevistada deu bastante ênfase no “privilégio” de fazer parte do cadastro da cidade e por estar pagando agora o IPTU. Ela disse também que ocorrem limpezas no bairro, mas que é necessário melhorar o esgoto de alguns vizinhos. Também falou sobre o afasto, reconhecendo que em frente à sua casa é melhor, por não ser barro, e sim cascalhos de pedras. Ela disse que antigamente enchia de água, mas que agora melhorou por causa das obras que o SANEP realizou no esgoto. Entretanto, ainda existem conflitos em relação a isso com a Prefeitura. De acordo com ela, o SANEP piorou a situação em algumas valetas e “não resolve nunca”. Ela disse ser grata pela Prefeitura ter regularizado e externou que o compromisso que ela tem é pagar o IPTU, ser uma boa cidadã e andar dentro da Lei, mas que quer um retorno por parte dos órgãos municipais, já que após regularização, segundo ela, não houve grandes melhorias. Apesar disso, afirma que gostou muito da gestão do Eduardo Leite, e que achou que ele fez um bom trabalho.

Em relação à vizinhança, ela considera boa, que as pessoas passam a maior parte do tempo em suas casas, mas que se dá bem com todo mundo. Deu ênfase ao dizer que o “pessoal que tá mais lá pra dentro” do Loteamento tem mais contato uns com os outros, porém que ela também conversa com todo mundo, sem manter um contato tão frequente. Ela disse que considera bom morar ali, e afirma que as pessoas se reuniam mais na época da Associação.

A **Entrevistada XIX** tinha 33 anos, possui ensino superior completo, é museóloga/funcionária pública, se declarou do sexo feminino e reside em uma casa com mais quatro pessoas (um homem adulto e três crianças do sexo feminino). Em 2015 a sua renda familiar era de 3 (três) a 6 (seis) salários mínimos. Em 2016 e 2017 era de 1 (um) a 3 (três) salários mínimos, mas voltou a ser de 3 (três) a 6 (seis) salários mínimos em 2018.

Mora no Loteamento há 10 anos. Durante uma parte desse período, morava com sua mãe, mas declarou estar morando há 7 anos na atual casa, que foi comprada por ela antes da regularização. Nossa entrevista ocorreu na garagem/sala de sua casa. Havia três crianças brincando em nossa volta e seu esposo estava na horta construída no pátio de sua casa. A entrevistada falou que comprou a casa com muito medo de investir; relatou, no entanto, que como ela e sua família moravam de aluguel antes de se mudarem para o Loteamento, caso perdessem a casa, seria um “como se ela estivesse pagando aluguel”. Afirma que, no fim, resolveu arriscar e deu certo. Sendo assim, a importância da regularização é justamente a segurança de não correr o risco de perder o imóvel. Além disso, ela considera como algo bom para a Prefeitura que todos estejam regularizados, pois assim há mais pessoas na cidade pagando o IPTU.

Segundo a moradora, não mudou muita coisa no bairro, “continua a mesma coisa”, pois a Prefeitura continua limpando o Loteamento como antes; entretanto, ela reclamou em relação ao asfalto. Nesse momento, seu marido gritou pedindo que ela falasse do esgoto, e ela pediu para ele ficar quieto porque “era ela quem estava respondendo à entrevista”. Em seguida disse que o esgoto não foi instalado pela Prefeitura, e que foram os próprios moradores que compraram os canos e pediram para instalar em cada uma das suas casas. Ela demonstrou indignação em relação a isso.

Falando sobre a Associação, mencionou que participou das reuniões da e que reconhece o envolvimento do presidente no processo de regularização; inclusive ela o denomina como “vizinho”. A vizinhança para ela é muito boa, mas acha que continuou a mesma coisa após regularização. Ao falar sobre o relacionamento, ela diz que todos sempre se ajudam e se conhecem. Diz também que quando aparece uma pessoa estranha, uns avisam os outros e cuidam das casas uns dos outros; no entanto, ela reconhece que no tempo da regularização as pessoas se reuniam mais e tinham mais contato umas coisas as outras por causa das reuniões. Não sabe da existência de novos conflitos com a Prefeitura e disse ter gostado muito da gestão do Eduardo Leite, pois para ela ele foi o único que “fez acontecer”.

A moradora também disse que com a regularização já houve a venda de alguns terrenos, pois ela acredita que alguns moradores já pegaram a escritura “oficial” e “passaram adiante”. Isso contribuiu para que pessoas com maior poder aquisitivo adquirissem moradia no local. Ela foi a única entrevistada que afirmou que outras



peessoas já venderam seus terrenos, mas não soube entrar em detalhes. Mais uma vez, disse que o Loteamento é ótimo, explicando que é perto de supermercados, de farmácias e do centro.

Por fim, **a entrevista XX** foi realizada como presidente da Associação. Propositadamente foi determinado entrevistar primeiro e por último os representantes da Associação porque acredita-se que eles possuem maior compreensão em relação a todo processo de regularização por estarem mais inteirados, apesar de que cada um possui percepções e opiniões diferentes.

Ele já estava à minha espera quando me convidou para entrar e sentar na cadeira de sua sala. Antes mesmo de começar o diálogo introduzindo as perguntas em profundidade, ele iniciou sua fala contando como conseguiram a regularização. Disse que desde 1999, ano em que se mudou com a sua família para o Loteamento, ele foi buscar informações acerca da regularização dos terrenos. Ao longo dos anos, eles sofreram diversas ameaças de despejo e tinham muito medo de serem retirados do local. Portanto, ele relatou que foi atrás de políticos, relatando que alguns apareceram no Loteamento fazendo promessas, mas que todas as tentativas foram infrutíferas. Ele ouviu dizer, junto com outros moradores, que para terem mais voz seria necessário constituir uma Associação de bairro. Segundo ele, correram atrás de todas as papeladas, uma tarefa bastante árdua e demorada, mas tiveram êxito e assim nasceu a Associação Comunitária Novo Milênio. Nesse período chegou um novo morador no Loteamento que se envolveu com a Associação e também se tornou um líder comunitário, o Entrevistado I. As reuniões começaram a ser realizadas na igreja denominada Terra Santa, localizada na residência do Entrevistado I, o qual instruiu o presidente da Associação a procurar os advogados e professores da Universidade Católica, pois soube que lá havia pessoas especializadas no assunto regularização. O Entrevistado XX disse que foi à UCPEL, falou com um advogado e professor que explicou a existência do projeto NAP, o qual poderia auxiliar no processo de regularização, mas que para isso seria importante marcar uma reunião com a Prefeitura.

Assim, o **Entrevistado XX** disse que foi na primeira reunião com a Prefeitura sozinho, conversou com secretário de habitação da época chamado Brandão. O secretário negou o pedido de regularização feito por ele, alegando que não tinha mão de obra para fazer as medições de cada terreno e todas as demais etapas necessárias para regularizar um terreno e que além disso, a área era particular. De acordo com o

Entrevistado XX, ele anotou tudo que foi dito naquela reunião e foi ao NAP encontrar os advogados e alunos a fim de relatar tudo o que a Prefeitura havia dito. Dessa maneira, os advogados resolveram marcar uma nova reunião e foram junto com o Entrevistado XX. Chegando ao local, o secretário os recebeu e reiterou suas palavras alegando que era inviável realizar tal processo, e chamou o advogado da Prefeitura, que segundo o Entrevistado XX, sabia muito pouco sobre assunto, “quem de fato dominava eram os advogados professores da UCPEL”. Depois de muita negociação, a Prefeitura aceitou a parceria da UCPEL e foi assim que a comunidade conseguiu uma aproximação com o poder público.

O **Entrevistado XX**, tinha 58 anos de idade, se declarou do sexo masculino, possui o ensino fundamental incompleto, é aposentado, mas ainda trabalha na área da indústria. Desde o ano de 2015 a apresenta renda familiar de 1 a 3 salários mínimos. Mora no Loteamento há 19 anos e em sua casa habitam 4 pessoas, 2 mulheres adultas e 2 homens adultos. O temo de posse encontra-se no nome do casal. O entrevistado disse ainda que a Prefeitura deu o aval para regularizar, mas que quem executou a maior parte das etapas do trabalho técnico foi o projeto do NAP junto aos moradores. Depois, foram sendo substituídos os secretários e toda gestão devido a uma nova eleição. Apesar disso, ele disse que o trabalho continuou até que finalmente, em 2015, eles receberam a regularização. O governo passou para as mãos de Eduardo Leite e Paula, portanto, a negociação com a regularização, de acordo com o Entrevistado XX, ocorreu antes da chegada dos referidos políticos, mas eles não impediram que o processo continuasse. O entrevistado disse que gosta muito de morar no Loteamento, que com a regularização a área melhorou bastante, pois agora eles deixaram de ser invisíveis e estão integrados ao resto da cidade. Todavia, afirma que a área ainda carece de alguns equipamentos e serviços urbanos. Mencionou que a Associação parou de exercer suas atividades após regularização porque eles tiveram que reformular os estatutos, pois novos membros passaram a constituir a liderança. Além disso, ele reclamou que não há um lugar definido para eles se reunirem, mas afirmou que já conseguiram conversar a respeito das novas demandas que pretendem reivindicar melhorias no local.

Em relação ao poder público, o entrevistado disse que está satisfeito com a atuação da Prefeitura, mas que antes da parceria com a UCPEL o órgão público não era muito presente no Loteamento. Ele é grato à Prefeitura por ter regularizado, pois sem a anuência dela, eles não teriam conseguido. Nessa esteira, ele mencionou que

tem obrigação para com a Prefeitura por isso e também explicou que essa obrigação só existe caso a Prefeitura continue a atender às suas necessidades e às do Loteamento sem necessitar da intervenção de terceiros, como do NAP, afirmando que nessa situação ele é obrigado a manter um elo de reciprocidade; entretanto, disse que caso ela não atenda, esse elo enfraquece. Enfatizou que agora ele consegue ser atendido pela prefeita, pois ela o conhece, que vai às secretarias e todos sabem quem é a Associação. Mencionou que não há novos conflitos com a Prefeitura, apenas algumas velhas questões que ainda permanecem no Loteamento.

O entrevistado relatou que a vida cotidiana deles é tranquila, que antes da regularização a vizinhança não era muito boa, e que não havia muitas amizades, pois algumas pessoas “só queriam fazer briguinha”, tudo era mais difícil. Mas estes representavam 4% da população, e já foram embora do loteamento. Ele relatou que cerca de 90% dos primeiros moradores do loteamento ainda permanecem no local. Falou que no tempo em que eles estavam correndo atrás da regularização, a comunidade era mais unida, mas depois “é cada um nas suas casas”, porém, “todo mundo se dá, todo mundo se conversa”, especialmente ele, que diz manter contato com todos.

## **5.2 Análise do questionário**

O questionário (Apêndice A) elaborado com dez (10) questões, entre elas abertas e fechadas, foi aplicado à totalidade dos entrevistados, com a finalidade de traçar o perfil dos mesmos a partir da sua situação socioeconômica como idade, sexo, tipo de trabalho, renda familiar, etc.

De acordo com as informações acima acerca de cada entrevistado, observou-se que todos eram responsáveis pela casa, e 16 entrevistados disseram que a titularidade do termo de posse estava no nome da mulher, dois mencionaram que o título se encontrava no nome de ambos os cônjuges, e dois disseram que o título se encontra no nome de um homem.

A maioria dos entrevistados declarou ter o sexo biológico feminino: são 13 mulheres com idade entre 30 e 70 anos. Já os que se declararam do sexo biológico masculino, são sete homens com idades de 30 a 60 anos.

Em relação ao grau de escolaridade, 11 entrevistados possuíam ensino fundamental incompleto, quatro disseram que conseguiram completar o ensino

fundamental, dois declaram que tinham o ensino médio incompleto e outros dois mencionaram que possuíam o ensino médio completo. Um entrevistado possuía ensino superior incompleto e somente um declarou ter o ensino superior completo.

Além disso, entre os 20 entrevistados, oito disseram que são autônomos, ou seja, não possuem vínculo empregatício com qualquer empresa, exercendo atividades laborais como de comerciante, decorador, confeitiro, dono de salão de beleza e diarista. Quatro são aposentados, três estavam desempregados e outros três têm carteira assinada, trabalhando como frentista, cozinheiro e museólogo. Por fim, apenas uma pessoa era pensionista.

Perguntou-se sobre a renda familiar de cada entrevistado desde 2015, ano em que foram contemplados com a regularização fundiária. O propósito disso foi verificar se houve mudanças econômicas com o passar dos anos a partir do momento em que eles receberam a regularização. No ano de 2015, segundo os dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)<sup>8</sup>, o valor de um salário mínimo era R\$ 788,00, de 1 a 3 salários mínimos era R\$788,01 a R\$ 2.364,00 e de 3 a 6 salários mínimos era R\$ 2.364,01 a R\$ 4.728,00. Onze entrevistados disseram que nessa época sua renda familiar era de até um salário mínimo, sete entrevistados declaram que recebiam de 1 a 3 salários mínimos e dois dos entrevistados relataram receber de 3 a 6 salários mínimos.

No ano de 2016, ainda de acordo com o DIEESE, o valor do salário mínimo era R\$880,00. Assim, de 1 a 3 salários mínimos era R\$937,01 a R\$2.811,00 e de 3 a 6 salários mínimos correspondia a R\$2.811,01 a R\$5.280,00. Nesse contexto, os 11 entrevistados disseram que mantiveram a mesma faixa de renda do ano de 2015, isto é, de até 1 salário mínimo. Já na segunda faixa, oito disseram que tinham a renda familiar de 1 a 3 salários mínimos e apenas um mencionou que sua renda era de 3 a 6 salários mínimos.

Em 2017, o valor de um salário mínimo era de R\$937,00, de 1 a 3 salários era de R\$937,01 a R\$2.811,00 e de 3 a 6 salários correspondia a R\$2.811,01 a R\$5.622,00. Os 20 moradores mantiveram a faixa de renda; assim, 11 entrevistados recebiam até 1 salário mínimo, oito deles declararam que permaneceram recebendo

---

<sup>8</sup> Dados verificados na pesquisa nacional da cesta básica de alimentos a qual demonstra o salário mínimo nominal desde 1994 realizada pelo Departamento intersindical de estatísticas e estudos socioeconômicos (DIEESE). Disponível em: < <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html> > Acessado em: 03/12/2017.

de 1 a 3 salários mínimos e apenas um mencionou que sua renda era de 3 a 6 salários mínimos.

Já em 2018 a situação de um dos moradores mudou, pois, 11 entrevistados declararam ter à época 1 salário mínimo, que era de R\$954,00, sete disseram que sua renda correspondia a de 1 a 3 salários mínimos, ou seja, de R\$954,00 a R\$ 2.862,00 e dois entrevistados relataram que nesse ano suas rendas era de 3 a 6 salários mínimos, isto é, R\$2.862,01 a R\$ 5.724,00.

Assim, logo após a análise em relação a renda familiar, foi verificada a composição do núcleo familiar de cada entrevistado por meio de uma pergunta presente no questionário. Esse questionamento permite analisar quantas pessoas moram em cada casa. A fim de melhor compreensão fez-se necessário a realização de uma tabela, segue abaixo:

**Tabela 2.** Composição do núcleo familiar de cada entrevistado.

<b>Entrevistados</b>	<b>quantas pessoas moram na casa</b>	<b>Composição</b>
Entrevistado I	4 pessoas	3 mulheres adulta e 1 homem adulto.
Entrevistado II	1 pessoa	1 homem adulto.
Entrevistado III	5 pessoas	1 mulher adulta, 1 homem adulto e 2 crianças/adolescentes homens.
Entrevistado IV	2 pessoas	1 mulher adulta e 1 homem adulto.
Entrevistado V	2 pessoas	2 mulheres adultas.
Entrevistado VI	4 pessoas	2 mulheres adultas e 2 homens adultos
Entrevistado VII	9 pessoas	2 mulheres adultas, 4 homens adultos, 1 criança do sexo masculino e 2 crianças do sexo feminino.
Entrevista VIII	3 pessoas	1 mulher adulta, 1 homem adulto e 1 criança do sexo masculino.

Entrevistado IX	2 pessoas	1 mulher adulta e 1 homem adulto.
Entrevistado X	2 pessoas	1 mulher adulta e 1 homem adulto.
Entrevistado XI	1 pessoa	1 mulher adulta.
Entrevistada XII	2 pessoas	1 mulher adulta e 1 homem adulto.
Entrevistado XIII	2 pessoas	1 mulher adulta e 1 homem adulto.
Entrevistado XIV	2 pessoas	1 mulher adulta e 1 homem adulto.
Entrevistado XV	3 pessoas	2 mulheres adultas, 1 homem adulto e
Entrevistada XVI	3 pessoas	1 mulher adulta, 1 homem adulta e 1 criança do sexo masculino.
Entrevistado XVII	4 pessoas	2 mulheres adultas, 1 homem adulta e 1 criança do sexo masculino.
Entrevistado XVIII	2 pessoas	1 mulher adulta e 1 criança do sexo masculino.
Entrevistado XIX	5 pessoas	1 mulher adulta, 1 homem adulto e 3 crianças do sexo feminino.
Entrevistado XX	4 pessoas	1 mulher adulta, 2 homens adultos e 1 criança do sexo masculino.

---

Sobre o tempo de moradia, somente uma pessoa declarou que morava há menos cinco anos no Loteamento; quatro pessoas declararam que moravam de 5 a 10 anos no local e 15 pessoas disseram que moravam no Loteamento de 10 a 20 anos.

### 5.3 Análise das perguntas aprofundadas

#### Regularização fundiária

Analisando as falas dos entrevistados, conforme as narrativas expostas acima, observou-se que a maioria associou a regularização fundiária a segurança de um local para morar, estabelecendo uma relação de pertencimento com o lugar e de inclusão à cidade. Os entrevistados disseram que se sentem parte da cidade porque após a regularização eles também podem “fazer um empréstimo para melhorar a casa ou deixar de herança para algum familiar”. Entende-se que isso se configura como sendo um efeito da regularização na vida dos moradores. O reconhecimento de visibilidade e de equidade em relação aos outros bairros da cidade, só foi possível a partir da implementação da Lei urbanística, configurando assim um avanço, já que se alcançou um dos objetivos estabelecidos pela Lei. Nessa reflexão, as narrativas discorrem em relação a luta para não serem despejados, sempre associada a esperança de alcançar o objetivo da regularização.

Quando a regularização foi finalizada, o medo e a insegurança foram substituídos pelas palavras “segurança” e “tranquilidade”, se configurando outro efeito da Lei na vida dos moradores. No entanto, alguns assimilaram a segurança ao intuito de futuramente poder ter a oportunidade de vender seus imóveis. Além disso, a observação participante permitiu identificar placa de “vende-se” em algumas casas do Loteamento. Isso se configura mais um efeito da regularização: a possibilidade de venda dos imóveis, ocasionando um rompimento do valor de uso pelo valor de troca (LEFEBREVE, 2001).

No tocante ao conhecimento sobre a Lei, apenas três entrevistados disseram que a conhecem e somente dois tentaram explicá-la; no entanto, apesar do desconhecimento 9 dos 20 entrevistados tinham expectativas muito boas em relação a regularização, mas os demais achavam que não iriam conseguir. Essa desesperança pode decorrer das demasiadas promessas políticas não concretizadas e das antigas tentativas infrutíferas da Associação em conseguir o referido processo.

Somente dois entrevistados viram desvantagens na regularização, apontando o pagamento de IPTU, mas também relataram várias vantagens, conforme os outros entrevistados, tais como: ter o terreno regularizado (ser proprietário); não correr mais o risco de ser despejado; poder exigir melhorias no Loteamento; fazer

melhorias nos imóveis; deixar como herança para a família; e a valorização dos terrenos, surgindo a possibilidade de colocá-los a venda. Evidenciou-se aqui a importância da regularização na vida cotidiana dos moradores entrevistados. Além dessas vantagens e desvantagens que marcaram a trajetória de vida dos moradores, percebeu-se em suas falas a vinculação que eles possuem com o lugar por meio de ligações materiais e simbólicas construídas ao longo dos anos. Para eles, ter um terreno regularizado é a confirmação de que suas histórias de vida continuarão no Loteamento e a liberdade de poder fazer o que desejarem com os seus terrenos, de forma segura e tranquila. Além disso, pode-se perceber, na fala de alguns entrevistados, que na sociedade capitalista, ter uma casa para morar, regularizada, assim como um terreno regularizado, está ligada aos valores de cidadania e dignidade.

A conquista da regularização fundiária, para 17 entrevistados, foi realizada a partir de um trabalho em conjunto entre a Associação Comunitária com os seus representantes, a Universidade Católica e a Prefeitura. Assim, duas pessoas disseram que a regularização foi conquistada por meio da Associação e dos demais moradores do Loteamento e da Prefeitura. Apenas um morador relatou que o trabalho para conseguir a regularização foi da Prefeitura e da UCPEL. Com isso, percebe-se o quanto importante é que a sociedade e as instituições trabalhem em conjunto na busca pela mudança da realidade social.

Ademais, os entrevistados relataram a sua participação no processo de regularização. Dezesesseis disseram que participaram indo às reuniões da Associação e posteriormente às da Prefeitura; três moradores relataram que não foram em algumas reuniões por causa do seu trabalho, portanto, não puderam participar tão ativamente; e um entrevistado disse que não participou. Nesse caso, observa-se na fala desses 16 que participaram que a regularização teve uma relevância maior em suas vidas por terem sido agentes ativos na busca por esse direito.

#### Loteamento Novo Milênio

Ao serem indagados com a pergunta: você gosta de morar no Loteamento? Todas as respostas foram positivas, ou seja, os 20 moradores responderam que “sim” alegando que o local é tranquilo, maravilhoso, e que está situado em uma boa localidade; esse dado demonstra que a infraestrutura e a localização do Loteamento



aparecem como ponto de maior importância para os membros do Loteamento. Além disso, quase todos se conhecem, e o local é rodeado de supermercados e farmácias.

Todavia, os entrevistados pontuaram inúmeros problemas de infraestrutura (serviço de água, luz, calçamento) e equipamentos urbanos (creche, escola, salão de festas, praça de recreação) antes, durante e depois da regularização; 19 assinalaram um ou mais problemas no Loteamento antes, durante e depois da regularização, dentre estes, alguns disseram que a situação permanece igual à de antes da regularização. Dois moradores entrevistados relataram que após regularização a situação de acesso a serviços urbanos melhorou no Loteamento, mas ainda assim apresenta dificuldades, e um disse que melhorou bastante e não enumerou nenhum problema no local.

É perceptível na fala dos 20 moradores que muitos conseguiram água e luz, bem como construções de valetas mediante seus próprios esforços. Assim, depois de um tempo alguns disseram que antes da regularização, as companhias de fornecimento de luz e de água fizeram instalações no Loteamento. Segundo eles, a Prefeitura também instalou esgotos na área. Todavia, após regularização, algumas casas apresentam problemas na luz e não possuem instalação de água pelo SANEP e, além disso, o Loteamento enfrenta problemas em relação ao esgoto, se utilizando até o momento de fossa rudimentar. Portanto, a partir das entrevistas supracitadas, averiguou-se que houve melhorias sociais de forma parcial no Loteamento.

Esse dado mostra que alguns dos velhos problemas do Loteamento antes da regularização permanecem. Percebe-se por meio da fala dos entrevistados uma contradição entre o que os moradores desejam – melhorias de infraestrutura no loteamento, as quais são de responsabilidade da prefeitura – e a opinião que os mesmos expressaram quando foram perguntados sobre sua satisfação com o trabalho do poder público (o qual a maioria considerou satisfatório e demonstrou vontade de retribuir). Isso pode ser dar ao fato de que a obtenção do título de posse, outorgado pela prefeitura, possa ter servido como um substituto das responsabilidades da prefeitura.

Em relação à Associação de moradores, 18 entrevistados relataram o envolvimento da Associação na conquista da regularização, especialmente dos líderes que, de acordo com a fala dos moradores, lutaram muito pela causa. Apenas duas pessoas não tinham muito conhecimento sobre o envolvimento dos líderes e não souberam falar a respeito da Associação, contudo, os moradores que configuram essa

pequena porcentagem em outros momentos mencionaram as frases “nós conseguimos”, “a gente lutou”, demonstrando que se envolveram de alguma forma na busca pelo objetivo. Após o processo de regularização, 18 dos entrevistados, salvo o presidente e o vice-presidente da Associação, disseram que nunca mais ouviram falar da mesma, pois não se reuniram para reivindicar algo, e não sabem explicar as razões disso ter acontecido. O fato de a Associação ter sido dissolvida impactou no relacionamento entre eles. O enfraquecimento da Associação parece ser uma causa para o distanciamento entre os moradores do Loteamento.

Segundo o vice-presidente da referida Associação, ela parou de funcionar “porque não há uma sede para que a comunidade consiga centralizar forças”. Já o presidente mencionou que eles tiveram que renovar os estatutos porque alguns membros haviam falecido e outros resolveram se mudar do Loteamento, o que ocasionou a inatividade das atividades, visto que os documentos de renovação chegam a demorar seis meses para serem aprovados pelo cartório. Contudo, nenhum morador entrevistado demonstrou ter conhecimento sobre esses motivos trazidos por eles, evidenciando, assim, sua perda de interesse em relação às atividades da Associação após a conquista de regularização. A inatividade da Associação pode ter sido um fato que contribuiu para a estagnação da Prefeitura no cumprimento dos seus deveres.

## Município de Pelotas

Perguntou-se aos entrevistados a relação do Município com a comunidade antes, durante e depois do processo de regularização. Das respostas de cada entrevistado se extraíram cinco categorias: 1) Antes da regularização não tinham uma boa relação. 2) durante a regularização a relação melhorou. 3) durante a regularização a relação não melhorou. 4) Depois da regularização a relação se tornou melhor. 5) Depois da regularização a relação não melhorou. Cada entrevistado assinalou três questões dentre essas cinco. As respostas mostraram que 18 entrevistados achavam que o Loteamento não tinha uma boa relação com o Município antes da regularização; 16 disseram que a relação melhorou durante a regularização; 11 responderam que depois da regularização a relação melhorou; 6 mencionaram que a relação não melhorou depois da regularização; e, por fim, 3 disseram que durante a regularização a relação não melhorou. Mais uma vez o sentimento de inclusão à cidade aparece:

esses dados apontam a importância da regularização no sentimento de pertencimento à cidade dos moradores, pois esse contato com o poder público e seus agentes permitiu que os moradores obtivessem acesso aos meios pelos quais podem extrair benefícios.

De acordo com os 20 entrevistados, não surgiram novos conflitos com o poder público municipal, mas eles mencionaram as velhas dificuldades de infraestrutura e equipamentos urbanos, já mencionadas, demonstrando mais uma vez a incompletude da atuação do Município em aplicar a Lei no Loteamento. Além disso, foi perguntando a eles se havia um sentimento de gratidão para com a Prefeitura, e somente duas pessoas responderam que não. Notou-se que embora quase todos os moradores tenham reconhecido o envolvimento da Associação e alguns tenham mencionado a participação dos moradores de maneira geral, apenas três entrevistados, incluindo o presidente e vice-presidente, demonstraram gratidão pelo trabalho da Associação. Isso evidencia que poucos moradores entrevistados reconhecem que serviram como protagonistas da conquista por regularização.

O sentimento de gratidão parece ter incitado nos moradores uma obrigação para com a Prefeitura, pois 16 entrevistados declararam ter um sentimento de reciprocidade com todos os representantes da gestão que entregaram o título de posse, especialmente com o prefeito e a vice-prefeita da época, e apenas quatro entrevistados demonstraram que não possuíam esse sentimento ou não souberam afirmar. Nesse sentido, percebe-se que o reconhecimento e a gratidão geraram nos moradores o desejo de “dar e retribuir” à prefeitura aquilo que receberam (MAUSS, 2003). Evidencia-se que há um fortalecimento de relações clientelistas (NUNES, 2010) entre os moradores e o poder público por causa da implementação da política de regularização fundiária.

Em relação a estar satisfeito com a atuação da Prefeitura, 15 entrevistados disseram que estão satisfeitos, dois responderam que estão mais ou menos satisfeitos e três relataram que não estão satisfeitos. Essa satisfação é vinculada ao recebimento da regularização, demonstrando a importância desse processo na vida dos entrevistados.

## Vida cotidiana

Antes da regularização, os 20 entrevistados disseram que resistiram às ameaças de que iriam ser retirados do local, construindo assim suas histórias de vida na comunidade. O morador que mora no local há menos de 5 anos relatou que só passou a acreditar na regularização quando recebeu os papéis de título de posse, caso contrário “iria continuar resistindo à insegurança de estar em uma área irregular”. Além disso, todos eles disseram que a vida era muito difícil em devido à falta de serviços e de equipamentos urbanos e, por isso, eles contavam com a solidariedade uns dos outros e, por meio das suas práticas comuns, no dia a dia, se valeram de táticas e astúcias para driblar os conflitos de moradia. Isso corrobora a teoria de De Certeau (2001).

Para os 20 entrevistados, a comunidade estreitou laços em decorrência da demanda por regularização, visto que o desejo de mudança em relação a sua realidade social fazia com que eles conversassem mais e por isso, tiveram que se reunir por diversas vezes. Foi nesse momento que a população se tornou receptiva às formas de organização, permitindo uma ação conjunta (DURHAM, 2004). Assim, se viu a necessidade de erguer a Associação com representantes constituídos que entravam em contato com cada morador no intuito de unir forças. Todos os entrevistados disseram que antes da regularização e durante o processo da mesma eles eram mais unidos, sendo assim, os laços de sociabilidade entre eles eram mais fortificados.

Os entrevistados relataram que após a regularização a vida no Loteamento é tranquila, “a maioria é trabalhador, saem cedo e voltam tarde do trabalho”. Disseram que as crianças e os adolescentes vão às escolas e que todos ficam mais restritos às suas famílias. Depois do processo de regularização, eles não se reuniram mais para por nenhuma outra demanda e nem para exercer atividades em conjunto com a Associação que, por sinal, ficou inativa, conforme já mencionado. Todavia, apesar do distanciamento, eles continuaram apresentando características peculiares de uma periferia (DURHAM, 2004), pois sempre quando algum deles precisa de algo ou quando aparece alguma pessoa “estranha” no Loteamento, eles se ajudam e se comunicam.

A partir da fala dos 20 moradores entrevistados, observa-se que a regularização trouxe aos moradores relações mais complexas que envolvem o

processo de individualização, ou seja, cada morador se preocupa com a sua vida, sua casa e sua família; por outro lado, eles continuam a construir laços de amizade, agindo de forma solidária uns com os outros quando necessário.

## Considerações finais

Nesta dissertação buscou-se investigar os dilemas e os efeitos da regularização fundiária na vida cotidiana de 20 moradores do Loteamento Novo Milênio. Para tanto, seguiram-se caminhos metodológicos a fim de compreender a realidade social dos moradores após a implementação da referida política urbanística.

A concepção de regularização fundiária é pendular, pois transita a uma possibilidade imanente ao desenvolvimento urbano e regional, à necessidade de sua afirmação como direito à cidade e à negação da regularização da terra por via da titularidade de propriedade que marca a legalização de uma ordem social desigual e burguesa, dado que a titularidade da terra é concedida por instâncias políticas e jurídicas mantenedoras do *status quo* da sociedade de classes. Na literatura, a questão da regularização fundiária aparece associada a outros temas das políticas urbanas de distribuição de consumo coletivo, infraestrutura urbana, equipamentos – de saúde, escola, lazer etc. – e das políticas de meio ambiente. Nesta dissertação a regularização fundiária é compreendida como uma forma de organização da cidade, cujos moradores na condição de sujeitos sociais reivindicam a legalização da posse da terra urbana, porém, conseqüentemente, se deparam com os entraves do exercício do direito à cidade, percebidos e concebidos na vida cotidiana, apresentando-se, no caso do Loteamento Novo Milênio, em Pelotas, como um dilema atravessado por obstáculos, impasses e possibilidades.

A hipótese de que o Loteamento Novo Milênio não apresentou melhorias sociais e ambientais após a regularização se confirmou por meio das perguntas em profundidade, bem como da realização do estudo etnográfico. Todavia, a segunda hipótese, a qual diz que conflito entre moradores e poder público local foi ressignificado (outras demandas e interesses surgem após a regularização) na vida cotidiana não foi confirmada, visto que os entrevistados não apontaram nenhum novo conflito, somente os velhos problemas de falta de serviços e equipamentos urbanos, muito presentes antes da regularização. Já a terceira hipótese, a qual afirma que a gratidão por ter recebido o título de propriedade resultou em reciprocidade (dar, receber e retribuir) (MAUSS, 2003) dos moradores para com a Prefeitura se confirmou na medida em que quase todos os entrevistados demonstraram, por causa da

gratidão, o desejo de devolver algo à Prefeitura, uma reciprocidade no ato de dar, ou melhor, retribuir, o que corrobora a teoria da dádiva de Mauss (2003). Diante disso, por meio dos estudos de Nunes (2013) acerca do clientelismo, entende-se que a aplicação da política urbanística por parte do poder público viabiliza a promoção das antigas práticas clientelista na modernidade.

A regularização acarretou mudanças na vida cotidiana dos moradores entrevistados. Durante suas trajetórias no local, eles tiveram que se valer do que De Certeau (1998) chama de táticas e estratégicas para driblar os conflitos, inerentes à mordida, existentes no local. Nesse contexto, na expectativa de minimizar tais problemas, os moradores entrevistados enxergaram a regularização como solução. Após o recebimento do título, eles relataram que se sentiram pertencentes à cidade e enfatizaram também a conquista da liberdade de poder fazer um empréstimo para melhorar a casa ou deixar o terreno de herança para a família, sem medo de perdê-lo. Aliás, o medo e a insegurança de morar em um local irregular foram substituídos, depois da regularização, pelas palavras “segurança” e “tranquilidade”. Outro efeito na vida dos entrevistados é a oportunidade de vender seus terrenos, o que pode modificar as relações sociais já consolidadas ao longo dos anos, e ocasionar a perda das características sociais do Loteamento tais como relatadas nas frases “todo mundo se conhece”, “a gente se ajuda”.

Além do mais, eles têm em comum nas suas histórias de vida no Loteamento o desejo de conseguir a regularização para poder ser dono e ter a possibilidade de usufruir do espaço em melhores condições. Entretanto, os valores dos terrenos subiram muito depois de regularizados, mais ainda pelo fato da área ter um bom valor comercial, conforme a fala dos moradores. Dessa maneira, muitos deles estão considerando a possibilidade de vender seus imóveis, a despeito da história de vida construída no local. Pode-se, portanto, dizer que essa vontade de venda dos terrenos, pós regularização, é um rompimento do valor de uso pelo valor de troca. De acordo com Gonçalves (2009), essa situação acontece porque não há um desestímulo das leis de regularização em combater atividades ligadas ao capital.

Observou-se que as características peculiares da periferia, conceitualmente abordadas por Durham (2004) permaneceram no Loteamento após a regularização fundiária, visto que quase todos os entrevistados moram há bastante tempo no local ou há tempo suficiente para conhecer a vizinhança, consolidando laços de sociabilidade mais fortificados, ainda que eles não façam reuniões ou estejam a todo

tempo se visitando; além disso, há o processo de melhoramento de vida individual, como por exemplo, construir parte da calçada em frente sua casa ou um morador plantar flores nos espaços vazios a fim de não colocarem lixo próximo ao seu terreno. Essas ações implicam numa contrapartida plenamente social (DURHAM, 2004).

De acordo com os 20 entrevistados, a demanda por regularização os unia mais, pois eles se viam nas reuniões da Associação, conversavam mais e quando não compareciam, puxavam assunto com os vizinhos para saber acerca das pautas e discussões relacionadas ao andamento da aquisição dos títulos. Esse contato gerava aproximação. No entanto, depois da conquista, eles relataram que as pessoas não conversam tanto e que não ouviram mais falar em Associação, sem saberem os motivos da cessação das atividades, exceto pelo presidente e pelo vice-presidente da Associação, que alegaram diferentes motivos do porquê de ela estar inativa. A inatividade da Associação pode ter contribuído para a estagnação da Prefeitura no cumprimento dos seus deveres.

Conforme relatado nas entrevistas, verifica-se que o Loteamento, em termos de estrutura, permanece da mesma forma, e muitos moradores descreveram problemas no esgoto, calçamento, pavimentação, iluminação pública, etc.; contudo, mesmo assim quase todos disseram estar satisfeitos com a atuação da Prefeitura, a qual, no momento das perguntas, estava sendo administrada por praticamente os mesmos gestores que concederam a regularização e fizeram as promessas de melhoria. Essa gratidão mostra ainda mais a importância que a regularização teve para a vida deles.

Considera-se que a Lei 11.977/2009, ao proporcionar a regularização fundiária no Loteamento Novo Milênio, garantiu a segurança jurídica da posse, consequentemente da propriedade, a inclusão e a visibilidade dos moradores para o restante da cidade, o que sem dúvidas pode ser considerado um avanço. Contudo, essa mudança gerada pela aplicação da Lei é enfraquecida pelo estímulo que traz à realização de atividades ligadas à lógica do capital, o qual perpetua a segregação do espaço urbano, reduzindo ainda mais o alcance da moradia digna para bairros e loteamentos periféricos. Nesse sentido, a lógica capitalista, que percorre as ruas das cidades, estando inserida até mesmo na mentalidade das populações que vivem em áreas irregulares, as quais almejam a regularização, se torna cada vez mais forte, limitando assim a aplicação do direito à cidade.



## Referências

ARAÚJO, James Amorim. **sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº31, 2012a. pp.133 – 142.

ARAÚJO, de Luis. **Filosofia e Vida quotidiana. O Sentido da "Metafilosofia" em Henri Lefebvre**. Revista Portuguesa de Filosofia T. 40, fasc. 1/2, Marxismo-III (janeiro-junho de 1984), pp. 131-160.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo. Produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.257, de 10 de setembro de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana (Estatuto da Cidade) e das outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/leis\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/leis_2001/L10257.htm) Acesso em: 20/05/2018.

BRASIL. **Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm) Acesso em: 20/05/2018.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação e Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Cartilha Regularização Fundiária Urbana: como aplicar a Lei Federal nº 11.977/2009**. Brasília, 2010.

CAEIRO, Alberto. **O cotidiano é o lugar da transformação através do corpo**. PUC- Rio, certificação digital N ° 1112010/CA, 2010.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros. Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editoria 34, 2000.

COSTA, Sérgio. **O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda**. Revista Sociedade e Estado, vol. 29, núm. 3, setembro- dezembro, 2014, pp. 823-839.

CHINELLI, Filippina. “Os Loteamentos de Periferia”. In: Valladares, Lícia do Prado (ORG.) **Habitação em questão**. Zahar: Rio de Janeiro, 1981, pp.49-68.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1998.

D’OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo; SILVA, Sérgio Luís Quaglia. **Regularização fundiária no Brasil: velhas e novas questões**. IPEA. Planejamento e Políticas Públicas, PPP n. 34, 2010, pp. 201-230.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A dinâmica da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

FARIA, Juliano Junqueira. A regularização fundiária de interesse social como instrumento de realização da dignidade da pessoa humana. **Revista Eletrônica de Direito do centro universitário Newton Paiva**, Minas Gerais, n.20, 2018.

FERNANDES, Edésio. **Estatuto da Cidade, mais de 10 anos depois**. Revista UFMG, belo horizonte, v. 20, n.1, janeiro/junho. 2013, pp.212-233.

FERREIRA, João Sette Whitaker; MARICATO, Ermínia. **Estatuto da Cidade: essa lei vai pegar?** Publicado no Correio da Cidadania, nº252, semana de 7 a 14 de julho de 2001. Disponível em: < [http://www.labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/ferreira\\_estatuto.pdf](http://www.labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/ferreira_estatuto.pdf)> Acesso em: 10/08/2018

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. **Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil: do acesso à moradia ao direito à cidade**. Texto apresentado no 2º Fórum de Sociologia “Justiça Social e Democratização”, realizado em Buenos Aires, de 01 a 04 de agosto de 2012, junto ao Comitê de Pesquisa sobre Habitação e Meio Ambiente Construído da International Sociological Association (ISA), 2012 p.1-18.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. **Rev. Administração de empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, Mar./abr. 1995 pp. 57-63.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial**. **Estudos Avançados**, São Paulo. V 23, n. 66, 2009, pp. 237-250.

GUBER, Rosana. **La etnografia: Método, campo y reflexividad**. Colombia. Grupo Editorial Norma, 2001.

HARVEY, David. **Direito à cidade**. Traduzido do original em inglês “The right to the city”, por Jair Pinheiro, professor da FFC/UNESP/ Marília. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, 2012, pp. 73-89.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1995.

KONZEN, Bernadete Maria. **Democracia e cidadania: estudo sobre a relação entre os moradores da Vila Jardim e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre no processo de regularização fundiária**. Dissertação (mestrado) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2000.

KRUGER, Nino Rafael Medeiros. **O PLANO PERFEITO: da retórica do direito à moradia a planificação do Programa Minha Casa Minha Vida em Pelotas à negação do habitar**. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Pelotas. Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Pelotas, BR-RS, 2018.

LACOMBE, Marcelo S. Masset. **Os fundamentos marxistas de uma sociologia do cotidiano**. ANPOCS, Marxismo e as Ciências Sociais no 31º, 2007.

LANNA, Marcos. **Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva.** Revista. Sociol. Polít., Curitiba, junho. 2000, pp. 173-194

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Editora Ática, 1991.

\_\_\_\_\_, Henri. **Direito a cidade.** São Paulo: Editora Centauro, 2001a.

\_\_\_\_\_, Henri. **A cidade do capital.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001b.

LEITE, Rogério Proença. **A Inversão do Cotidiano: Práticas Sociais e Rupturas na Vida Urbana.** DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, no 3, 2010.pp. 737 - 756.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala.** São Paulo: Editora Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_, José de Souza. **Uma Sociologia da Vida Cotidiana.** São Paulo, Editora Contexto, 2014.

MARTINS, Paulo Henrique. **A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação.** Revista Crítica de Ciências Sociais, dezembro. 2005, pp. 45-66.

MATTOS. Carmem Lúcia Guimarães de. **A abordagem etnográfica na investigação científica.** Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas” In: **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac Naif, 2003.

MOTA, Leonardo de Araújo. **Dádiva e sociabilidade no Brasil.** Revista Antropológicas, ano 6, volume 13(2), 2002, pp. 107-123.

MOURA. Rosa Maria Garcia Rolim de. **Habitação Popular em Pelotas (1880 – 1950): entre políticas públicas e investimentos privados.** 2006. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Brasil do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Sul – PUC/RS. Porto Alegre, 2006.

NUNES, Edson de Oliveira. **Gramática Política Do Brasil: Clientelismo, Corporativismo E Insulamento Burocrático.** Rio de Janeiro, Editoria Garamond, 2010.

NUNES, Tiago de Garcia. **De Porto Alegre-Brasil, da Cidade “legal” à cidade ‘real’ a produção informal de um assentamento urbano e sua regularização fundiária.** Dissertação (mestrado) - Universidade do País Basco e Universidade do Estudo de Milão. Instituto Internacional de Sociologia Jurídica, Oñati, Espanha, 2008.

OLIVEN, Rubem George. **Urbanização e Mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.

PAIS, José Machado. **Paradigmas sociológicos na análise da vida cotidiana**. *Análise Social*, vol. XXII (90), 1986-1. °, pp. 7-57.

PELOTAS, **Lei Municipal nº 5502 de 11 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o plano diretor municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no município de pelotas, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/2008/551/5511/lei-ordinaria-n-5511-2008-prorroga-o-periodo-de-vacatio-legis-do-iii-plano-diretor-de-pelotas-alterando-a-redacao-do-artigo-319-da-lei-n-5502-de-11-de-setembro-de-2008-e-da-outras-providencias>> Acessado em: 20/05/2018.

PELOTAS, **Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária**: relatório socioeconômico Loteamento Novo Milênio, 2015.

PROVIN, Alan Felipe. **O outro lado da cidade: a regularização fundiária como instrumento à sustentabilidade**. 2017. 108. f. Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI e ao Curso de Máster Universitario em Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad (MADAS), Santa Catarina, 2017.

QUINTO JR, Luiz de Pinedo. **Nova legislação urbana e os velhos fantasmas**. *Estudo Avançados*, vol.17, n. 47 São Paulo Janeiro/abril, 2003.

RIBEIRO, Cristine Jaques; OLIVEIRA, Tayna Corrêa; KRUGER, Nino Rafael Medeiros. **A cidade e a moradia o caso de pelotas**. Píxo, Revista de Cidade, Arquitetura e Contemporaneidade. Pelotas, V 1, n 3, 2017, pp. 126-147.

RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. **Os pontos de vista do morador da periferia: o outro lado da política urbana**. *Rev. Interseções*, Rio de Janeiro, 16 n. 1, jun. 2014, pp. 129-147

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade?** São Paulo: Brasiliense. 1995.

\_\_\_\_\_, Raquel. **A guerra dos lugares**. São Paulo: Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_, Raquel. **O direito à moradia no Brasil e no mundo**. Entrevista com Raquel Rolnik por Manoel Lemos da Silva Neto. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/viewFile/368/348>> Acesso em: 16/01/2018

ROSA, Natália Carvalho. **Regularização Fundiária em Pelotas: transformações na vida cotidiana dos (as) moradores (as) do Loteamento Barão de Mauá**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, BR-RS, 2016.

SANTIAGO, Ana Ligia da Silva; SANTANA Márcia de Alencar; BARROSO, Michele Rodrigues; LEITE, Rosana Carvalho Cardoso. **A regularização fundiária de interesse social: programa minha casa, minha vida.** Estudos, Goiânia, v. 40, n. 3, p. 241-247, 2013.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. **A alegria de ser sensual, autoritário e hierarquizado. O imaginário da cultura doméstico-clientelista na escola pública estadual de Recife.** In: seminário temático O paradigma da dádiva e as ciências sociais no Brasil. XXV Encontro anual da ANPOCS, Minas Gerais, 2001.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SILVA, Marcelo Kunrath. **Cidadania e Exclusão. Os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal em Porto Alegre.** Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2002.

SOTO, William Héctor Gómez. **Subúrbio, periferia e vida cotidiana** Estud. soc. agric., Rio de Janeiro, vol. 16, no. 1, 2008, pp. 109-131.

\_\_\_\_\_, William Héctor Gómez. **A Sociologia enraizada de José de Souza Martins.** In: RIBEIRO, Maria Thereza Rosa (ORG) "Dimensão história da sociologia: dilemas e complexidades". Curitiba: PR, 2016, pp. 123-150.

TRINDADE, Tiago Aparecido. **Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade.** Rev. Lua Nova, São Paulo, 87, 2012, pp. 139-165.

VARGAS, Jonas Moreira. **De charque, couros e escravos: a concentração de riqueza, terras e mão-de-obra em pelotas (1850-1890).** SÆCULUM - REVISTA DE HISTÓRIA [26]; João Pessoa, janeiro /Junho, 2012.

## **Apêndices**

## Apêndice A – Termo de Consentimento e Autorização de Uso de Questionário e Entrevista



Universidade Federal de Pelotas  
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

**Pesquisa:** “Dilemas da Regularização Fundiária: vida cotidiana e sociabilidade no Loteamento Novo Milênio em Pelotas (RS)”.

**Pesquisadora/Mestranda:** Pamela da Costa Lopes

**Professora Orientadora:** Dra. Maria Thereza Rosa Ribeiro

### TERMO DE CONSENTIMENTO E AUTORIZAÇÃO DE USO DE QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA

Visando à realização da Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas/RS, você está sendo convidado (a) para participar dessa pesquisa acadêmica intitulada “Dilemas da Regularização Fundiária: vida cotidiana e sociabilidade no Loteamento Novo Milênio em Pelotas (RS)”. As informações serão coletadas a partir de um questionário com perguntas abertas e fechadas, o qual será aplicado individualmente. Além disso, será realizada entrevistas não estruturadas, ou seja, o pesquisador/entrevistador conduzirá a entrevista por meio de tópicos que permitirão o cumprimento dos objetivos propostos pela pesquisa se utilizando de um gravador a fim de conservar a sua fala. Os seus dados serão usados de forma sigilosa (sem identificação dos participantes) e exclusivamente para fins acadêmicos.

Diante do que foi exposto acima, eu

\_\_\_\_\_ concordo participar voluntariamente desta pesquisa.

Pelotas, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Entrevistado

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador

## Apêndice B– Questionário



Universidade Federal de Pelotas  
Pró- Reitoria de pesquisa e pós-graduação  
Mestrado em Sociologia

**Pesquisa:** “Dilemas da Regularização Fundiária: vida cotidiana e sociabilidade no Loteamento Novo Milênio em Pelotas (RS)”.

**Pesquisadora/Mestranda:** Pamela da Costa Lopes

**Professora Orientadora:** Dra. Maria Thereza Rosa Ribeiro

Visando à realização da Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas/RS, você está sendo convidado (a) para participar dessa pesquisa acadêmica. Abaixo você encontrará um conjunto de perguntas cujo propósito é extrair respostas que permitirão identificar o perfil dos entrevistados, moradores da rua Barão de Jarau, localizada no Loteamento Novo Milênio. As informações dadas por você serão utilizadas unicamente para fins acadêmicos, mantendo o seu anonimato. Muito obrigada pela colaboração.

1. Você concorda em participar da presente pesquisa?

( ) SIM ( ) Não

2. Eu sou o Responsável pela casa (Titular do termo de posse)?

( ) SIM ( ) Não

3. Qual é a sua idade?

( \_\_\_\_\_ )



## 3. Sexo biológico

- a) Feminino ☐
- b) Masculino ☐

## 4. Escolaridade

- a) E.F incompleto
- b) E.F completo
- c) E.M incompleto
- d) E.M Completo
- e) E.S incompleto
- f) E.S completo
- g) Analfabeto


## 6. Você se enquadra em qual tipo de trabalhador?

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS
- b) Autônomo
- c) Aposentado
- e) Pensionista
- f) Desempregado


## 7. No que você trabalha atualmente?

---

## 8. Renda familiar (Reformular) DIIIESE

- a) Nenhuma renda
- b) Até 1 salário mínimo (R\$
- c) De 1 a 3 salários mínimos
- d) De 3 a 6 salários mínimos


## 9. Quantas pessoas moram na casa?

( \_\_\_\_\_ )

10. Qual a composição do(s) núcleo(s) familiares da casa?

(A) adultos:\_\_\_\_(F)\_\_\_\_(M)

(B) crianças:\_\_\_\_(F)\_\_\_\_(M)

(C) idosos:\_\_\_\_(F)\_\_\_\_(M)

11. Há quanto tempo mora no Loteamento?

(\_\_\_\_\_)

Pelotas, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

## Apêndice C – Roteiro de tópicos entrevistas em profundidade

1. O que você entende por regularização fundiária?
  - 1.1 Você conhece a lei de regularização fundiária?
  - 1.2 Quais eram as expectativas diante da regularização? Quais são as vantagens e desvantagens?
  - 1.3 Qual a importância de regularizar um terreno?
  - 1.4 Como vocês conseguiram a regularização?
  - 1.5 Você participou da regularização?
  
2. O que você acha do Loteamento Novo Milênio?
  - 2.2 Você gosta de morar no Loteamento?
  - 2.4 Associação de bairro (havia distribuição de cartilhas nas reuniões da Associação? A Prefeitura participava das reuniões?)
  - 2.5 Você costuma ir as reuniões da associação?
  - 2.4 Infraestrutura do Loteamento antes, durante e depois da regularização.
  - 2.5 O sentimento de ter sido contemplado com a regularização fundiária
  
- 2 Atuação do poder público Municipal na comunidade
  - 2.1 Como foi a relação com o Município antes, durante e depois da regularização fundiária
  - 2.2 Depois da regularização, existem conflitos com a Prefeitura
  - 2.3 Você é grato pela Prefeitura ter realizado a Regularização Fundiária? Você acha que tem algum compromisso com a Prefeitura?
  - 2.4 Está satisfeito com a atuação da Prefeitura?
  
- 3 Vida Cotidiana – antes e após a regularização fundiária

3.2 Família

3.3 Vizinhança

3.4 Trabalho

3.5 Amizades

3.6 Lazer

## **Anexos**

**Anexo A** – Livro elaborado pelos grupos de extensão de assessoria popular de habitação social da UCPEL.





Regularização Fundiária Social  
Loteamento Novo Milênio

## Sumário

### Projeto de Extensão Regularização Fundiária Social Loteamento Novo Milênio Rua Barão de Jarau – Pelotas/RS

• Planta localizadora	Pág. 4
• Descrição da gleba geral	Pág. 5
• Planta geral (prancha 03)	Pág. 6
• Planta quadras 1 e 2 (prancha 04)	Pág. 7
• Descrições quadras 1 e 2	Pág. 8
• Fotos e tabulação de dados	Pág. 20
• Levantamento dos dados	

#### Equipe

#### Curso de Arquitetura e Urbanismo

##### Alunos

Cassius Baumgartner Vieira  
Juliane Fiss Weber  
Mariana Porto Rotta  
Raquel Levien Almeida

##### Coordenadores

Joseane Almeida  
Noé Vega

#### Curso de Direito

##### Alunos

Pamela Da Costa Lopes  
Rosiane Dias Cardoso

##### Coordenador

Reinaldo Tillmann  
Tiago Nunes

Setembro de 2012

IMAGEM AÉREA LOTEAMENTO NOVO MILÊNIO



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS  
EXTENSÃO HABITAT SOCIAL DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
NÚCLEO DE ASSESSORIA POPULAR DO CURSO DE DIREITO

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SOCIAL  
LOTEAMENTO NOVO MILÊNIO  
RUA BARÃO DE JARAU - PELOTAS/RS

ESCALA:

ESQUEMÁTICA

EQUIPE:

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
ALUNOS COORDENADORES

CASSIUS BAUMGARTEN VIEIRA  
JULIANE FISS WEBER  
MARIANA PORTO ROTTA  
RAQUEL LEVIEN ALMEIDA

JOSEANE ALMEIDA

NOÉ VEGA

CURSO DE DIREITO  
ALUNOS

COORDENADOR

PAMELA DA COSTA LOPES  
ROSIANE DIAS CARDOSO

REINALDO TILLMAN

DATA:

SET/2012

PRANCHA:

01



**Anexo B** – Cartaz elaborado pela Associação Comunitária convidando os moradores a comparecerem à reunião.

# Atenção:

Reunião na Igreja  
Familia de DEUS.

Dia 16 de outubro <sup>DATA</sup> 2011

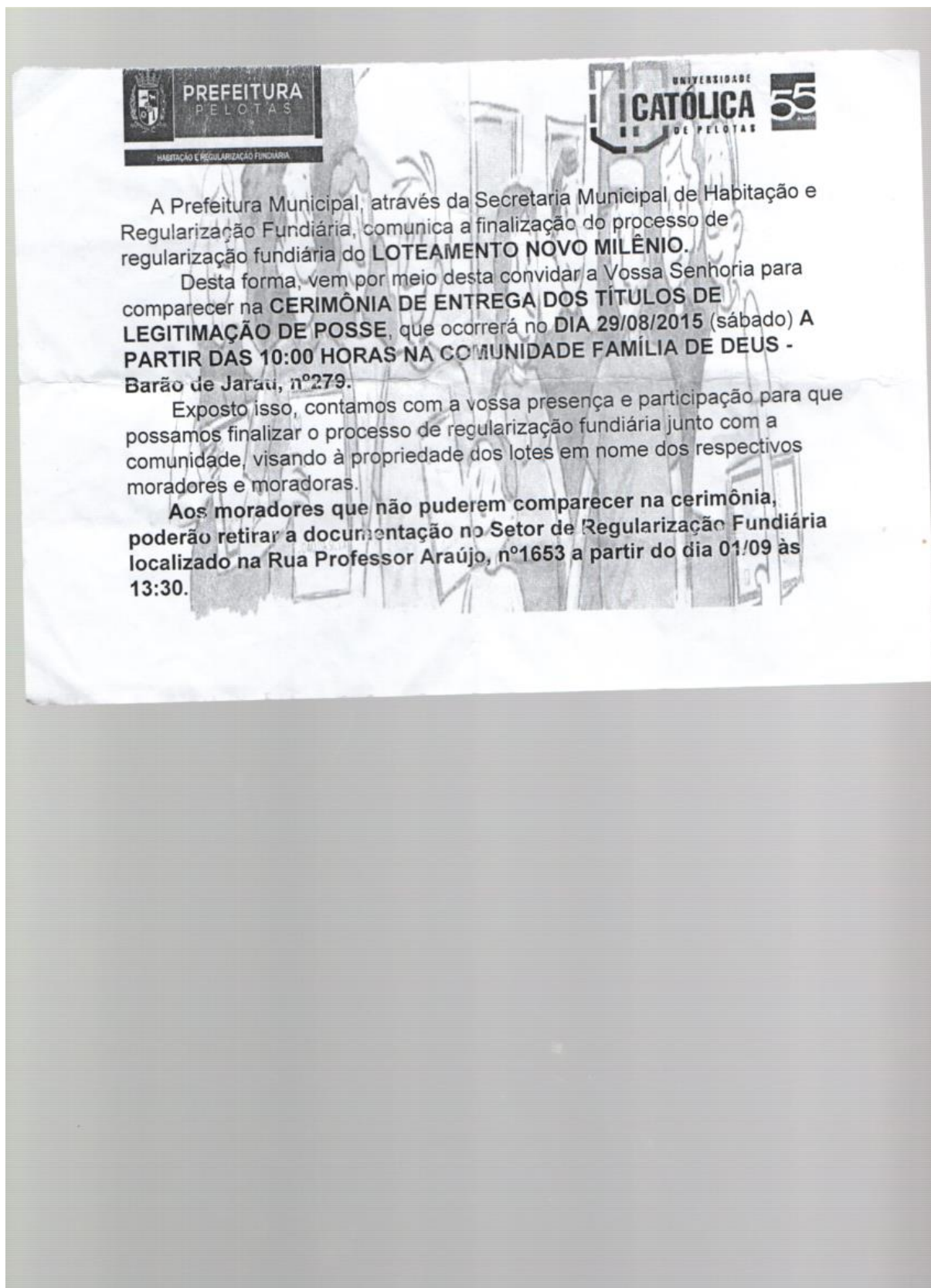
as 18,45 min assunto:

Lot. NOVO MILENIO

Venha é importante

Todos convidados.

**Anexo C – Convite da cerimônia de entrega dos títulos de posse aos moradores realizada pela Prefeitura.**



**Anexo D** – Notícia de jornal fornecida pelo presidente da Associação Comunitária referente à conquista da regularização pelos moradores.





**Anexo E – Relatório socioeconômico do Loteamento Novo Milênio elaborado pela Secretaria Municipal de Regularização Fundiária de Pelotas.**



## **RELATÓRIO SOCIOECONÔMICO**

### **LOTEAMENTO NOVO MILENIO**

**ASSISTENTE SOCIAL RESPONSÁVEL: STEFANIE DA SILVA XAVIER**



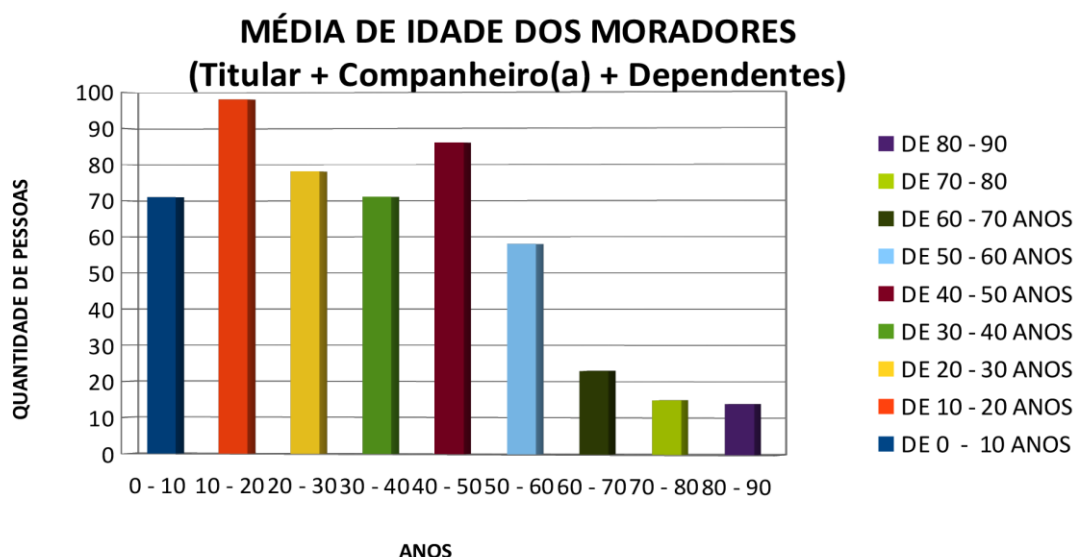


## 17.1 IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA A SER REGULARIZADA



## 19. GRAFICOS DO LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO

### 19.1 Gráfico De Média De Idade Dos Moradores

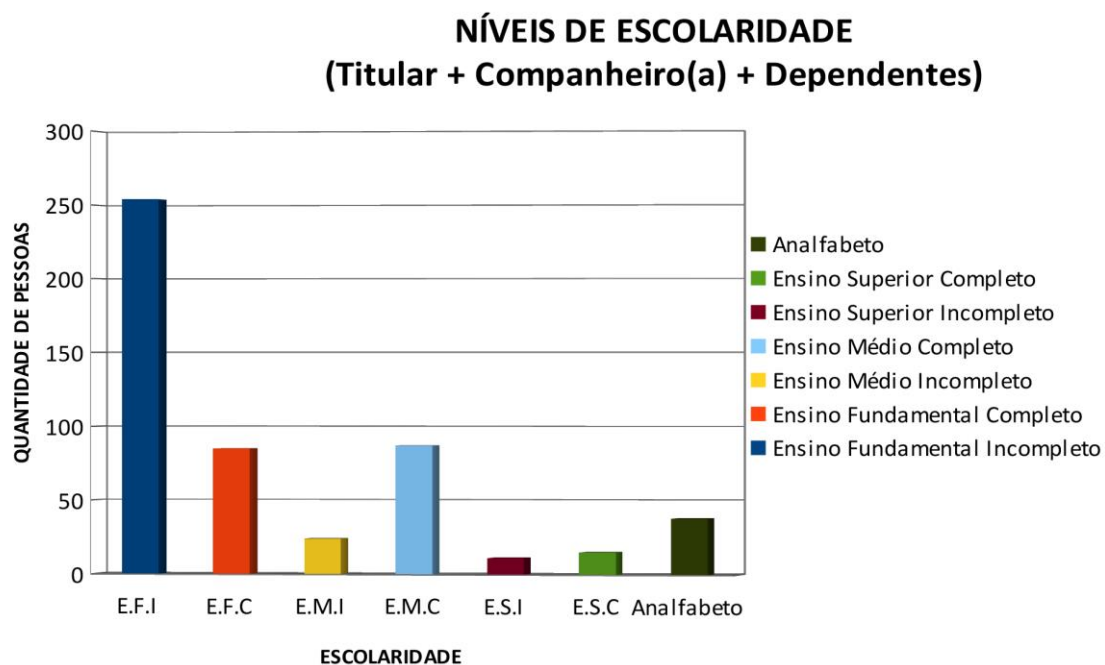


DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
0 – 10 ANOS	71
10 – 20 ANOS	98
20 – 30 ANOS	78
30 – 40 ANOS	71
40 – 50 ANOS	86
50 – 60 ANOS	58
60 - 70 ANOS	23
70 - 80 ANOS	15
80 – 90 ANOS	14





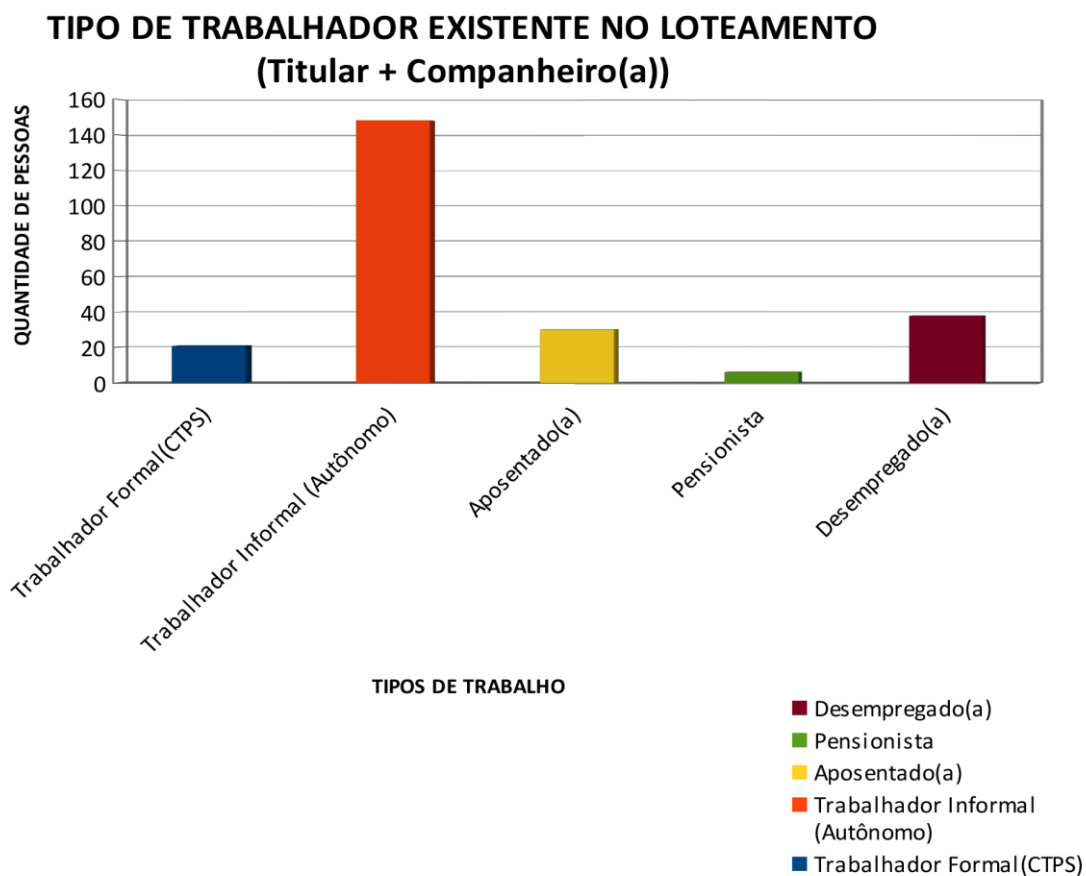
## 19.2 Gráfico De Nível de Escolaridade



DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Ensino Fundamental Incompleto	254
Ensino Fundamental Completo	85
Ensino Médio Incompleto	24
Ensino Médio Completo	87
Ensino Superior Completo	15
Ensino Superior Incompleto	11
Analfabeto	38



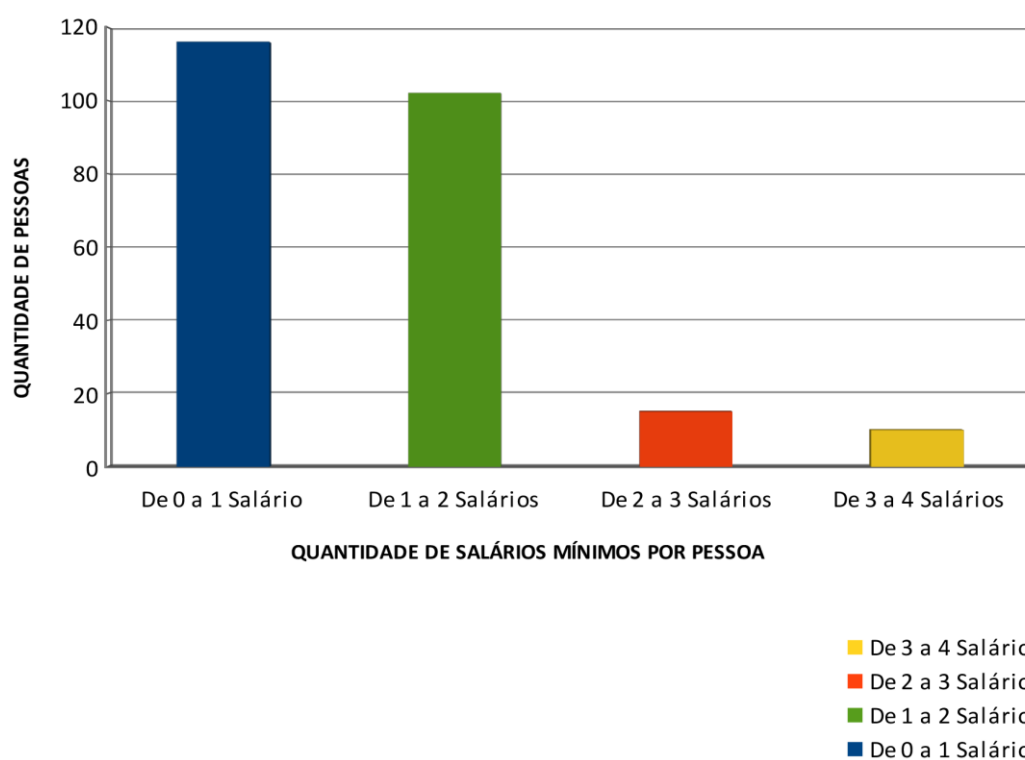
### 19.3 Gráfico Do Tipo de Trabalhador Existente no Loteamento



DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Trabalhador Formal (CTPS)	21
Trabalhador Informal (Autônomo)	148
Aposentado(a)	30
Pensionista	6
Desempregado(a)	38

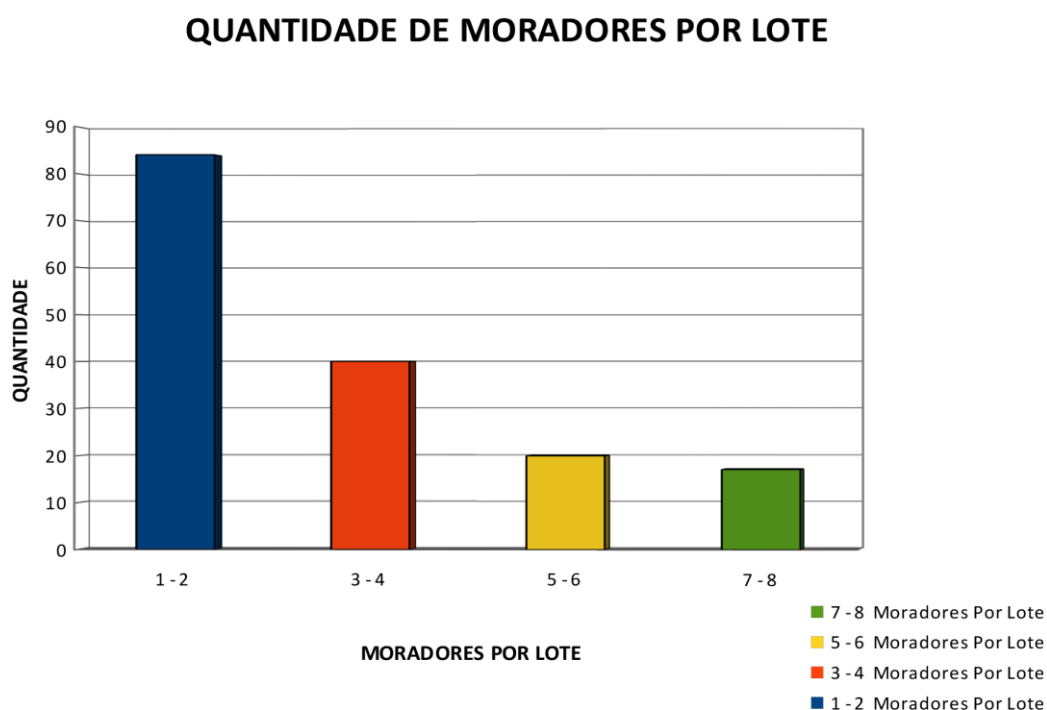
#### 19.4 Gráfico De Média de Renda Das Pessoas Do Loteamento

##### MÉDIA DE RENDA POR PESSOA NO LOTEAMENTO



DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
De 0 a 1 Salário	116
De 1 a 2 Salários	102
De 2 a 3 Salários	15
De 3 a 4 Salários	10

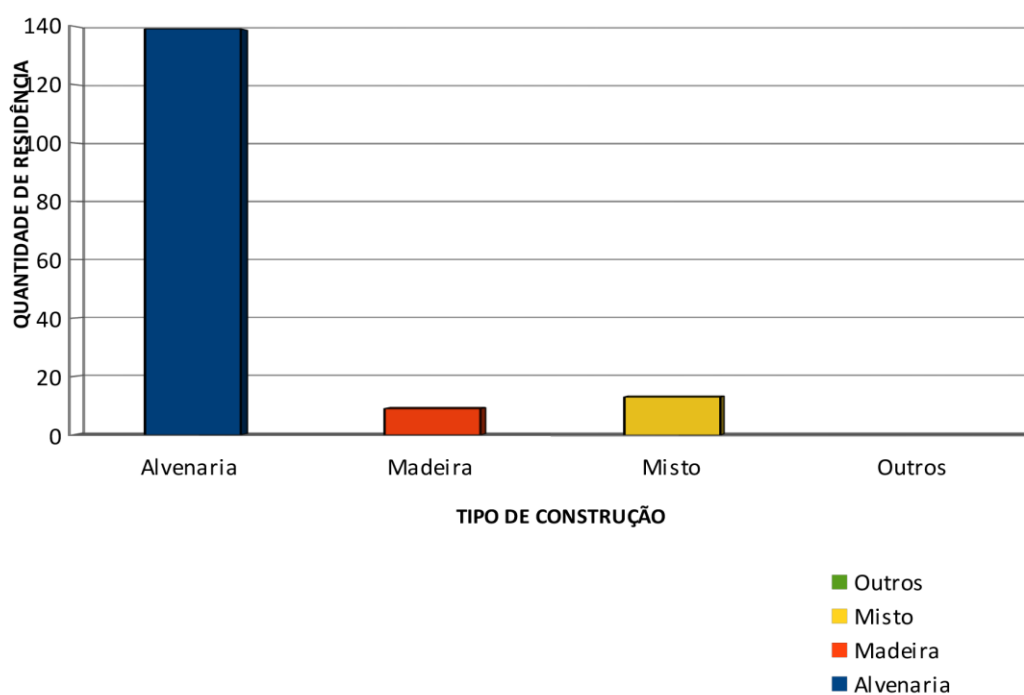
### 19.5 Gráfico De Quantidade De Moradores Por Lote



DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
De 1 a 2 Moradores Por Lote	84
De 3 a 4 Moradores Por Lote	40
De 5 a 6 Moradores Por Lote	20
De 7 a 8 Moradores Por Lote	17

### 19.6 Gráfico Com Características Do Tipo Construção

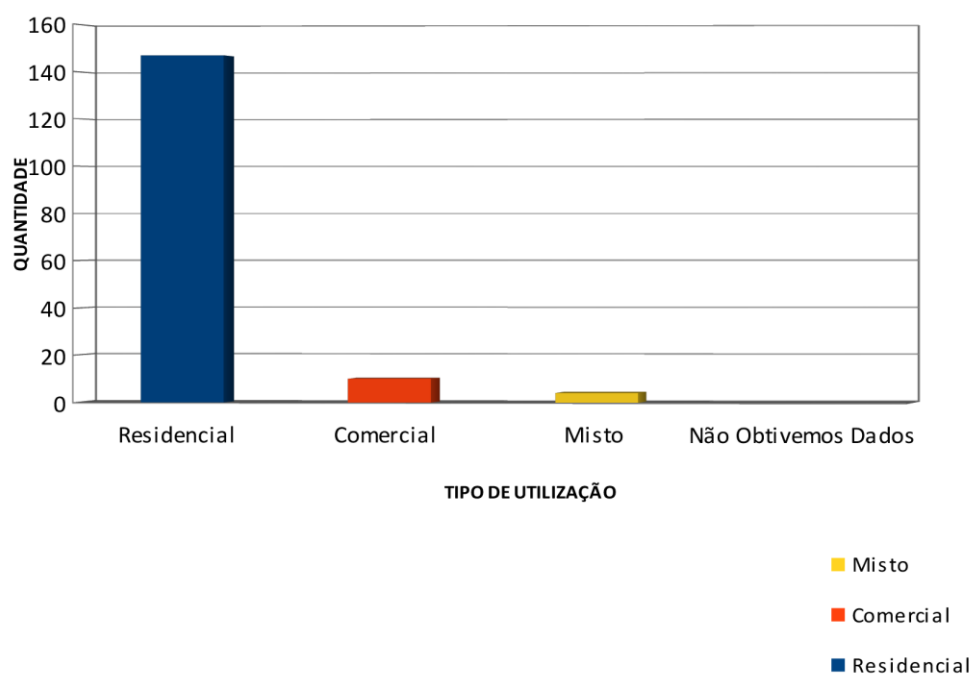
#### CARACTERÍSTICAS DO TIPO DE CONSTRUÇÃO



DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Alvenaria	139
Madeira	9
Misto	13
Outros	0

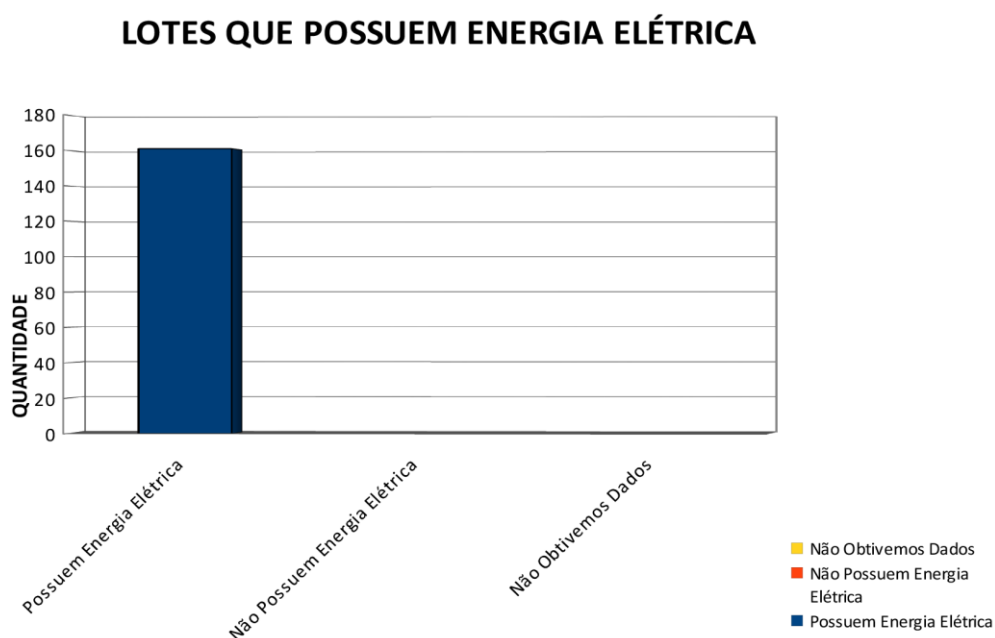
### 19.7 Gráfico Com Características de Utilização do Imóvel

#### CARACTERÍSTICAS DE UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL



DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Residencial	147
Comercial	10
Misto	4

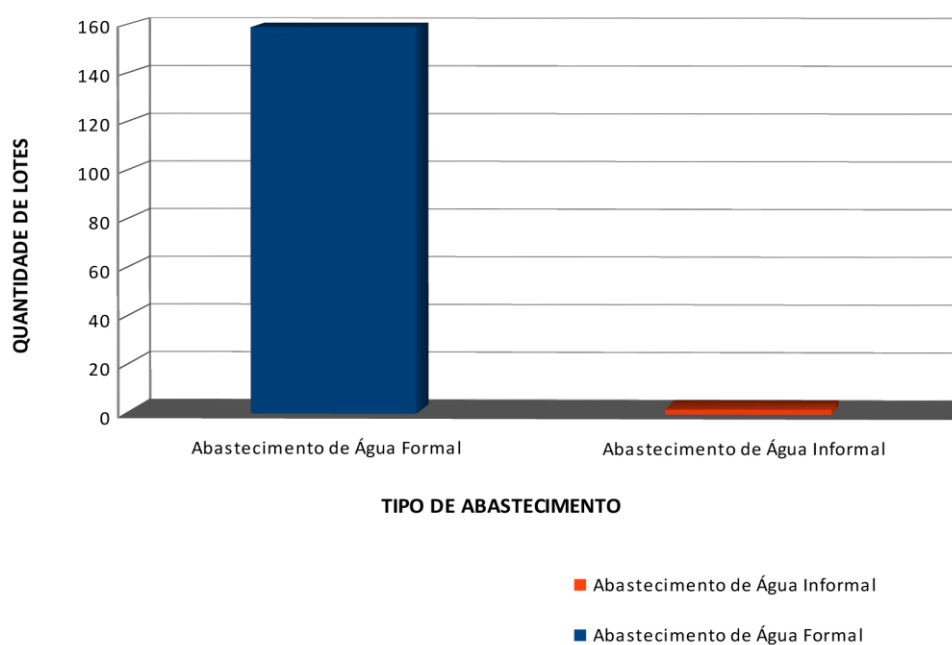
### 19.8 Gráfico com a quantidade de lotes que possuem energia elétrica



DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Lotes que possuem energia elétrica	161
Lotes que não possuem energia elétrica	0

### 19.9 Gráfico De Lotes Que Possuem Abastecimento De Água

#### LOTES QUE POSSUEM ABASTECIMENTO DE ÁGUA

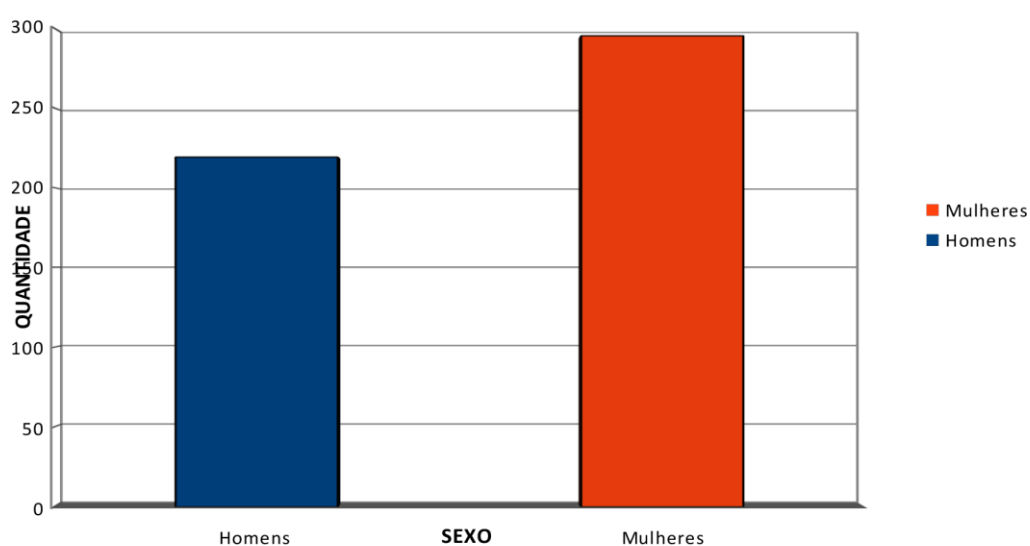


DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Abastecimento de água formal	159
Abastecimento de água informal	2



### 19.10 Gráfico Com A Quantidade De Homens E Mulheres Residentes No Loteamento

**QUANTIDADE DE HOMENS E MULHERES NO LOTEAMENTO**

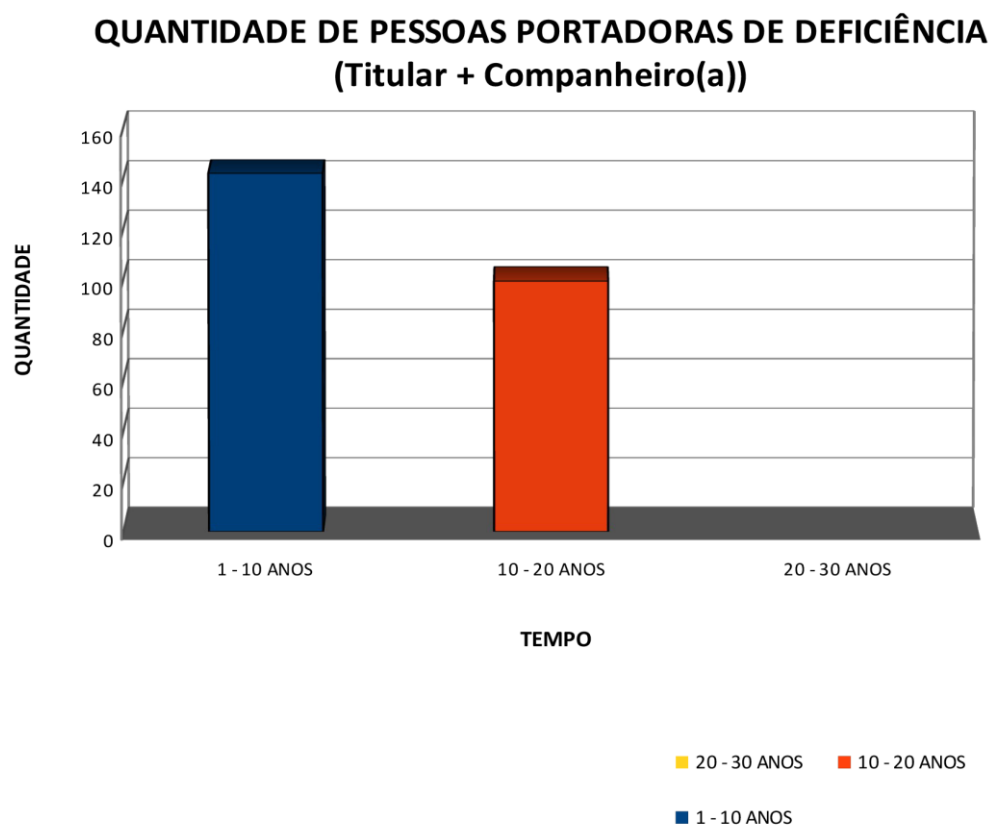


DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Homens	219
Mulheres	295
<b>TOTAL DE PESSOAS NO LOTEAMENTO</b>	<b>514</b>





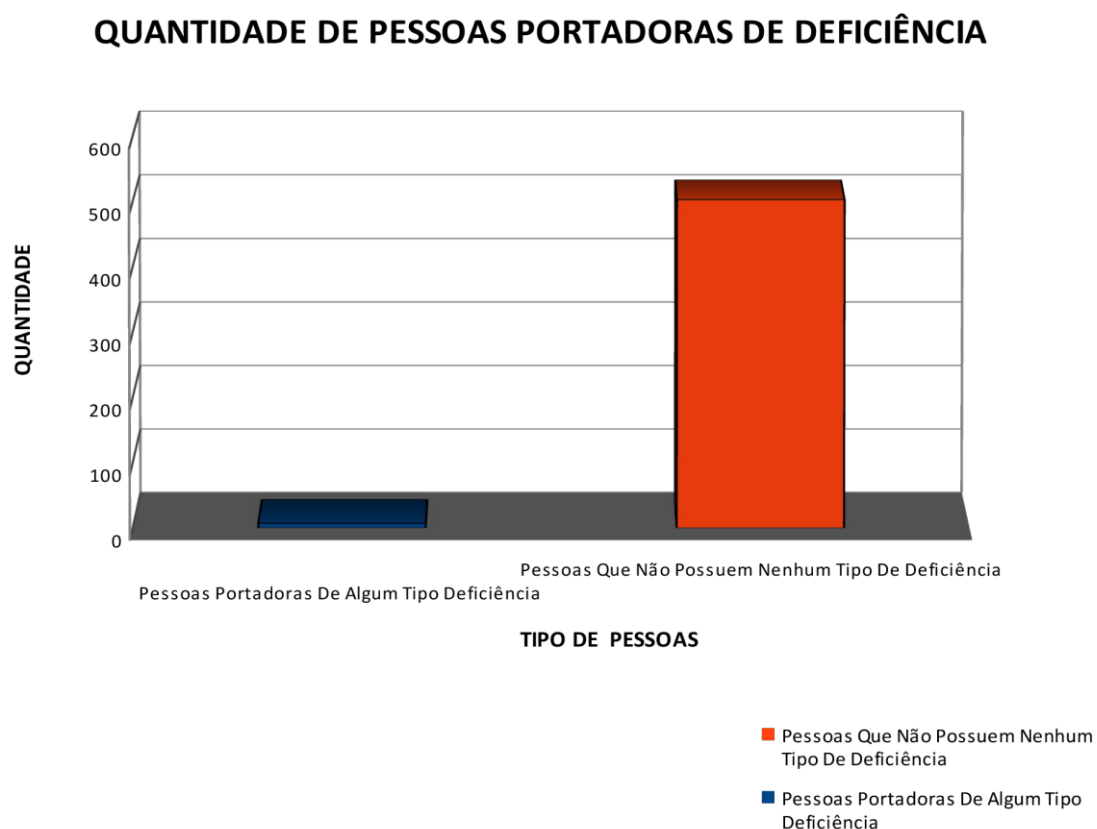
### 19.11 Gráfico Referente Ao Tempo De Moradia



DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1 – 10 ANOS	143
10 – 20 ANOS	100
20 – 30 ANOS	0



## 19.12 Gráfico Com A Quantidade de Pessoas Portadoras de Deficiência



DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Pessoas portadoras de algum tipo deficiência	7
Pessoas que não possuem nenhum tipo de deficiência	507